

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria Executiva - SE
Superintendência Federal de Agricultura no PARÁ – SFA/PA*

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Unidade Descentralizada de BELÉM-PA

MARÇO/2013

*Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA
Avenida Almirante Barroso, 5384 – Castanheira – CEP- 66645-250
Fone: (91) 3214-8620; FAX (91) 3231-5878
E-mail: gab-pa@agricultura.gov.br*

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria Executiva - SE
Superintendência Federal de Agricultura no PARÁ – SFA/PA*

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 7 de dezembro de 2010, da DN TCU 119 de 18 de janeiro de 2012, da DN TCU nº 121/2012 e da Portaria CGU nº 113/2013.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGPLAN – *Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão*
CGU – *Controladoria Geral da União*
CNAE – *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*
CNPq – *Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento*
DFIP – *Departamento de Fiscalização e Insumos Agropecuários*
DIPOV – *Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais*
DN – *Decisão Normativa*
DNC – *Doença de Newcastle*
DOU – *Diário Oficial da União*
FO – *Formulário*
IA – *Influenza Aviária*
IN – *Instrução Normativa*
LOA – *Lei Orçamentária Anual*
MAPA – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*
NBR – *Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas*
OIE – *Organização Mundial da Saúde Animal*
PI – *Programa intra-setorial do MAPA*
PLOA – *Proposta de Lei Orçamentária Anual*
PNCRC – *Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes*
PPA – *Plano Plurianual do Governo*
PRP – *Programa de Redução de Patógenos em aves*
DAD – *Divisão de Apoio Administrativo*
SDA – *Secretaria de Defesa Agropecuária*
SEFAG – *Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários*
SFA – *Superintendência Federal de Agricultura*
SGQ – *Sistema de Gestão da Qualidade*
SIAFI – *Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal*
SIF – *Serviço de Inspeção Federal*
SIFISA – *Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal do MAPA*
SIFISV – *Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal do MAPA*
SIFISV – *Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal do MAPA*
SIPLAN – *Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária*
SISA – *Serviço de Inspeção e Saúde Animal*
SISV – *Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal do MAPA*
SPEO – *Serviço de Programação Produção e Execução Orçamentária e Financeira*
SIOR – *Sistema de Informações Orçamentárias*

LISTA DE QUADRO ANEXOS E FIGURAS

- Quadro A.1.1** – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.3.1** - Avaliação do sistema de Controle Interno da UJ
- Quadro A.4.4** – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
- Quadro A.4.6** - Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços da UJ
- Quadro A.4.14** – Despesa por modalidade de contratação – Créditos de movimentação
- Quadro A.4.15** – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de movimentação
- Quadro A.5.2** – Situação dos restos a pagar dos exercícios anteriores
- Quadro A.5.3** – Instrumentos de transferências vigentes no exercício em referencia
- Quadro A.5.4** – Instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três exercícios.
- Quadro A.5.5** – Instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.
- Quadro A.5.6**- Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação técnica e de contrato de repasse.
- Quadro A.5.7** – Visão geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contrato de Repasse
- Quadro A.5.8** – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)
- Quadro A.5.10** – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
- Quadro A.5.11** – Despesa realizada por meio de conta tipo B e por meio de CPGF (Série Histórica)
- Quadro A.5.12**- Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)
- Quadro A.6.1** - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
- Quadro A.6.2** – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
- Quadro A.6.3** – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e fgs. da UJ – Situação em 31/12
- Quadro A.6.4** – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12
- Quadro A.6.5** – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação em 31/12
- Quadro A.6.6** – Quadro de custo de pessoal no exercício de referencia e nos dois anteriores
- Quadro A.6.7** – Composição do quadro de servidores inativos – Situação apurada em 31/12
- Quadro A.6.8** – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12
- Quadro A.6.9**- Atos sujeitos ao registros do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
- Quadro A.6.10** – Atos sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
- Quadro A.6.11** – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC
- Quadro A.6.13** – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro
- Quadro A.6.14** – Cargos e Atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ
- Quadro A.6.15** – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados
- Quadro A.6.17**- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- Quadro A.6.18** – Contratos de prestação de serviços com prestação de mão de obra
- Quadro A.6.19** – Composição do Quadro de Estagiários
- Quadro A.7.1** – Distribuição espacial dos Bens Imóveis de Uso especial de propriedade da União
- Quadro A.7.3** – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- Quadro A.9.1** – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- Quadro A.9.2** – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
- Quadro A.10.1**- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
- Quadro A.10.2** – Situações das deliberações que permanecem pendentes.

Quadro A.10.5 – *Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR*

Quadro A.10.6 – *Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV*

SUMÁRIO

- 1- **IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE**
 - 1.1- Identificação da Unidade
 - 1.2- Finalidade e competências institucionais da Unidade
 - 1.3- Organograma funcional
 - 1.4- Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada
 - 1.5- Macroprocessos de Apoio
 - 1.6- Principais parceiros

- 2- **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES**

- 3- **ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**
 - 3.1- Estrutura de governança
 - 3.2- Avaliação do funcionamento dos controles internos
 - 3.3 – Sistema de correição
 - 3.4- Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da CGU.

- 4- **PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
 - 4.1- **Ações de Programas**
 - 4.1.1 - Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da UG
 - 4.1.2 - Ações vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços
 - 4.2- **Execução Orçamentária e Financeira de Despesa**
 - 4.2.1- Despesa por/ modalidade de contratação de créditos de movimentação
 - 4.2.2 – Despesa por grupo e elemento de despesa/Créditos de movimentação
 - 4.2.3 – Movimentação de Crédito Interna e Externa

- 5- **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**
 - 5.1 – **Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**
 - 5.1.1- Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
 - 5.2 – **Transferências de Recursos**
 - 5.2.1– Instrumentos de Transferências vigentes no exercício
 - 5.2.2- Instrumentos celebrados e valores repassados nos últimos três anos
 - 5.2.3- Instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes
 - 5.2.4- Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação Técnica e de Contrato de Repasse
 - 5.2.5- Visão geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
 - 5.3 – **Suprimento de Fundos**
 - 5.3.1- Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos
 - 5.3.2- Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UJ e por portador
 - 5.3.3- Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio de Cartão de Crédito Corporativo (série histórica).

- 6- **GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS**
 - 6.1- **Composição do Quadro de Servidores Ativo**
 - 6.1.1 - Demonstração da força de trabalho à disposição da UG
 - 6.1.2 - Qualificação da força de trabalho
 - 6.1.3 – Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

6.1.4- Composição do quadro de servi. inativos e pensionista

6.1.5 – Informações sobre os atos de Pessoal sujeitos a Registro e Comunicação

6.1.6 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

6.2 – Terceirização de Mão de Obra empregada e Contratação de Estagiários –

7- GESTÃO DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1- Gestão da frota de veículos próprios e contratados

7.2- Gestão de Patrimônio Imobiliário

8- GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

8.1- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

8.2- Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

9- CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1.- Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício

9.1.1 - Recomendações do OCI atendidas no exercício

9.1.2- Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento ao final do exercício

9.2 - Atuação da Unidade de Auditoria Interna

9.3- Declaração de Bens e Renda estabelecidas na Lei nº 8.730/93

9.3.1 – Situação do cumprimento, por autoridade e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

9.4 –Declaração de Dados no SIASG e SICONV

10- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1- Declaração do contador responsável por UJ que tenha executado sua contabilidade no SIAFI.

11- OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1- Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

INTRODUÇÃO

Registra-se no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Seção de Planejamento e Acompanhamento – SEPA com apoio da Divisão de Defesa agropecuária, de maneira sucinta e objetiva as atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura no estado do Pará – SFA/PA no decorrer do exercício de 2012 em conformidade com a DN TCU nº 119/2012.

As ações da Superintendência foram realizadas com base no planejamento estabelecido para o exercício 2012, consubstanciados nos Programas constantes do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA para o quadriênio 2012-2015 e nas diretrizes emanadas pelo órgão central, cujos itens encontram-se na ordem a seguir:

Ítem 1 – Identificação da UJ, no caso, trata-se de Relatório Individual no qual está demonstrado por meio do Quadro A.1.1 a finalidade e competência legal, bem com o organograma funcional, macroprocessos finalísticos e de apoio e parcerias.

Ítem 2 - Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações – neste item serão apresentados, de forma textual, informações acerca do planejamento estratégico da Unidade.

Ítem 3 – Estrutura de Governança e de autocontrole da Gestão –

Itens a serem tratados:

- Estrutura de governança – apresentação textual
- Avaliação do funcionamento dos controles internos - Quadro A.3.1
- Sistema de correição – apresentação textual
- Cumprimento pela instancia de correição da Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU.

Itens não aplicáveis:

- Remuneração paga a administradores – Quadros A.3.2; A.3.3 e A.3.4.

Ítem 4 – Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira –

Itens a serem tratados

- Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da UG – Quadros A.4.4 e A.4.6
- Execução orçamentária de créditos recebidos pela UG por movimentação – Quadro A.4.11; Quadro A.4.14 e A.4.15

Itens não aplicáveis

- Programas do PPA de responsabilidade da UG – o gerenciamento dos Programas estão a cargo do órgão central – UJ - Quadros A.4.1; A.4.2; A.4.3 e A.4.5
- Identificação da unidade orçamentária da UJ – por tratar de unidade executora o item não se aplica - Quadros A.4.7; A.4.8; a.4.9 e A.4.10
- Execução de despesa com créditos originários – por tratar de unidade executora, o item não se aplica- Quadros A.4.12 e A.4.13

Ítem 5 – Execução Orçamentária e Financeira

Itens a serem tratados:

- Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores - Quadro A.5.2;
- Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação e outros – Quadros A.5.3; A.5.4; A.5.5; A.5.6 e A.5.7.
- Suprimento de Fundo – A.5.8; A.5.10 e A.5.11

Itens não aplicáveis a UJ:

- Reconhecimento de Passivo por insuficiência de créditos ou recursos e Renúncia Tributária – Quadro A.5.1
- Despesa realizada por meio de suprimento de fundo para conta tipo “B” – Quadro A.5.9 – a UG não trabalha com conta tipo ‘B’

- Renúncia Tributária sobre a gestão da UJ - Quadros A.5.12; A.5.14; A.5.15; A.5.16; A.5.17; A.5.18; A.5.19; A.5.20; A.5.21; A.5.22; A.5.23; A.5.24 e A.5.25.
- Relativo ao Quadro A.5.12 – Prestações de Contas de suprimento de Fundo (conta tipo ‘B’ e CPGF), não houve ocorrência no período.

Ítem 6 – Gestão de Pessoas, Terceirização de mão de obra e custos relacionados

Itens a serem tratados

- Demonstração da força de trabalho à disposição da UG – Quadros A.6.1 e A.6.2;
- Qualificação da força de trabalho – Quadros A.6.3; A.6.4 e A.6.5
- Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ – Quadro A.6.6
- Composição do quadro de servid. inativos e pensionista – Quadros A.6.7 e A.6.8
- Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos (art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal)
- Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.
- Informações sobre os atos de Pessoal sujeitos a Registro e Comunicação – Quadros A.6.9; A.6.10; A.6.11; A.6.12 e A.6.13
- Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos
- Terceirização de Mão de Obra empregada e Contratação de Estagiários – Quadros A.6.14; A.6.17; A.6.18 e A.6.19

Itens do não aplicáveis

- Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art.3º IN TCU 55/07) – Quadro A.6.10 – não houve ocorrência no período.
- Atuação do OCI sobre os atos submetidos a Registro – Quadro A.6.13 – não houve ocorrência no período.
- Atos sujeito á remessa física ao TCU – Quadro A.6.12
- Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ – quadro A.6.14 – não houve ocorrência no exercício.
- Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos (art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal)
- Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.
- Relação dos empregos terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados – Quadro A.6.15 – não houve ocorrência no período sob exame
- Autorização para realização de concursos públicos ou provimento adicional autorizados – Quadro A.6.16 – não houve ocorrência no período.

Ítem 7- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

Itens a serem tratados

- Gestão da frota de veículos - informação textual
- Gestão do Patrimônio Imobiliário – Quadros A.7.1; A.7.3

Itens não aplicáveis

- Distribuição espacial do Bens Imóveis de uso especial locados de terceiros – Quadro A.7.2 – a UG não possui imóvel locado de terceiros.

Ítem 8 – Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

Item não aplicáveis

- Gestão da Tecnologia da Informação – Quadro A.8.1 da DN TCU 119/2012 - Por ser as Superintendências Federais – SFAs Unidades Gestoras, com execução operacional mediante orientação do órgão central (UJ), as normas e decisões são tomadas a nível de órgão central, por

meio das respectivas coordenações como a CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação que demanda toda as decisões relativas a TI e orienta as Unidades.

Ítem 9 – Gestão do uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Itens a serem tratados

- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – Quadro A.9.1
- Consumo de Papel, Energia elétrica e Água – Quadro A.9.2

Ítem 10 – Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

Itens a serem tratados

- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI – Quadro A.10.3
- Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício – Quadro A.10.4
- Demonstrativo do cumprimento, por autoridade e servidores da UJ da obrigação de entregar a DBR – Quadro A.10.5
- Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – Quadro A.10.6

Itens não aplicáveis:

- Deliberações do TCU atendidas no exercício – Quadro A.10.1 – não houve ocorrência no período
- Deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício – Quadro A.10.2 – não houve ocorrência no exercício.

Ítem 11 – Informações Contábeis

Ítem a ser tratado

- Declaração do contador responsável – trata-se de Declaração emitida pelo órgão central.

Ítem 12 – Outras informações sobre a Gestão

1- IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE**1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada****Objetivos:**

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Foi criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas pela Portaria Ministerial nº 428, de 14/06/2010.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura na Pará			
Denominação abreviada: SFA/PA			
Código SIORG: 002795	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 130094	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do poder Executivo / CNPJ: 00.396.895/0016-01			
Principal Atividade: Fiscalização			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax contato:	(091) 3214.8620	(091) 3214.8630	(091) 3231.5878
E-mail: gab-pa@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, 5384 – Castanheira – Belém/PA - CEP: 66610-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas em Portaria nº 428 de 14 de junho de 2010, as SFAs, unidades descentralizadas diretamente subordinadas ao Ministro de Estado consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e do Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias, Instruções Normativas, Decretos etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instruções de Serviços, Ofícios Circulares e Manuais diversos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130094	Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
-	-		

1.2 – Finalidade e competência institucional da Unidade

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de :

I – defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II – fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;

III – assistência técnica e extensão rural;

IV – infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;

V – produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool.

VI – administração de recursos humanos e de serviços gerais;

VII – programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

VIII – qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e

IX – aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

O universo de atuação (jurisdição) da Superintendência Federal de Agricultura no Pará corresponde à totalidade do território da unidade da Federação, podendo haver alteração desse limite mediante ato do Ministro de Estado.

Objetivos Estratégicos

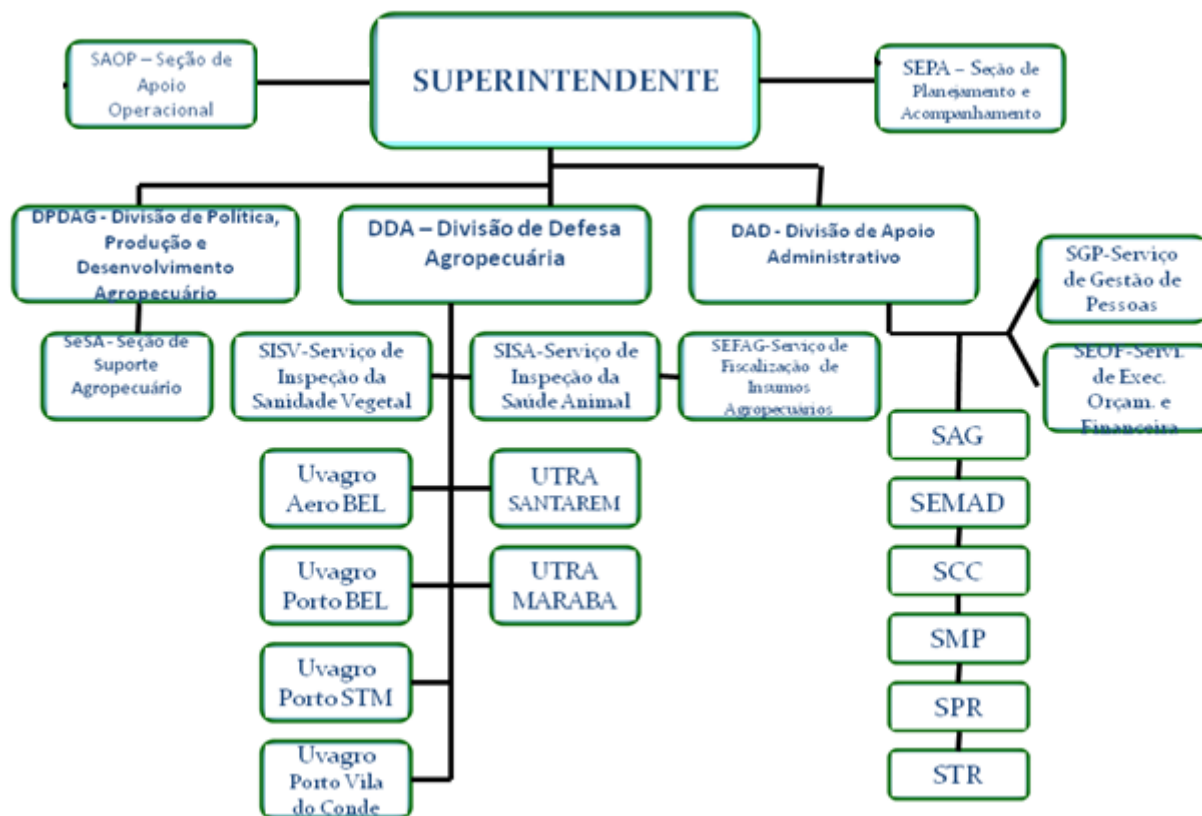
Os objetivos e metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual 2012/2015 que, com jurisdição no âmbito do estado e competência regimental, executa as ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (PIs) – desenvolvidos por meio de atividades e ações de defesa agropecuária que visa garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, tendo como objetivo a minimização do risco de introdução e disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional.

Os programas executados pela área finalística da Unidade podem ser divididos em dois grupos:

- **Defesa Agropecuária: Coordenado pela DDA/SFA-PA**
- **Política Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário: Executado pelo DPDAG/SFA-PA**

1.3- Organograma funcional

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Legenda:

SAOD – Seção de Apoio Operacional – apoio direto ao Gabinete no tocante a divulgação/publicação documental

SEPA – Seção de Planejamento e Acompanhamento – assessoramento direto ao gabinete, responsável pela dotação orçamentária, sobretudo na ação de manutenção.

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, assessoramento direto ao gabinete na área finalística no tocante ao cooperativismo e associativismo rural, bem como Emendas Parlamentares.

SeSA – Seção de Suporte Agropecuário – subordinada à Divisão de Política Agropecuária.

DDA – Divisão de Defesa Agropecuária, assessoramento direto ao gabinete na área finalística nos assuntos de Defesa Sanitária Animal e Vegetal e Fomento Agropecuário.

SISV – Serviço de Inspeção da Sanidade Vegetal, subordinado à Divisão de Defesa Agropecuária.

SISA – Serviço de Inspeção da Saúde Animal, subordinado à Divisão de Defesa Agropecuária.

SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários, subordinado à DDA.

UVAGRO – Unidade de Vigilância Agropecuária, subordinado à Divisão de Defesa Agropecuária. Atua no Porto e Aeroporto de Belém. Porto de Santarém e Porto de Vila do Conde.

UTRA/SANTARÉM – Unidade Técnica Regional, subordinada à Divisão Defesa Agropecuária.

UTRA/MARABÁ – Unidade Técnica Regional, subordinada à Divisão Defesa Agropecuária.

DDA – Divisão de Apoio Administrativo, assessoramento direto ao gabinete na área de apoio

SGP – Serviço de Gestão de Pessoas, subordinado à DDA, responsável pelo Recursos Humanos
SEOF – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, subordinado à DAD.
SAG – Seção de Serviços Gerais – subordinada à DAD, cuida das áreas definidas abaixo;
SEMAP – Setor de Manutenção Predial, subordinado à Seção de Serviços Gerais.
SCC – Setor de Compras e Contratos, subordinado à Seção de Serviços Gerais
SMP – Setor de Material e Patrimonio, subordinado à Seção de Serviços Gerais.
SPR – Setor de Protocolo, subordinado à Seção de Serviços Gerais
STR – Setor de Transporte, subordinado á Seção de Serviços Gerais.

1.4 – Macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada

- Defesa Agropecuária
- Desenvolvimento Agropecuário
- Cooperativismo e Associativismo Rural
- Política Agrícola

A Cadeia de Valor da Administração do MAPA foi elaborada considerando a competências do MAPA estabelecidas no art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios. O aspecto considerado é que a cadeia deva funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA, dentro do que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal – SIORG.

A Coordenação Geral ainda não detalhou a Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA até o nível de processos. Os resultados estão no bojo do Relatório.

Enquanto não ocorre o pleno mapeamento dos micro processos por parte da Coordenação Geral, a SFA-PA atua de acordo com o estabelecido em suas competências regimentais e as diretrizes das secretarias do MAPA.

A estrutura e abordagem das ações e atividades está sumarizada abaixo, e devidamente detalhada nos capítulos correspondentes deste relatório.

PROGRAMA 2028 - SANIDADE AGROPECUÁRIA

As ações de defesa agropecuária de competência do Governo Federal são executadas de forma direta por Fiscais Federais Agropecuários – FFA, localizados nos serviços técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada Unidade da Federação, subordinados técnica e administrativamente à Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e coordenados em nível central pela Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA.

O planejamento das atividades é feito, combinando-se os dados de avaliação da capacidade operacional do serviço, as necessidades em nível local, as orientações e diretrizes técnicas dos Departamentos e Coordenações da SDA/MAPA e as estimativas de dotação orçamentária para o exercício seguinte, conforme apresentadas e discutidas nas reuniões de cada Departamento ou Coordenação da SDA.

As unidades técnicas subordinadas à DDA/SFA-PA são as seguintes:

Serviço de Inspeção e Saúde Animal- SISA/DDA/SFA-PA

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA-PA.

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG/DDA/SFA-PA

Unidades Descentralizadas de Execução Finalística

Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;

Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-De-Cans;

Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;

Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila Do Conde.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA/DDA/SFA-PA.

Conforme estabelecido na portaria 428/2010, cabe a este serviço técnico realizar atividades de Defesa Agropecuária em duas áreas específicas:

- **Saúde Animal;**
- **Inspeção de Produtos de Origem Animal;**

Saúde Animal:

Subordinada em nível central ao Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA, esta área do SISA busca atingir os objetivos estratégicos de caracterização, estabelecimento, ampliação e manutenção de áreas livres de doenças dos animais, executar programas de controle zoossanitário, fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal, melhorar o sistema de quarentena animal, certificação de propriedades agropecuárias, etc.

As responsabilidades incluem, entre diversas outras atividades, supervisionar, auditar e avaliar Serviço Oficial de Defesa Animal do Estado do Pará, representado nesta unidade da federação pela ADEPARÁ. A estrutura física e operacional deste serviço compreende diversas gerencias regionais, unidades locais de saúde animal (ULSAs) distribuídas em mais de 120 municípios e os postos de vigilância do trânsito localizados nos pontos de entrada e saída do estado e nos limites internos de áreas com *status* epidemiológico diferente.

Diversas doenças dos animais tem sido objeto de ações de controle/erradicação, destacando-se:

Febre Aftosa

o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, considerado atualmente o principal programa do MAPA na área de saúde animal, tendo o Brasil assumido a meta de erradicá-la. Uma vez que atualmente o estado do Pará ainda apresenta duas situações sanitárias distintas para esta doença, tem-se buscado intensamente a uniformização do *status* sanitário do estado, por meio da criação das condições para o reconhecimento de todo o território como *livre de febre aftosa com vacinação*.

Influenza Aviária

A prevenção da Influenza Aviária, doença letal para aves e mamíferos, inclusive o homem é realizado por meio do PNSA (Programa Nacional de Sanidade Avícola). Este tem como objetivos promover o controle sanitário a ser realizado nos estabelecimentos avícolas, bem como impedir a introdução de doenças exóticas (incluindo a influenza) e controlar e erradicar aquelas existentes no estado. Visa o desenvolvimento da avicultura integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais, para o atendimento dos consumidores do estado, do país e do

exterior, promovendo a segurança alimentar e a saúde pública e assegurando a geração de renda e emprego. As atividades incluem: Vigilância epidemiológica e sanitária das principais doenças aviárias, destacando-se as doenças de notificação à OIE, através da investigação nas propriedades onde houver comunicação de mortalidade acima dos níveis esperados, ocorrência de sintomatologia compatível com suspeita de doenças de notificação, e outras comunicações que o serviço julgar relevantes, Cadastramento, registro e fiscalização das propriedades avícolas comerciais, conforme preconizado na IN 56 de 04 de dezembro de 2007, Cadastramento e fiscalização dos estabelecimentos que comercializam aves vivas, Treinamento e habilitação de médicos veterinários da iniciativa privada para a correta emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) e controle do trânsito de aves e da numeração de GTA's, Controle da movimentação animal através das fichas de produtores rurais cadastrados nas Unidades Locais de Atenção Veterinária, Monitoramento da presença de vírus da Influenza Aviária em sítios de aves migratórias nos municípios de Salinópolis e Vigia, Treinamento de médicos veterinários da ADEPARA e da iniciativa privada visando prepará-los para situações de emergência sanitária, além de orientá-los sobre as formas de contenção e erradicação de foco de doenças de aves, Realização de reuniões com o Comitê Estadual de Sanidade Avícola, com médicos veterinários habilitados e com técnicos da ADEPARA.

Encefalopatia Espongiforme Bovina - BSE (Mal da vaca louca)

Doença também letal para mamíferos. Os trabalhos são em nível de prevenção, por ser tratar de enfermidade ausente no estado no Pará e no Brasil. Em articulação com a área de Fiscalização de Insumos Pecuários e a ADEPARÁ são realizadas ações para evitar o consumo por ruminantes de alimentos contendo proteína de origem animal, principalmente as “camas de aviários”.

Raiva Dos Herbívoros

Doença endêmica em nosso Estado. Usa-se como medidas de prevenção a vacinação e/ou controle da população de morcegos hematófagos (*Desmodus rotundos*), sendo que a 1ª providência imuniza os animais e a segunda diminui o número de vetores e conseqüentemente da atividade viral. Foram realizados treinamentos para técnicos agrícolas em captura e tratamento de Morcegos Hematófagos com formação de equipes em cada Regional e de médicos veterinários na coleta de amostras para raiva e BSE .

Inspeção de Produtos de Origem Animal

Área subordinada em nível central ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/SDA e corresponde, no Estado do Pará, ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), sistema do MAPA que atesta a qualidade dos produtos de origem animal, sob o aspecto sanitário e tecnológico, oferecidos ao mercado consumidor nacional e internacional pelos estabelecimentos industriais que possuem registro no sistema. As atividades incluem inspecionar, verificar, fiscalizar e supervisionar todas as atividades de produção, desde a chegada na indústria, processamento, embalagem e expedição destes, visando a constatação da aplicação de procedimentos de autocontrole por parte do fabricante de forma a minimizar ou eliminar o risco sanitário inerente ao produto ofertado ao consumidor final. orientar e fiscalizar a implantação de estabelecimentos processadores desde a vistoria do terreno proposto, passando pela análise do leiaute operacional das instalações e equipamentos de forma a garantir a adequação do estabelecimento ao processo produtivo proposto. Os abatedouros com registro no SIF também utilizam a modalidade de inspeção permanente, com a presença de Médico Veterinário Oficial e Agentes de Inspeção, durante todo processo de abate.

Do ponto de vista operacional interno as atividades se distribuem nas subáreas abaixo:

- *Inspeção de pescado e derivados:*
- *Inspeção de Carnes e derivados:*
- *Inspeção de leite e derivados – SILEI*
- *Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC*
- *Inspeção de mel e derivados*

Inspeção de pescado e derivados:

A dinâmica adotada na execução do serviço objetivou as verificações de conformidade do beneficiamento de produtos nas indústrias sob o Serviço de Inspeção Federal – SIF de acordo com as normas vigentes de modo a garantir a inocuidade dos produtos elaborados, como também, o atendimento às exigências internacionais pelos estabelecimentos habilitados à exportação..

Inspeção de Carnes e derivados:

Desenvolveu suas atividades com a fiscalização de estabelecimentos com registro no SIF – Serviço de Inspeção Federal visando garantir o cumprimento das normas sanitárias, para segurança do consumidor e cumprimento de acordos internacionais por estabelecimentos habilitados à exportação.

Inspeção de leite e derivados - SILEI

Cabe a esta subárea a Coordenação e gestão (administrativa e técnica) dos estabelecimentos de Leite e Derivados com registro no SIF, no que se refere aos aspectos legais e regulamentares previstos na legislação específica (Lei nº 1.283/5, regulamentada pelo Dec. 30.691/52, alterado pelo Dec. 2244/97; Lei nº 7889/89; Lei nº 9.712/98, regulamentada pelo Dec. nº 5.741/2006 entre outras normas de natureza interna do MAPA: portarias, instruções normativas e de serviço. As atividades abrangem: Inspeção Sanitária do Leite e Derivados; Fiscalização de estabelecimentos industriais com registro junto ao SIF e de forma suplementar, nos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual ou Municipal; reinspeção de produtos do Leite e Derivados no comércio em geral; ações de combate à clandestinidade de toda ordem; Orientação técnica e tecnológica para usuários e interessados pelo SIF.

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC

As atividades incluem a coordenação e gestão (administrativa e técnica) frente às atividades próprias do plano, observadas, além das legislação de natureza geral da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, a específica IN SDA nº 42/2008. Coordenação do órgão executor Estadual, na esfera das suas competências delegadas pelo MAPA, na condução dos procedimentos dos Subprogramas do PNCRC. Em 2012 foram fornecidas orientação e treinamentos dos atores envolvidos (FFA's, Médicos Veterinários, pecuaristas e industriais sobre o PNCRC, seus procedimentos e prerrogativas), a coordenação e acompanhamento "in loco" das violações ocorridas, obtendo-se resultados satisfatória na mitigação das violações.

Inspeção de mel e derivados

Assim como nas demais subáreas da inspeção, cabe a esta inspecionar, verificar, fiscalizar e supervisionar todas as atividades de produção de mel e demais produtos apícolas, desde a chegada na indústria, processamento, envase e expedição destes, visando a constatação da aplicação de procedimentos de autocontrole por parte do fabricante de forma a minimizar ou

eliminar o risco sanitário inerente ao produto ofertado ao consumidor final, orientar e fiscalizar a implantação de estabelecimentos processadores desde a vistoria do terreno proposto, passando pela análise do leiaute operacional das instalações e equipamentos de forma a garantir a adequação do estabelecimento ao processo produtivo proposto.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV/DDA/SFA-PA.

Esta unidade técnica atende a duas áreas específicas da Defesa Agropecuária:

- **Sanidade Vegetal;**
- **Inspeção de Produtos de Origem Vegetal**

Sanidade Vegetal

Subordinada em nível central ao Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA, esta área do SISV tem como objetivos estratégicos a ampliação e manutenção de áreas livres de pragas e/ou sistemas de mitigação de risco de pragas, executar programas de controle fitossanitário, fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Vegetal, definir rotas de risco de disseminação de pragas dos vegetais, etc.

As ações são executadas por meio de sensibilização da cadeia produtiva; levantamento fitossanitário, auditorias, implantação de medidas preventivas e de controle, capacitação, manutenção de banco de dados; elaboração de relatórios, supervisão de área delimitada, etc.

A exemplo do que ocorre com a área de Saúde Animal, as atividades em Sanidade Vegetal são em grande parte, realizadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, também neste caso representado no Pará pela ADEPARÁ e sua estrutura física e operacional (gerências regionais, unidades locais, postos de vigilância do trânsito localizados nos pontos de entrada e saída do estado e limites internos de áreas com *status* fitossanitário diferenciado). Visando garantir a conformidade dos procedimentos realizados em relação às normas vigentes o SISVs realiza supervisões e auditorias nas unidades locais e postos de controle de trânsito.

Varias pragas agrícolas tem sido alvo das ações do SISV – Sanidade Vegetal:

Mosca Da Carambola

Em 2012 a principal atividade continua sendo tem sido a manutenção da área de dispersão da praga quarentenária mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) nos limites do Estado do Amapá, sem o que, todo o mercado internacional de frutos brasileiros *in natura* poderia se tornar alvo de restrições.

Monilíase Do Cacaueiro

Em estreita articulação com outros órgãos e unidades do MAPA como CEPLAC e EMBRAPA, SFA-AM, SFA-RO e SFA-AC, instituições de ensino e pesquisa como a UFRA e com a ativa participação da ADEPARÁ, o SISV tem atuado na prevenção da introdução do fungo fitopatogênico *Moniliophthora roreri* agente causal da enfermidade conhecida como Monilíase do Cacaueiro. Trata-se de patógeno bem mais agressivo do que o causador da conhecida *Vassoura de bruxa*, e atualmente infesta cacauais nos países vizinhos do Brasil.

Ferrugem Asiática da Soja

O monitoramento da Ferrugem asiática da soja tem sido mantido, inclusive com a manutenção do calendário de *vazio sanitário*, metodologia que visa diminuir a quantidade de *inoculo* (fonte de contaminação) do fungo *Phakopsora pachyrhizi* no campo.

Broca do Cacau e Cupuaçu

A exemplo da Monilíase do Cacaueiro, diversas ações multiinstitucionais foram implementadas para restringir o avanço em direção às áreas de produção da colebroca *Conotrachelus humeripictus*, importante praga não quarentenária das culturas do cacau e cupuaçu no Brasil, hoje presente na região oeste do Estado do Pará (região de Santarém e Belterra).

Inspeção Vegetal:

Subordinada em nível central ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA.

Subáreas:

- Fiscalização de Vinhos e bebidas;
- Classificação de Produtos de Origem Vegetal;

Fiscalização de vinhos e bebidas:

Atividades sob sua responsabilidade: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização; Registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; Capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

A elaboração da programação das metas físicas e financeiras eleitas como prioridades e consignadas no Plano Operativo do exercício de 2012, levantou-se especialmente e considerou-se os nºs dos registros das séries históricas das demandas internas e externas dos últimos 03 (três) anos sobre as atividades desenvolvidas e executadas.

Registre-se no presente relatório, que na execução do Plano Operativo do Exercício de 2012, não houve problemas e nem pontos limitantes ocasionados por falta de recursos orçamentários e nem financeiros, haja vista, o atendimento integral por parte da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, da programação mensal/anual encaminhada, dentro dos prazos fixados para tal.

Classificação de Produtos de Origem Vegetal

Cabe a esta subárea, entre outras atividades, a fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal; coleta de amostras de

monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS - SEFAG/DDA/SFA-PA

As atividades do SEFAG divide-se em 08 (oito) áreas técnicas, denominadas de Plano Interno (PI), as quais os seus objetivos são estrategicamente definidos em função de suas necessidades e peculiaridades.

Fiscalização de Insumos Pecuários

As três primeiras áreas técnicas são coordenadas em nível central pelo Departamento de fiscalização de Insumos Pecuários – DEFIP/SDA e são os seguintes:

- *Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE*
- *Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – FISCINAN*
- *Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1*

Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Cabe a esta subárea salvaguardar a produção e a produtividade na área animal pela garantia da qualidade e a conformidade dos materiais destinados à multiplicação por meio de inspeção e fiscalização da produção e comercialização de material genético; registro de estabelecimentos industriais, importadores e comerciais de sêmen e embriões; registro de estabelecimentos prestadores de serviços na área de reprodução; promoção de auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades e projetos pertinentes à área.

Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Atividade que visa assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal por meio de ações direcionadas para o registro e a fiscalização dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados, suplementos e aditivos; o registro dos produtos; a fiscalização de conformidade de produto, mediante realização de análises fiscais; a implementação das Boas Práticas de Fabricação - BPF nos estabelecimentos e; a participação em reuniões voltadas para a área de nutrição animal.

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1

Garantir a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade. Conferindo aos criadores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais por meio de registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais e, - controle da importação de produtos.

Fiscalização de Insumos Agrícolas

As demais áreas técnicas do SEFAG são coordenadas em nível central pelo Departamento de fiscalização de Insumos Agrícolas – DEFIA/SDA e são os seguintes:

- *Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM*
- *Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI*
- *Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX*
- *Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC 1*
- *Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados FISCORGEN*

Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

Proporcionar a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade e certificar a produção de sementes e mudas, buscando garantir conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética por meio de: registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas; análise laboratorial de amostras coletadas para a verificação dos padrões estabelecidos; certificação da produção de sementes e mudas.

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais por meio de: registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, participação em cursos, estágios, treinamentos em serviço e, elaboração e revisão de normas relativas à padronização.

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX

Fiscalizar as empresas prestadoras de serviços fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de produtos vegetais e seus subprodutos, além de embalagens de madeira. Não há registro de estabelecimento produtor em nosso estado.

Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC 1

Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos. Busca-se compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental por meio de: registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos;

Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN

Acompanhamento e fiscalização de plantios comerciais de milho e soja, que envolvam organismos geneticamente modificados para garantir o cumprimento das determinações da CTNBio e demais legislações referentes a OGM.

VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL – VIGIAGRO.

A extensão do País e os desafios da vigilância nas fronteiras exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo território brasileiro. Para tanto é necessário as Unidades responsáveis, estrategicamente, funcionem como a primeira linha da defesa agropecuária brasileira. Estas unidades, denominadas de UVAGRO, são localizadas nos pontos de ingresso e egresso (portos, aeroportos, fronteiras e aduanas especiais). Sua missão é realizar ações de vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, insumos agropecuários, além de embalagens e suportes de madeira que condicionem quaisquer classes de mercadorias destinadas à exportação ou importados pelo Brasil, são de responsabilidade

privativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o estabelecido no Artigo 55 do Decreto no. 5.741/2006.

Em nível de Órgão Central, os Serviços/Unidades são tecnicamente ligados à Coordenação Geral do VIGIAGRO - CGV, que por sua vez é diretamente ligada à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA. O Sistema possui mecanismo de autogerenciamento e está organizado em um Comitê Gestor e Sub-Comitês de Gestão por segmento, a saber: Portos, Aeroportos, Fronteiras e Aduanas Especiais. Os Subcomitês periodicamente realizam reuniões para discussões de assuntos pertinentes ao Sistema, tanto de ordem operacional como estratégica e de planejamento de ações.

No Pará, as Unidades de Vigilância, atuam como braço operacional dos Serviços Técnicos da SFA (SISA, SISV e SEFAG), realizando atividades regidas por normas técnicas emanadas dos Órgãos Específicos Singulares do MAPA e afetas especificamente às atividades daqueles Serviços, atuando no momento da chegada e saída de produtos e insumos agropecuários.

Em nível local o sistema funciona subordinado diretamente a DDA e consiste em 04 (quatro) Unidades operacionais, a saber:

1. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans;
3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;
4. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila do Conde.

O atendimento do Serviço é feito ainda nos pontos de egresso/ingresso, conforme segue:

- Ponto de Ingresso/Egresso Município Unidade Responsável
- Porto Seco METROBEL Belém Porto de Belém
- Terminal de Containeres - CONVICON Barcarena Porto de Vila do Conde
- Terminal Graneleiro - Cargil Santarém Porto de Santarém
- Porto Seco Center Cargo Juruti Porto de Santarém

Dentro dos objetivos estratégicos definidos e atingidos para 2012, tivemos a oficialização de três das quatro unidades em operação no Estado do Pará, e avanços significativos na qualidade da estrutura e dos equipamentos das unidades.

A melhoria e padronização dos procedimentos vêm sendo implementada em âmbito nacional, devendo atingir resultados mais significativos com a entrada em funcionamento do sistema informatizado SGVIG que deverá integrar todas as unidades operacionais do Sistema, com Sede em Brasília e as SFAs.

Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Responsável pela execução:

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Atua de forma mais sistemática na organização, promoção, fomento capacitação de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos, na fiscalização de convênios e na viabilização de emendas parlamentares. Em todos os segmentos, a estratégia adotada pelo DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas.

É responsável ainda no apoio a Projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria. Este apoio dar-se-á por meio de Contratos de Repasse, instrumento administrativo usado para transferência de recursos financeiros da união por meio de um agente financeiro público federal, sendo neste caso, a Caixa Econômica Federal.

Em todos os segmentos, a estratégia do DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.5 – Macroprocessos de apoio

- Administração de Pessoal
- Desenvolvimento de Pessoa
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação
- Assessoramento Jurídico

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados com *Macroprocessos de Governança e Administração Interna*. Sua condução segue a mesma características informada quanto aos finalísticos, a exceção de suas definições.

1.6 – Principais parceiros:

As principais instituições que concorrem ativamente para o êxito das atividades da SFA/PA, são elencadas abaixo:

- Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ*.
- Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI.
- INFRAERO.
- Companhia Docas do Pará – CDP.
- Universidade Federal Rural da Amazônia.
- Federação de Agricultura do Estado do Pará – FAEPA.
- Universidade Federal do Pará.
- Ministério Público do Estado do Pará.

Além das entidades acima, a SFA trabalha em estreita cooperação com as entidades vinculadas do MAPA alistadas abaixo:

- CEPLAC

- EMBRAPA
- LANAGRO
- INMET

2- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

O Planejamento Estratégico surgiu com a necessidade de uma reestruturação Organizacional. A partir daí criou-se a AGE – Assessoria de Gestão Estratégica, por força regimental, para coordenar a elaboração e gerir a Planejamento Estratégico do MAPA, cujos trabalhos tiveram início no final de 2005 com projeção para até 2015.

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA está inserida no contexto do Planejamento Estratégico conduzido pelo Ministério da Agricultura em Brasília, de onde emanam os objetivos, diretrizes e orientações técnicas com vistas ao atendimento dos resultados estratégicos.

A SFA/PA segue as metas estabelecidas para 2015, dentre as quais se destaca a busca da excelência administrativa, por meio da qual se pretende garantir maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio, fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos. São também objetivos estratégicos, que compõem o Plano Estratégico do Ministério, a garantia da segurança alimentar do povo brasileiro; a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética do país; o aumento da produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos e a autuação no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento de tais projetos na SFA/PA não se efetivou simultaneamente com o órgão central, o que dificultou sobremaneira a aplicabilidade no tocante a avaliação de resultado. Registra-se que a última avaliação feita nesta Unidade, foi a referente ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2010.

3 – ESTRUTURA DE GOVERNANCA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 – Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da UJ

Há no órgão central, no caso MAPA/Sede, setor responsável pelo controle interno no qual atende também demandas das Unidades descentralizadas (UGs) por meio de dois servidores indicados pelo Gestor para tal responsabilidade.

Visando o aprimoramento do controle interno, foi criada por meio da Portaria nº 100 de 26 de julho de 2012, uma Comissão Permanente de Controle Interno da SFA/PA composta por quatro servidores com o objetivo de realizar diagnósticos técnicos e de gestão nos procedimentos administrativos e dos termos das contratações da SFA/PA, e, especialmente avaliar e acompanhar o Plano de Providencias Permanente decorrente das demandas da CGU.

3.2 – Funcionamento do sistema de controle interno

- a) Ambiente de controle
- b) Avaliação de Risco
- c) Procedimento de controle
- d) Informação e Comunicação
- e) Monitoramento

**Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ
(Anexo II da DN TCU 119/2012)**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
avaliações sofridas.				
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X		
<p>Análise Crítica: Há no órgão central (MAPA/Sede) uma Comissão de Ética em caráter permanente, extensiva às UGs, cuja criação foi baseada no código de ética da Presidência da República com o objetivo de atender as demandas tanto da sede como das Unidades Descentralizada</p>				
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

3.3 – Estrutura e as atividades do sistema de correção da unidade

Não há na unidade gestora uma estrutura direcionada para o sistema de correção, haja vista que a UG atende as demandas oriundas do órgão central e dos órgãos de controle, mais especificamente a CGU. Como foi dito anteriormente, há uma comissão criada por meio da Portaria nº 100 de 26 de julho de 2012 para atendimento em tempo hábil de tais demandas e observância de procedimentos da UG.

3.4 – Cumprimento, pela correção da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU.

O quadro abaixo demonstra os procedimentos adotados tempestivamente pelo Gestor, no exercício, das demandas decorrentes de denúncias. Com isto, cumpre-se as disposições dos arts. 4º e 5º, da Portaria acima e ainda, atende a demanda da Coordenação Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE que mantém nas Unidades Descentralizadas um responsável para acompanhar o andamento dos processos de Sindicância e PADs visando subsidiar a referida Coordenação para lançamento no CGU-PAD.

Processo	Portaria	Procedimento	Situação	Lançamento CGU-PAD
1. 21030.001567/2012-04	026 de 12/03/2012	PAD	Não concluído	
2. 21030.001340/2010-51	025 de 12/03/2012	Sindicância	Não concluído	
3. 21030.001555/2011-52	025 de 12/03/2012	Sindicância	Não concluído	

4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As Unidades Gestoras, por serem unidades descentralizadas, não gerenciam “Programas”, operacionalizam as ações decorrente dos mesmos com subordinação técnica aos seus respectivos coordenadores da Unidade Central – UJ, as quais serão demonstradas abaixo.

Programa Temático: “2028 – Defesa Agropecuária”

4.1 – Ações de Programas Temáticos de responsabilidade da UG

Neste item, serão apresentados os quadros das ações conforme modelo da DN TCU 119/2012. Vale ressaltar que algumas terão quadros complementares com as respectivas análise de resultado.

AÇÕES:

Quadro A.4.4 – Ações vinculadas ao Programa “ 2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA”, de responsabilidade da UG

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Ação: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL

Responsável Técnico – RT : Francisco Rodrigues Nogueira

Identificação da Ação						
Código	8939					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de Bebidas em geral (alcoólicos e não alcoólicos), vinhos e derivados da uva e do vinho e fermentado acético					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA/PA					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.666,24	11.666,24	11.217,75	11.217,75	0	448,49	11.217,75
PI: IPVEGETAL : (*) Fonte: 0100- R\$ 2.804,83 Fonte 0150: R\$ 8.412,92						
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Inspeção de Estabelecimento produtor de Bebidas	Estabelecimento Inspeccionado	75	88	81.527,16*	11.217,75
02	Inspeção de estab. comercial, atacadista e varejista	Estabelecimento Fiscalizado	12	01	0,00	0,00
03	Vistoria de estabelecimento produtor para registro	Laudo de Vistoria Oficial	02	11	0,00	0,00
04	Coleta de amostra de fiscalização para análise laboratorial	TCAF	31	15	0,00	0,00
05	Reunião Técnica Interna	Reunião	12	21	0,00	0,00
06	Treinamento ou Curso	Unidade	01	01	0,00	0,00
07	Participação em Evento	Unidade	03	04	0,00	0,00

(*) Meta prevista no Plano Operativo Anual – POA 81.527,16 (**) Descentralização SIAFI 11.217,75

Informações Complementares:

- Quantidade de Estabelecimentos Registrados no SIPE (unidade) : 127
- Quantidade de Produto registrado no SIPE (unidade): 2.531
- Análise de solicitação de registro de produto (unidade): 12
- Cancelamento de registro de estabelecimento (unidade): 18
- Cancelamento de registro de produto (unidade): 260
- Processo administrativo instaurado e julgado (unidade): 07
- Quantidade de produtos amostrados e analisados no LANAGRO/PA (kg): 236.443,00

Análise Crítica:

Elaboração do Plano Operativo Anual

O Plano Operativo Anual do exercício 2012 foi elaborado com observância as diretrizes e

orientações concebidas, determinadas e repassadas pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA/MAPA. As metas físicas foram estabelecidas com base nas demandas, execução e resultado alcançado no exercício anterior, na quantidade de estabelecimentos industriais e de produtos registrados no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - SIPE, na força de trabalho disponível à atividade, nas diretrizes, objetivos e metas consignadas no Plano Plurianual do Governo Federal - PPA 2012/15.

Cumprimento de Metas

A execução das metas se dividiu em duas vertentes, a saber: A primeira referente à meta física, cujo resultado alcançado foi de 117,33% do programado. A segunda trata-se da meta financeira, cujo resultado alcançado foi 96,15% da dotação orçamentária disponibilizada em favor do SISV/DDA/SFA-PA à atividade em voga, conforme demonstra os dados registrados e disponibilizados no SIPLAN, e ainda, nos registros extraídos do SIAFI Gerencial. A execução das metas física e financeira foi lançada mês a mês no SIPLAN e em Relatórios mensal, trimestral e anual, todos encaminhados dentro do prazo legal a CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, com vistas a subsidiar o Relatório Anual do MAPA no que concerne a Ação/Atividade, de modo que após ser aprovado, seja disponibilizado na internet para conhecimento da sociedade em geral, e possa servir ainda como peça de informação para o aprimoramento das políticas públicas para o setor e industrial de bebidas nas diversas Regiões do país, em especial para o Estado do Pará e a Região Norte.

Eventuais Problemas de Execução

Registre-se, que a dotação orçamentária disponibilizada no valor total de R\$11.666,24 no PI: Ipvegetal2 (R\$2.804,83 na fonte 0100 e R\$8.412,92 na fonte 0150), corresponde apenas a 14,31% da prevista no POA/2012 (R\$81.527,16), prejudicando assim, sobremaneira, a execução das metas física e financeira da forma programada, bem como, esse fato, concorreu para a inexecução de outras metas não menos importantes que as de inspeção e fiscalização industrial propriamente dita de bebidas em geral, mas que são necessárias e indispensáveis para o alcance do resultado esperado em relação à meta do produto principal (Estabelecimento Inspeccionado). Ficou prejudicado a aquisição de material de apoio a atividade, tais como: Saco de polietileno personalizado com lacre de segurança para amostra de fiscalização de bebidas, caixas térmicas para transporte de amostras para o laboratório, material especial de acondicionamento e embalagem, etiquetas, material de expediente e material de uso duradouro, tais como: microcomputador para estação fixa de trabalho e portáteis para serviço de campo, GPS, máquina fotográfica de boa resolução, aparelho de ar condicionado, frigobar, mobília e serviços de melhorias e manutenção das instalações predial da unidade, e ainda, a participação pecuniária no compartilhamento com a administração da SFA/MAPA-PA de despesas fixas como combustível, telefone, luz, pessoal de apoio administrativo e de serviços gerais terceirizados. Demora exagerada na execução e até inconclusão de processos de aquisição de bens e serviços pela Administração da SFA/MAPA-PA, provocando estorno de crédito disponibilizado à Unidade Orçamentária localizada em Brasília.

Superações Significativas das Metas Estabelecidas

Para cumprimento das metas físicas (principal e secundárias) procurou-se aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros, existentes e disponibilizados em favor do SISV/DDA/SFA-PA à execução das atividades concernentes a Ação 8938 – Atividade 0356. Assim, centrou-se o foco na execução das atividades de inspeção e fiscalização “In Loco” de estabelecimentos industriais registrados no SIPE como produtores, envasilhadores e exportadores de bebidas em geral, localizados na Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará, porque além de não exigir despesas com deslocamento, exceto combustível que é fornecido pela administração, a Região concentra o maior número de estabelecimentos registrados e em atividade, bem como é a responsável pela quase totalidade da produção de bebidas do Estado, inclusive quanto à produção e envasilhamento de cervejas, bebidas alcoólicas por mistura, de refrigerantes e de polpas de

frutas, com destaque para o açaí produzido e comercializado no mercado local, nacional e de exportação.

Em menor intensidade a fiscalização no comércio atacadista e varejista de bebidas em geral, também com coleta de amostras de fiscalização que foram analisadas no Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO/PA, para verificação do Padrão de Identidade e Qualidade - PIQ, oficial, de produtos expostos no comércio local, com fins de preservar a segurança alimentar do consumidor final. Os resultados tiveram os desdobramentos previstos na legislação federal reguladora da atividade, ou seja, intimações para correções de impropriedades, autuações de infratores com aplicação de penalidades, inclusive multas e fechamento de estabelecimentos.

Informações Complementares

Metodologia de Execução da Ação/Atividade e Público Alvo

Inspeção e fiscalização “In Loco” de estabelecimentos industriais localizados no Estado do Pará, registrados ou não (clandestinos) no SIPE, que produzem, envasilhem e comercializem bebidas em geral, e vinhos e derivados da uva e do vinho, de polpas de frutas, e ainda, no comércio atacadista e varejista de bebidas, com ou sem coleta de amostra de fiscalização para análise laboratorial e confrontação com o Padrão de Identidade e Qualidade - PIQ, oficial, dos produtos fiscalizados para tomada de outras providências caso a caso. Todas as operações são registradas em documentos oficiais padronizados e aprovados para uso obrigatório na ação/atividade.

Produto da Ação/Atividade

“Estabelecimento inspecionado” – Mensurado pela quantidade de inspeções realizadas “In Loco” com uso de Lista de Verificação Oficial Padrão em estabelecimentos industriais registrados no SIPE como produtores, envasilhadores e exportadores de bebidas em geral, inclusive vinho e derivados da uva e do vinho, e ainda, fiscalização no comércio atacadista e varejista.

Participação de Eventos Vinculados a Ação/Atividade

O SISV/DDA/SFA-PA se fez presente por meio de sua chefia, seus técnicos e auxiliares em reuniões e eventos de promoção interna e externa, juntamente com diversos órgãos federais, municipais, estaduais, ministério público, produtores, órgãos de defesa do consumidor, e representantes da sociedade civil organizada, para discussão e estabelecimento de diretrizes e metas de melhorias na sanidade e na qualidade do açaí produzido no Estado para venda direta ao consumidor, e ainda, sobre outros assuntos relacionados a indústria de bebidas e o agronegócio estadual e regional.

Avaliação dos Resultados Alcançados

A relação custo/benefício concernente à execução da ação/atividades de inspeção e fiscalização de vinhos e bebidas em geral, realizadas pelo SISV/DDA/SFA-PA da SFA/MAPA-PA, em 2012, foi de R\$127,47 por estabelecimento inspecionado – R\$11.217,75 (deslocamento e custeio) para realização de 88 inspeções/fiscalizações. Considerando a média de 01 a 02 (um a dois) dias úteis para se inspecionar/fiscalizar por completo uma indústria de porte médio a grande, aliada as dimensões continentais do Estado do Pará, as peculiaridades e a precária infraestrutura da malha rodoviária para o interior, pode-se concluir que se trata de um índice técnico e econômico-financeiro considerado bom, devido à eficácia que a ação/atividade de inspeção federal de bebidas alcança e representa à sociedade como um todo, haja vista, a exigência legal de Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ, oficial, para os produtos ofertados no mercado nacional e de exportação. O que impinge a necessária e indispensável presença dos agentes públicos responsáveis pela ação/atividade de inspeção e fiscalização de alimentos e bebidas nas indústrias e no comércio atacadista e varejista, com intuito de coibir fraudes e exigir a garantia de inocuidade dos produtos ofertados, e por consequência, a garantia da segurança alimentar da população consumidora dos produtos, com

reflexos positivos na economia e em outras áreas como a da saúde pública e privada, por exemplo, devido a diminuição de custos com tratamento de pacientes com diarreias, intoxicações alimentares e alergias causadas por produtos e ingredientes de uso não permitidos por força de legislação.

Considerando-se a existência 127 estabelecimentos e 2.531 produtos registrados na circunscrição do SISV/DDA/SFA-PA, o quantitativo de 88 inspeções/fiscalizações realizadas “in loco” representa 69,29% do quantitativo total, o que vale dizer que em termos estatísticos é um percentual que reflete a realidade do setor com confiabilidade e pequena margem de erro, cujos dados levantados e compilados podem e devem ser considerados e utilizados na revisão, ampliação, reformulação e formulação de novas políticas públicas de todas as esferas de governo para apoio, incentivo e crescimento sustentável das diversas cadeias produtivas e industriais de bebidas não alcoólicas e alcoólicas no Estado e na Região, para que de fato, possibilite um aumento da geração de emprego, renda e arrecadação de impostos e divisas tão importantes para ajudar no equilíbrio da balança comercial brasileira, especialmente, no agronegócio do setor.

Ressalte-se ainda, que o parque industrial de bebidas localizado no Estado do Pará, ainda está muito voltado para produção e exportação de matéria prima bruta (polpas de frutas regionais) sem qualquer agregação de valor, com destaque para o açaí produzido e envasilhado em tambores de 200kg, com destino à Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão dentre outros destinos não menos importantes economicamente e, em embalagens variando de 01 a 05kg para o mercado nacional. Refrigerantes, sucos, néctares e cervejas e outros produtos prontos para o consumo humano, com raras exceções ainda é privilégio de poucos grupos econômicos brasileiros e internacionais recém instalados no Estado do Pará.

Principais Desafios a Superar

- Intensificar a inspeção/fiscalização nas indústrias e no comércio atacadista e varejista com vistas a evitar a produção e comercialização de bebidas em geral, não conformes em relação ao PIQ oficial estabelecido para cada produto;
- Implantação, pelas indústrias, das Boas Práticas de Fabricação e Sistemas de controle de qualidade mais eficientes, como APPCCs;
- Alocação de recursos orçamentários suficientes e liberação do financeiro de acordo com a programação estabelecida no POA;
- Fortalecer (ampliar) a equipe de FFAs da atividade de vinhos e bebidas, para atender as demandas contínuas já existentes e, as emergentes;
- Promover capacitação e reciclagem periódica da equipe de inspeção/fiscalização sobre legislação e procedimentos operacionais específicos, para facilitar e uniformizar a atuação fiscal em níveis semelhantes aos praticados nos Estados mais desenvolvidos;
- f) Aplicação dos POPs de forma integral para melhorar a eficiência dos serviços prestados;
- Promover reuniões com o setor produtivo (industrial) e outros órgãos públicos de todas as esferas de governo, para buscar soluções para os principais problemas que afetam o agronegócio de bebidas regionais e, eliminação de pontos limitantes ao desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos produtores, envasilhadores, importadores e exportadores de bebidas em geral;
- Contribuir com subsídios para atualização da legislação a realidade regional das atividades.

Legislação Reguladora da Ação/Atividade (principais)

- Lei Federal n.º 8.918/1994, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 6871/2009 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas.
- Lei Federal n.º 7.678/1988, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.066/1990, que dispõe sobre a produção, a circulação e a comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho.
- Manual de Fiscalização de Bebidas do MAPA e no Manual de Procedimentos Operacionais Padrões para Fiscalização de Bebidas, aprovado pela Portaria do Sr. Secretário da SDA/MAPA n.º 272, de 09/06/2010.
- Lei Federal n.º 9.712/1998 – Lei Agrícola - Capítulo da Defesa Agropecuária.
- Instrução Normativa do MAPA n.º 05/2000, que Aprova o Regulamento Técnico para a fabricação de bebidas e fermentados acéticos, inclusive vinhos e derivados da uva e do vinho, dirigido aos estabelecimentos que especifica, e,
- Normas complementares do MAPA e de outros órgãos federais.

RESULTADOS ALCANÇADOS (INDICADORES DE DESEMPENHO)

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pela Gestão do SISV/DDA/SFA-PA no exercício 2012, foram os desenvolvidos e estabelecidos como obrigatório em nível nacional pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas.

1. EFICIÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS (Este índice demonstra em média quantos estabelecimentos foram inspecionados por cada FFA disponível da UF) - **Fórmula** = (Total de Inspeções / média do ENFAB).

$$ERH = 88 / 03 = 29,33 / FFA (*)$$

2. INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO NO COMÉRCIO (Este índice revela o percentual de termos de inspeções dedicados ao comércio) - **Fórmula** = (Total de Inspeção em Estabelecimentos Comerciais / Total de Inspeções) x 100.

$$EFC = 01 / 88 x 100 = 1,14\%$$

3. CONFORMIDADE DE ESTABELECIMENTOS (Este índice revela o nível de conformidade dos estabelecimentos inspecionados com base na definição de conformidade utilizada pelo planejamento estratégico do MAPA) - **Fórmula** = (Total de Estabelecimento Conforme com Aplicação de Lista de Verificação / Total de Estabelecimento Inspecionado com Aplicação da Lista de Verificação) x 100.

$$CE = 49 / 50 x 100 = 98,00\%$$

4. CONFORMIDADE DE PRODUTOS (Este índice mostra a conformidade dos produtos analisados) - **Fórmula** = (Produto conforme / produto conforme + produto não conforme) x 100.

$$CP = 10 / 10 + 12 x 100 = 45,45\%$$

2. CUSTO DA FISCALIZAÇÃO (Este índice demonstra o custo médio das fiscalizações tendo em vistas as ordens bancárias executadas para os elementos de despesas agrupados o código 3390 (deslocamento e custeio) – **Fórmula** = Somatório do valor das ordens bancárias executadas para os

elementos de despesas sob o código 3390 / N° Total de Estabelecimento Inspeccionado.

$$CF = 11.217,75 / 88 = R\$127,47$$

5. META SIPLAN (Este índice revela a execução da programação anual com relação às inspeções/fiscalizações - **Fórmula** = (Inspeção/Fiscalização / Meta Programada Anual) x 100.

$$MS = 88 / 75 \times 100 = 117,33\%$$

(*) *A execução das demandas internas diárias (instrução e análise de processos, intimações, auto de infrações, relatoria, reuniões, atendimento ao público, laudos de vistorias, participação em comissões e eventos e outras atividades)*

Ação: 4746 – Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

Responsável Técnico – RT : José Carlos Barroso Junior

Identificação da Ação						
Código	4746					
Descrição	Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável	SISV/QV/DDA/SFA/PA					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidado	Processados	Não Processados	
111.128,06*	106.835,59	104.927,88	104.927,88	0	1.907,71	104.927,88
(*)Meta prevista no Plano Operativo Anual – POA R\$ 111.128,06 (**) Descentralização SIAFI R\$ 106.835,59						
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	80	235	111.128,06	104.927,88

Análise Crítica:

Cumprimento das Metas:

Em virtude das mudanças no PPA, o coordenador de Ação Nacional atribuiu como meta 80 fiscalizações realizadas, meta essa muito abaixo do potencial fiscal do SISV/QV/DDA/SFA-PA, o Coordenador de Ação Estadual corrigiu a meta para 160 fiscalizações realizadas. Porém, com a expansão do comércio de gêneros alimentícios, novos estabelecimentos comerciais foram abertos, nos Municípios fiscalizados, ensejando assim, o aumento da meta, atingindo o total de 235 fiscalizações realizadas, superando o programado pelos CAN e CAE. Deste total, evidenciamos a fiscalização em 196 estabelecimentos comerciais Varejistas, 24 Atacadistas e 15 Embaladores de produtos de origem vegetal, basicamente o ARROZ e FEIJÃO, sendo essa ação fiscal realizada em 30 Municípios visitados no estado do Pará. Aliado a essa ação fiscal, promovemos a coleta de 60 amostras fiscais para aferir as qualidades dos produtos de origem vegetal, sendo 35 coletas de Arroz e 25 de Feijão, observando após análise fiscal, apenas 03 amostras não conformes e 32 amostras conformes do produto Arroz e 05 não conformes e 20 conformes do produto Feijão.

Consideramos assim, um percentual significativo de estabilidade da Qualidade dos produtos ofertados ao consumidor final, assegurando e garantindo uma alimentação saudável as famílias que dependem desses produtos para seu sustento diário. Fiscalizamos 28 marcas comerciais de Arroz e 19 de Feijão, embalados em sacos plásticos de 01Kg e 05 Kg, de diversos embaladores localizados nos estados do Pará, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Fiscalizamos no total de 1.860,26 Toneladas de produtos de origem vegetal nos estabelecimentos comerciais, sendo 1.166,04 toneladas de Arroz e 694,22 toneladas de Feijão, que refletem um quantitativo substancial de verificação da qualidade desses produtos ofertados ao consumidor final.

Efetuamos por meio de processos administrativos a cobrança de Multas no valor de 36.474,00 aos embaladores e estabelecimentos comerciais que burlaram a legislação vigente da Qualidade Vegetal (Lei Federal nº 9.972/2000 e Decreto Federal nº 6.268/2007).

Desta forma, concluímos que o exercício de 2012 foi bastante produtivo e eficiente, nos proporcionando a tranquila consciência do dever cumprido com a população consumidora dos produtos de origem vegetal fiscalizados pela equipe técnica/administrativa do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura no Pará.

EVENTUAIS PROBLEMAS DE EXECUÇÃO: Quanto a liberação de recursos orçamentários e financeiros para CUSTEIO não ocorreu problemas. Porém, a falta de liberação de recursos orçamentários e financeiros para INVESTIMENTO causou transtornos para uma maior eficiência da Ação Fiscal da Qualidade Vegetal.

SUPERAÇÕES SIGNIFICATIVAS DAS METAS ESTABELECIDAS: Houve superação da Meta Física programada no SIPLAN de 80 para 235 estabelecimentos fiscalizados pelo SISV/QV/DDA/SFA-PA no exercício de 2012, em função de dois fatores:

1-O Coordenador de Ação Nacional programou 80 estabelecimentos fiscalizados em virtude da mudança do PPA, porém, o programado foi muito abaixo da capacidade fiscal do SISV/QV/DDA/SFA-PA.

2-Ocorreu em 2012 a expansão do comércio de gêneros alimentícios, com abertura de novos estabelecimentos comerciais nos municípios fiscalizados.

Ação: 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA

Responsável Técnico – RT : Wilda Pacheco

Identificação da Ação						
Código	4738					
Descrição	Monitoramento, Fiscalização Fitossanitária, Capacitação Técnica e Educação Sanitária					
Iniciativa	2028 – Sanidade Agropecuária					
Unidade Responsável	SISV/DDA/SFA/PA					
Unidade Orçamentária	UO: 22101/MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.375,22(*)	17.375,22	14.371,80	14.371,80	0	0	(*)14.371,80 (**)257.400,00
257.400,00(**)						
Obs: * valor destinado ao SISV-PA			** valor destinado ao Convênio MAPA-ADEPARA			
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidad Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Erradicação da Mosca da Carambola	há	124.768.951	124.768.951	17.373,22	14.371,80

1.1	Supervisão e fiscalização do monitoramento da MC no Pará	Unid.	1690	284	30.356,60	6.250,00
1.2	Supervisão e fiscalização do monitoramento da MC e das ações de controle e de educação sanitária no Vale do Jari (MD) e Almeirim	Unid.	1236	922	7.729,50	8.121,80
1.3	Aquisição de equipamento e material permanente	Unid.	9	0	110.000,00	0,00
1.4	Participar da avaliação das ações de combate da praga no Sul do Amapá	Unid.	3	0	5.370,00	0,00
1.5	Participar da avaliação das ações de combate a praga em Roraima	Unid.	3	0	10.455,00	0,00
Obs: *valor programado POA			** valor da dotação no SIAFI gerencial			

Análise Crítica:

A mosca da carambola é uma das espécies de moscas-das-frutas de importância econômica prejudicial à fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996. Por meio do decreto nº 2.226, de 19 de maio de 1997, a região compreendida pelo Município do Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá foram consideradas pelo Ministério da Agricultura como áreas de emergência fitossanitária, onde ao longo dos últimos treze anos vêm sendo executadas medidas de controle e erradicação de focos dessa praga a fim de impedir sua dispersão para outros locais dentro e fora do Estado.

O monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará iniciou em 1996 pela Superintendência Federal de Agricultura- SFA/PA com 181 armadilhas instaladas nos principais pontos de entrada nas rotas de risco no Estado. Em fevereiro de 2007 ocorreu um foco da *Bactrocera carambolae* no Distrito de Monte Dourado-Almeirim e após intensivas ações de combate a praga foi erradicada em março de 2008. No dia quatro de junho de 2011 novamente detectou-se um foco dessa praga na sede do município de Almeirim. Foram capturados 28 exemplares sendo a última captura ocorrida em 17/06/2011 e o foco declarado erradicado no dia 03/10/2012.

Após os focos detectados no Estado expandiu-se as áreas trabalhadas tanto em Monte Dourado, Almeirim como em outros municípios do Pará, de forma a intensificar a vigilância nas principais rotas de risco.

Passados cinco anos sem ocorrência da mosca da carambola na região de Laranjal do Jari e Monte Dourado, no dia 26 de outubro de 2012 foi capturado um espécime e no dia 02 de novembro mais dois espécimes da praga em Laranjal do Jari. Ressalta-se que em Laranjal do Jari o monitoramento e as ações de controle ficaram suspensos em todo ano de 2011, e em 2012 foram realizados apenas quatro monitoramentos e as ações de controle continuaram suspensas até 26 de outubro de 2012, quando do aparecimento desses focos. Foram implementadas as medidas do Plano Emergencial de Erradicação, ou seja, aumento de densidade de armadilhas em torno do foco, pulverizações semanais de isca tóxica e lançamento de blocos a cada 20 dias e foram realizadas leituras diárias durante 15 dias nas cidades de Laranjal do Jari e também em Monte Dourado tendo em vista o risco de dispersão da praga para o estado do Pará.

Como se temia novos focos da praga foram detectados no dia 15 e 29 de novembro de 2012 na vila do Planalto e na cidade de Monte Dourado respectivamente.

Devido a detecção do foco em Laranjal do Jari a região de Monte Dourado e Laranjal do Jari é considerada de alto risco de dispersão da praga para o estado do Pará, principalmente para a sede do município de Almeirim, declarado erradicado em 12/11/2012. considerando o grande fluxo de embarcações procedentes de Santana e Macapá para esses locais e pelo trânsito de pessoas entre os Estados do Amapá e Pará naquela região. Contudo, a portaria, SDA 21-06, que proíbe a comercialização e transporte de frutos de Macapá para áreas livres da praga, como a região do Jari,

continua sem ser cumprida pela Agencia de Defesa Agropecuária do Amapá-DIAGRO reforçando o risco de reintrodução da MC na região e resultar na perda do status do Pará de livre desta praga

Os levantamentos de prospecção e monitoramentos são realizados pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARA, sob controle e supervisão da Superintendência Federal de Agricultura no Pará-SFA-PA. Atualmente são monitorados 50 municípios considerados áreas de alto risco de introdução e dispersão da praga no Estado, onde encontram-se instaladas 1068 armadilhas, sendo 813 do tipo Jackson e 255 do tipo McPhail. O quadro 1 mostra a distribuição de armadilhas nas áreas monitoradas no Estado.

Figura 1. Área prospectada para *B. carambolae* no estado do Pará em 2012.

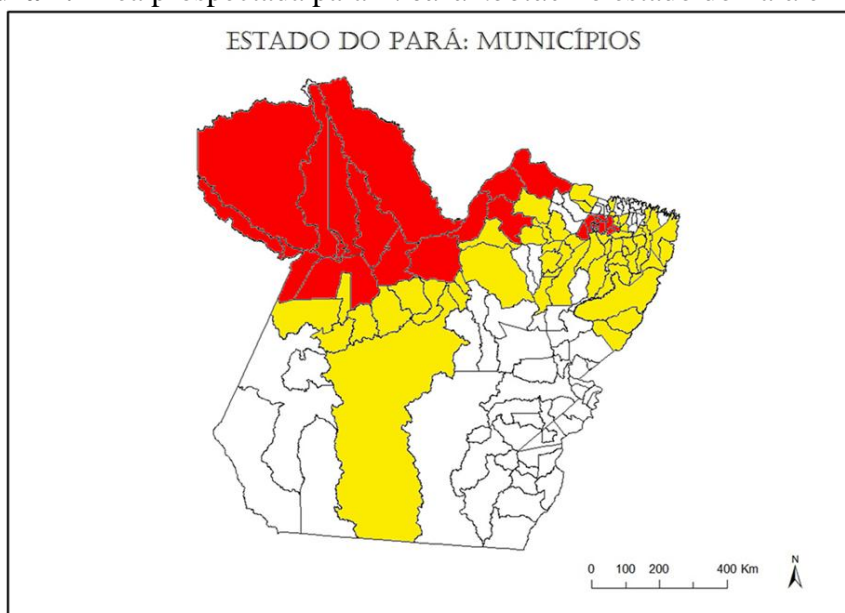
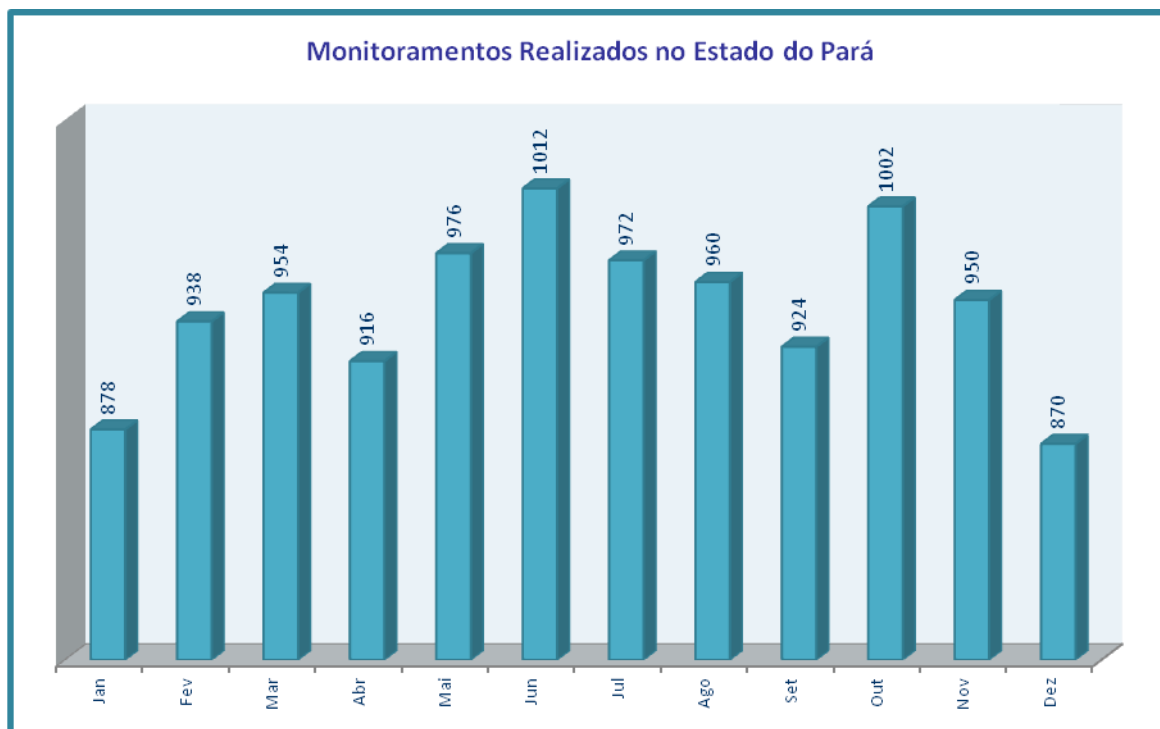


Figura 2. Resultados dos monitoramentos realizados em 2012.



Quadro 1 – Locais de Monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará, em 2012

Local	Monitoramentos		
	Planejado	Executado	%
Altamira	240	200	83,33
Medicilândia	240	140	58,33
Placas	240	180	75,00
Uruará	240	220	91,67
Vitória do Xingu	240	90	37,50
Senador José Porfírio	240	170	70,83
Barcarena	240	220	91,67
Abaetetuba	240	220	91,67
Cametá	240	230	95,83
Igarapé Miri	240	210	87,50
Tomé-Açu	432	414	95,83
Capanema	240	190	79,17
Bragança	240	210	87,50
Chaves	480	80	16,67
Afuá	480	360	75,00
Breves	240	240	100,00
Curralinho	240	240	100,00
Portel	240	240	100,00
Capitão Poço	432	324	75,00
Ourém	432	288	66,67
Irituia	432	126	29,17
Garrafão do Norte	432	360	83,33
Nova Esperança do Piria	240	100	41,67
Santa Maria do Pará	240	220	91,67
São Miguel do Guamã	240	110	45,83
Benevides	240	230	95,83
S. A. Tauá	240	210	87,50
Colares	240	180	75,00
Vigia	240	240	100,00
São Caetano de Odivelas	240	240	100,00
Curuçá	240	240	100,00
Marapanim	240	240	100,00
Santa Izabel	240	230	95,83
Belém	480	420	87,50
Icoaraci	240	200	83,33
Mosqueiro	240	180	75,00
Soure	240	180	75,00
Salvaterra	240	210	87,50
Santarém	480	480	100,00
Monte Alegre	480	300	62,50
Alenquer	480	360	75,00
Oriximiná	480	200	41,67
Óbidos	480	300	62,50
Juruti	480	200	41,67
Prainha	480	260	54,17
Porto de Moz	480	220	45,83
Gurupá	480	460	95,83
Rurópolis	240	190	79,17
Rondon do Pará	240	0	0,00

O SISV realizou supervisões nas atividades de monitoramento e nos planos de erradicação e pós-erradicação em Almeirim e Monte Dourado respectivamente, com os objetivos de verificar o controle de qualidade dos trabalhos que vêm sendo realizados pelas equipes executoras da ADEPARA buscando orientar os sobre os ajustes necessários quanto ao monitoramento e ações de controle. Nas supervisões também são detectados os entraves relacionados à condução dos trabalhos e apresentados aos gestores técnico-administrativos dos órgãos responsáveis pela execução para

solução dos mesmos.

A ADEPARA realiza supervisões internas no monitoramento pelo grupo composto por Engenheiros Agrônomos capacitados pelo MAPA e experientes no monitoramento da Mosca da carambola. Este grupo realiza quatro supervisões internas anuais em todas as rotas do Estado seguindo metodologia e “check list” descritos no “Plano de Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará”, elaborado pelo SISV/PA em conjunto a ADEPARA .

Quadro 2- Técnicos que realizam Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará na ADEPARA

Técnico em Defesa e Inspeção Agropecuária	Área a Supervisionar
Everaldo Luis Martins Chaves	Gerência de Almeirim
Adalberto Gomes Tavares	Gerência de Breves
Clovis Antonio Villacorta Vasconcelos	Gerência de Santarém
Jorge Eduardo Mendonça Goes	Gerência de Soure
Leonardo Magno Marques de Moraes	GEDV/ADEPARA
Helson Nascimento	Gerência de Castanhal
Ana Thais	Gerência de Capanema/Capitão Poço
José Eduardo	Gerência de Abaetetuba
Raimundo Matos	Gerência de Santarém/Almeirim
Paulo Ricardo	Gerência de Oriximiná
Pedro Araujo	Gerência de Altamira/Itaituba

O controle de qualidade pela SFA/PA é realizado duas vezes ao ano.

Em 2012 em Monte Dourado e Almeirim continuaram a aplicação de procedimentos sistematizados de pulverizações de iscas tóxicas e coleta de frutos hospedeiros e ações de educação sanitária. Os Quadros 4 e 5 mostram os tratamentos realizados em Monte Dourado e na sede e zona rural do município de Almeirim.

Em 2012 foi dada continuidade à Cooperação Técnica entre o MAPA – SFA/PA e SFA/AP, ADEPARA - Agência de Defesa Agropecuária do Pará e DIAGRO- Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá com o objetivo de compartilhar ações nos estados do Pará e Amapá visando o combate e conter o avanço da praga no Estado do Amapá e para os demais estados da Federação.

Alguns problemas de ordem técnica-administrativa e operacional foram identificados em 2012, que afetaram o desempenho desta ação no estado do Pará, como:

- Indisponibilidade de veículos (carros ou moto) em alguns escritórios da ADEPARA; ou quando existentes com problemas de manutenção.
- Falta de Técnicos em algumas unidades da ADEPARA ou não substituição de destes em situações de férias, causando falta de monitoramento da *Bactrocera carambolae*.
- Indisponibilidade de recursos financeiros nos escritórios da ADEPARA para aquisição de combustível, material de expediente e conservação dos imóveis.
- Falta de melhores condições de trabalho para os técnicos lotados nas ULSAV's e Postos de fiscalização.
- O trânsito de produtos vegetais do Estado do Amapá para o Pará continua sem controle.
- Atraso na liberação de recursos do convênio MAPA-ADEPARA, que ocorreu somente no final de agosto de 2012.

- Indisponibilidade de veículos na SFA-PA para os FFA fazerem as supervisões programadas.
- Em 2012 as programações de supervisões ficaram prejudicadas na sua execução considerando principalmente as restrições para emissão de diárias e passagens aéreas. Outro fator é o número reduzido de Fiscais que trabalham nesta atividade no SISV.

Quadro 3 – Medidas de controle e erradicação realizados em Almeirim no período de janeiro dezembro de 2012.

Localidade	Nº Armadilhas		Nº Capturas		Coleta Frutos (kg)	Planta Erradicada	Bloco Distribuído	Planta Pulverizada
	Jackson	Mephail	Jacson	Mpchail				
Almeirim	42	20	0	0	6.900	0	13.800	65.220
Zona Rural Prospecção	22	0	0	0	0	0	0	0
Total:	80		0		6.900	0	13.800	65.220

Indicadores de Desempenho

INDICADOR	Incidência da Praga “Mosca da Carambola”	Nº Supervisão/Fiscalização Realizada
Atributo:	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola.	Número supervisão/fiscalização em relação ao programado.
Fonte:	ADEPARA	SISV/DDA/SFA-PA
Fórmulas e cálculos:	<p>Varição Absoluta (VA) entre a Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola e a Área dos municípios programados para 2012 $VA = APPR2012 - APPP2012$ $VA = 117.472.673 - 124.768.700$ $VA = -7.296.027$</p> <p>Varição Relativa (VR) entre a Área dos municípios do território paraense de prevenção da mosca da carambola e a Área dos municípios programados para 2012, em percentagem: $VR = NIPR2012/NIPP2012*100$ $VR = (117.472.673/124.768.700)*100$ $VR = 94,15\%$</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de supervisão/fiscalização realizada, em relação ao número de supervisão/fiscalização programada para 2012: $VA = NSFR2012 - NSFP2012$ $VA = 1206 - 2926$ $VA = - 1720$</p> <p>Varição Relativa (VR) entre o número de supervisão/fiscalização realizada e o número de supervisão/fiscalização programada para 2012, em percentagem: $VR = NSFR2012/NSFP *100$ $VR = (1206/2926)*100$ $VR = 41,21\%$</p>
APPR: Área de Prevenção da Praga Realizada; APPP: Área de Prevenção da Praga Programada; NSFR: Número de Supervisão/Fiscalização Realizada; NSFR: Número de Supervisão/Fiscalização Programada.		

Análise Crítica

Para avaliação do desempenho operacional da ação ERRADMOSCA calculou-se a Eficácia para não incidência da Mosca da carambola no Pará, ou seja, para a atividade de prevenção e controle que está sendo executada pela a SFA e ADEPARA. O produto, “Área prevenida”, mostra um resultado 94,15% correspondendo as áreas dos municípios sem ocorrência da praga. O restante 5,85% corresponde à área controlada onde ocorreu focos da mosca da carambola, ou seja a área do município de Almeirim.

A atividade de supervisão do monitoramento é realizada diretamente pelo SISV e tem o objetivo de verificar o controle de qualidade do monitoramento da mosca da carambola executado pela ADEPARA. Em 2012 o SISV teve um desempenho físico de 41%. Esse resultado reflete os cortes efetuados com emissão de diárias e passagens aéreas ocorridos em 2012 pelo Governo

Federal, ou seja, o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, por parte do MAPA, para a realização de atividades de campo

Outro fator é o número reduzido de Fiscais que trabalham nesta atividade no SISV e indisponibilidade de veículos na SFA-PA para os FFA fazerem as supervisões programadas.

Ação: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL

Responsável Técnico – RT: Wagner Anderson Xavier da Conceição

Identificação da Ação						
Código	8572					
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridade de pesquisa para praga, levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação e caracterização de áreas e locais livres de pragas.					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável	SISV/QV/DDA/SFA/PA					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidado	Processados	Não Processados	
66.544,67 (*) 533.430,00	57.081,86 (*) 590.411,86	57.081,86 (*) 590.411,86	57.081,86 (*) 590.411,86	2.660,21	9.350,45	57.081,86 (*) 530.669,79
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Un Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Área Controlada SFA/PA	Há	53.450	87.900	610.654,73	583.906,27
02	Área Controlada SFA/PA e ADEPARÁ	Há	64.900	107.721	142.402,00	110.591,45

(*) Fonte: SIAFI 2012 – Recurso referente ao convênio de Defesa Vegetal – Ministério da Agricultura (MAPA) e Agência de Defesa do Estado do Pará (ADEPARÁ.)

Dados Gerais da Ação

Entre as atividades prioritárias inerentes a esta ação no Estado do Pará estão o controle do Moko e da Sigatoka Negra na cultura da banana e helicônias, o controle da Ferrugem Asiática da Soja e da Mosca Negra dos Citros; a prevenção da Monilíase do cacaueteiro, do Ácaro Vermelho das Palmeiras, da Broca da Teca e; a prevenção de pragas quarentenárias da cultura dos citros como a Pinta Preta, o Cancro Cítrico e o Greening.

Essas atividades de prevenção e controle são de execução direta da Agência Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ, para as quais o MAPA repassa recursos financeiros por meio de convênio. O cumprimento destas atividades são supervisionadas e auditadas pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA-PA.

Dando continuidade ao Plano de Trabalho com vigência de 2011 a 2015, foi celebrado em agosto de 2012 Termo Aditivo ao Convênio nº 755770/2011 com repasse de R\$ 533.430,00, para dar continuidade a estruturação e manutenção do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, conforme Decreto nº 5.741/2006.

A Análise da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL foi realizada no detalhamento das subações que estão relacionadas no desempenho operacional abaixo. A execução física considera a inspeção por amostragens de plantios nas rotas de risco ou com a presença da praga alvo. A metodologia de cada subação esta definida nas Instruções Normativas emitidas pela Coordenação Geral de Pragas do Departamento Sanidade Vegetal/MAPA.

Desempenho Operacional

Prevenção e Controle da Praga Monilíase do Cacauero						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho%
Há	2.000	1.968	98	21.230,00	18.359,62	86

Prevenção e Controle de Pragas dos Citros						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Físico		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	3.000	735	24	20.900,00	19.787,14	95

Prevenção da Broca da Teca						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho%	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho%
Há	1.500	1.305	87	24.125,00	18.634,55	77

Prevenção da Praga Ácaro Vermelho das Palmeiras						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	3.000	78.329	2611	18.600,00	5.867,14	32

Prevenção e Controle das Pragas Moko da Bananeira e Sigatoka Negra						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	1.400	853	61	25.250,00	9.040,26	35

Prevenção e Controle de Pragas da Soja e Fiscalização do Vazio Sanitário da Soja						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	54.000	24.531	45	32.300,00	32.300,00	100

A Análise da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL foi realizada no detalhamento das subações que estão relacionadas no desempenho operacional abaixo. A execução física considera a inspeção por amostragens de plantios nas rotas de risco ou com a presença da praga alvo. A metodologia de cada subação esta definida nas Instruções Normativas emitidas pela Coordenação Geral de Pragas do Departamento Sanidade Vegetal/MAPA.

Desempenho Operacional

Prevenção e Controle da Praga Monilíase do Cacauero						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %

	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desemp enho%
Há	2.000	1.968	98	21.230,00	18.359,62	86

Prevenção e Controle de Pragas dos Citros						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	3.000	735	24	20.900,00	19.787,14	95

Prevenção da Broca da Teca						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenh o%
Há	1.500	1.305	87	24.125,00	18.634,55	77

Prevenção da Praga Ácaro Vermelho das Palmeiras						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	3.000	78.329	2611	18.600,00	5.867,14	32

Prevenção e Controle das Pragas Moko da Bananeira e Sigatoka Negra						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	1.400	853	61	25.250,00	9.040,26	35

Prevenção e Controle de Pragas da Soja e Fiscalização do Vazio Sanitário da Soja						
INDICADORES	Relatório Físico			Relatório Financeiro		
	Programado (Unid.)	Executado (Unid.)	Desempenho %	Programado R\$	Executado R\$	Desempenho %
Há	54.000	24.531	45	32.300,00	32.300,00	100

Indicadores de Desempenho

INDICADOR	Nº de Supervisão/Fiscalização realizada pelo SISV	Área Controlada para Pragas Quarentenárias Presentes no Estado	Incidência de pragas Quarentenárias Presentes no País e Ausentes no Estado
Atributo:	Eficácia	Eficácia	Eficácia
Descrição:	Número de Supervisão realizada em relação ao programado.	Número de área controlada em relação ao programado.	Número de incidência de pragas quarentenárias ausentes no estado em relação ao programado.
Fonte:	SISV/DDA/SFA-PA	SISV/DDA/SFA-PA e ADEPARA	SISV/DDA/SFA-PA e ADEPARA
Fórmulas e cálculos:	Varição Absoluta (VA) entre o número de supervisões realizadas em relação ao número de supervisões programadas para 2012: VA = NSR2012 – NSP2012 VA = 85 – 108 VA = -23	Varição Absoluta (VA) entre o número de área controlada realizada em relação ao número de área controlada programada para 2012: VA = NACR2012 – NACP2012	Taxa de Sanidade Agropecuária para Pragas Quarentenárias Ausentes no Estado do Pará. $TSA = \frac{AP + AC}{AT} * 100 =$ $TSA = \frac{124.768.700 + 0}{1.247.687} * 100 =$ 100%

	<p>Varição Relativa (VR) entre o número de Supervisões Realizadas e o número de Supervisões Programadas para 2012, em percentagem: $VR = (NSR/NSP)*100$ $VR = (85/108)*100$ $VR = 79\%$</p>	<p>$VA = 107.721 - 64.900$ $VA = 42.821$</p> <p>Varição Relativa (VR) entre o número de área controlada realizada em relação ao número de área controlada programada para 2012, em percentagem: $VR = (NACR/NACP)*100$ $VR = (107.721/64.900)*100$ $VR = 166\%$</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de incidência de pragas quarentenárias ausentes realizadas em relação ao programado para 2011: $VA = NIPAR2012 - NIPAP2012$ $VA = 1.247.687 - 1.247.687$ $VA = 0$</p> <p>Varição Relativa (VR) entre o número de incidência de pragas quarentenárias ausentes realizadas em relação ao programado para 2011, em percentagem: $VR = (NIPAR/NIPAP)*100$ $VR = (124.768.700/1.247.687)*100$ $VR = 100\%$</p>
<p>NSR: Número de Supervisão Realizada; NSP: Número de Supervisão Programado; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa; NACR: Número de Área Controlada Realizada; NACP: Número de Área Controlada Programada; AP: Área Prevenida; AC: Área Controlada; AT: Área Total; NIPAR: Número de Incidência de Pragas Ausentes Realizado; NIPAP: Número de Incidência de Pragas Ausentes Programado.</p>			

Análise do Desempenho

Com a finalidade de comparar os dados nos últimos anos foram adotados os três indicadores de desempenho: Incidência de pragas quarentenárias presentes no país e ausentes no Estado do Pará; Nº de Supervisão/Fiscalização realizada pelo SISV e Área controlada para pragas quarentenárias presentes no Estado do Pará.

Dentre esses, o indicador principal é incidência de pragas quarentenárias presentes no país e ausentes no Estado do Pará cujo produto é Área Prevenida, ou seja, indica a área em que a ADEPARA e o SISV trabalham no controle de pragas que já estão presentes no país e que ameaçam o Estado de sua introdução.

Considerando que nesta atividade estão envolvidos diretamente o SISV e a ADEPARA, na avaliação de desempenho foi analisada apenas a Eficácia da Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/MAPA/PA tendo em vista que a SFA não tem controle sobre os recursos orçamentários e financeiros utilizados pela Agência de Defesa. E, quanto a este, o Serviço tem se mostrado 100% eficaz uma vez que todo o Estado do Pará encontra-se sem a presença de “Pragas Quarentenárias Ausentes” listadas na Instrução Normativa nº 52/2007.

Para a principal atividade realizada diretamente pelo SISV-PA foi estabelecido o Indicador “Nº de Supervisão/Fiscalização realizada”. Nesta atividade o SISV-PA teve um desempenho de meta física de 79%.O indicador de desempenho foi relativamente baixo em virtude do convênio MAPA e ADEPARA ter sido celebrado somente em agosto de 2012, quando a partir de então os levantamentos de detecção e controle puderam ser realizados pela agência e supervisionados pela SFA-PA. Outro motivo relevante foi a remoção da RT do PCEVEGETAL para SFA/GO no mês de outubro, sendo a reposição da servidora realizada no mês de novembro. O desempenho de 2012 comparado com o ano de 2011(66%) foi superior em razão da colaboração de Fiscais de outros programas para realização das supervisões.

O Indicador “Área Controlada para Pragas Quarentenárias Presentes no Estado” indica a área em que a ADEPARA e o SISV trabalham no controle de pragas que se encontram estabelecidas no Estado, mas que estão sob controle oficial. A área trabalhada corresponde principalmente às áreas cultivadas com citros, soja e banana. O resultado mostra um alcance de 166% da área controlada programada. O resultado foi influenciado principalmente pela expansão da vigilância do Ácaro Vermelho das Palmeiras que ameaça os plantios de banana, coco, dendê e diversas palmeiras nativas no estado. A ampliação da vigilância desta praga decorre da notificação de ocorrência em Manaus no início de 2012 sendo observada uma rápida expansão desde sua introdução na fronteira do estado de

Roraima com a Venezuela em 2010.

Subação - Prevenção e Controle de Pragas da Banana - Sigatoka Negra

As atividades voltadas ao controle da sigatoka negra (*Mycosphaerella fijiensis*) e do moko da bananeira (*Ralstoniasolanacearum*) têm como finalidade elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação destas pragas.

Durante o ano de 2012 foi priorizado o credenciamento de unidades de produção e unidades de consolidação ao Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para as pragas Sigatoka negra e moko da bananeira visto que as Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009, preconizam que a comercialização interestadual deverá ocorrer somente de banana proveniente de área livre ou inserida em SMR. Como o Estado do Pará não tem área livre para essas pragas, o sistema de mitigação de risco tem sido nossa prioridade.

Dessa forma, o SISV-PA auditou dezesseis unidades de produção e dez unidades de desconsolidação localizadas nos municípios de Altamira e Novo Progresso. Nas auditorias realizadas foi constatado que a grande maioria das unidades produtivas deixava de executar algumas práticas agrícolas exigidas nas Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009. Os relatórios das auditorias realizadas foram encaminhados à ADEPARA para conhecimento e providências.

A ADEPARÁ atua nesse programa realizando o credenciamento e o descredenciamento das unidades produtivas e unidades de consolidação; fiscalizando a ação dos responsáveis técnicos habilitados para emissão de CFO e realizando palestras técnicas de conscientização de produtores para o integral cumprimento das Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009.

Os principais problemas encontrados na execução desta subação é a falta de conscientização dos integrantes da cadeia produtiva de banana quanto à importância da aplicação das medidas de prevenção e controle da praga; falta de harmonização de procedimentos para fiscalização estadual, e falta de supervisão e auditoria da coordenação nacional nos processos do Sistema de Mitigação de Risco; além da legislação estar desatualizada sem definição de produtos com respectiva concentração para higienização de embalagens e frutos.

Sub-ação – Prevenção e controle de pragas dos citros

No estado do Pará esta subação corresponde às atividades de prevenção de pragas quarentenárias presentes no país, mas ausentes no Estado do Pará como: pinta preta (*Guninardiacitricarpa*), o cancro cítrico (*Xanthomonas axonopodis* sp. *citri*) e o greening (*Candidatus Liberobacter*) e atividades de controle da praga quarentenária presente no Estado do Pará, mosca negra dos citros (*Aleurocanthus woglumi*).

Em cumprimento às Instruções Normativas Nº 3, de 8 de janeiro de 2008 (pinta preta), Nº 53, de 16 de outubro de 2008 (greening) e Nº 20, de 31 de julho de 2006 (cancro cítrico) o órgão estadual de defesa vegetal, ADEPARA, realizou os levantamentos oficiais de detecção dessas pragas monitorando 10 municípios que perfazem uma área de 735 de área prevenida. A abrangência foi bem inferior ao programado em razão da liberação dos recursos no segundo semestre do ano, no momento em que as plantas estavam sem frutos e não haveria a possibilidade de verificação dos sintomas das pragas.

Sub-ação: Prevenção e controle de pragas da soja

O Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (*Phakopsora pachyrhizi*), instituído por meio da Instrução Normativa Nº 2 de 29 de janeiro de 2007, visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola da soja, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga.

Assim em cumprimento a essa legislação foi instituído no Estado do Pará o vazio sanitário da soja por meio da Instrução Normativa Nº 009/2008-ADEPARA que estabelece dois períodos de vazio sanitário: 15/julho a 15/setembro para as microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção, Itaituba, Marabá e Altamira (Distrito de Castelo dos Sonhos) e; 01/outubro a 30/novembro para as

microrregiões de Santarém, Altamira (com exceção do Distrito de Castelo dos Sonhos), Paragominas, Bragantina e Guamá.

No ano de 2012, a ADEPARA realizou com todas as atividades previstas para este programa de controle no segundo semestre do ano, atingindo 45% a mais da área controlada programada. O percentual físico se justifica, pois como o estado do Pará tem dois períodos de vazios os recursos do convênio foram aplicados apenas nas regiões nordeste e oeste do estado que iniciavam o plantio na ocasião. O percentual financeiro acima do programado ocorreu em razão do ajuste no Plano de Trabalho original que em razão dos recursos disponibilizados pelo DSV/MAPA, foram reduzidos, mas as metas físicas não.

Dentre as atividades inerentes ao programa de prevenção e controle de pragas da soja, as atividades que são diretamente realizadas pelo SISV-PA são a coordenação do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja e as ações de supervisão da fiscalização do vazios sanitário da soja no Estado do Pará.

Sub-ação: Prevenção e controle da broca da teca (*Sinoxylonconigerum*).

Esta sub-ação consiste de atividades de levantamentos de detecção por meio do monitoramento das armadilhas instaladas para captura da broca da teca nas regiões sul e sudeste do Pará, em virtude da presença dessa praga no Mato Grosso. E de levantamentos de áreas de cultivo no Estado do Pará.

Para alcance das metas programadas foram realizadas 35 supervisões nas armadilhas instaladas. Após as supervisões foram feitos relatórios solicitando à ADEPARA a instalação de mais armadilhas em outros municípios do estado que fazem divisa com o Mato Grosso.

Nos levantamentos de detecção realizados, até a presente data, não foi constatada a presença da praga *Sinoxylonconigerum* no Estado do Pará.

Sub-ação: Prevenção e controle da Monilíase do Cacaueiro.

A Monilíase do Cacaueiro, praga quarentenária ausente no Brasil, está presente na maioria dos países da América do Sul. E em virtude dos danos devastadores causados por esta praga que ataca somente o fruto de cacau e cupuaçu, o Ministério da Agricultura elaborou em 2009 o Plano de Contingência da Monilíase do Cacaueiro para a região norte que prevê prospecções anuais nas áreas consideradas de alto risco de introdução da praga.

No ano de 2012 houve a manutenção da área prevenida para pragas do cacau. Isto foi devido à detecção no Estado do Pará do foco da praga *Conotrachelushumeropictus* (broca do cupuaçu), a qual foi classificada pelo DSV como praga de importância econômica para o Estado do Pará. Foram realizados levantamentos de delimitação do foco e prospecções no rio Tapajós para detecção dessa praga na Floresta Nacional do Tapajós, confirmando a teoria da praga ser endêmica da região.

Sub-ação: Prevenção e controle do ácaro vermelho das palmeiras (*Raoiella indica*).

A Instrução Normativa Nº 14 de, 06 de abril de 2010, prevê a realização pelos órgãos estaduais de defesa vegetal de levantamentos de detecção nas Unidades da Federação consideradas de risco de entrada dessa praga.

As ações realizadas diretamente pelo SISV-PA neste programa consistiram em levantamentos de detecção do ácaro vermelho das palmeiras em propriedades de cultivo de dendê. Além da realização de uma reunião visando à formação de um Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Contingência do ácaro vermelho das palmeiras no Estado do Pará.

Após a detecção do ácaro vermelho no Estado do Amazonas foi realizada uma reunião técnica, nesse Estado com os representantes dos OEDSV e SFA dos Estados da região norte, para propor alteração na IN Nº 14/2010.

2.1. Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária de 2012 foi realizada por demanda do Serviço de Inspeção e Sanidade Agropecuária – SISV que solicitou a descentralização orçamentária por meio de

programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

2.2. Execução Orçamentária

O quadro abaixo apresenta as informações orçamentárias do programa nas principais atividades de prevenção e controle de pragas dos vegetais realizadas pelo SISV.

PI	Elemento de despesa	Dotação	Despesa Liquidada	Execução/Dotação %
PCEVEGETAL	339014	21.631,29	21.631,29	100
	339030	1.404,42	1.404,42	100
	339033	33.539,00	24.449,55	73
	339036	8.296,60	8.296,60	100
	339039	1.200,00	1.200,00	100
TOTAL		66.071,31	56.981,86	86

Dos recursos financeiros foram utilizados 86% do total solicitado, sendo que o elemento de despesa 339033 (Passagens e despesa com locomoção) foi o responsável pela queda na taxa de utilização total dos recursos. Isto porque a utilização do sistema SCDP permitiu a aquisição de passagens por valores bem abaixo que nos anos anteriores.

O fato de não ter ocorrido à introdução ou dispersão de nova praga em território paraense em 2012, isso não significa que a execução da iniciativa PCEVEGETAL esteja satisfatória, pois alguns eventos podem prejudicar a execução das rotinas de vigilância e combate tais como:

- Os recursos para repasse de convênio diminuíram em 2012 e se limitaram apenas a despesas de custeio. Os valores repassados a ADEPARA permitiram a execução da vigilância e levantamentos no estado, mas não permitem a instituição aparelhar unidades fixas em pontos estratégicos do estado;
- Os recursos de repasse de convênio são disponibilizados tardiamente, nos dois últimos anos foram liberados apenas no segundo semestre, isso prejudicará o controle de pragas caso ela seja introduzida no início do ano;
- A estrutura disponibilizada para realização das supervisões pelo SISV/PA também está se deteriorando pela falta de investimento em veículos e de equipamentos de informática;
- O quadro de pessoal do SISV/PA e da SFA/PA também está diminuindo pela aposentadoria de FFA's e Agentes Administrativos situação que resultará no acúmulo de serviços caso os servidores não sejam repostos.

Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFOTOS

Responsável Técnico – RT : Luciana Cherr Ribeiro

Identificação da Ação						
Código	8572					
Descrição	Erradicação da Febre Aftosa					
Iniciativa	0121 – Prevenção, Controle e Erradicação de doenças					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Combate às Doenças					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA		UG: 130094 – SFA/PA			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.713,23	19.554,86	28.713,23	19.554,86	0	9.158,47	19.554,86
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Un. Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

01(**)	Área Livre	Km2	1.247.687(*)	668.135	3.540.832,23	3.530.946,45
02 (***)	Supervisão Realizada	Unidade	70	41	28.713,23	19.554,86
<p>*A meta física prevista foi corrigida para 668.135 km2 em virtude da adequação do cronograma de avanço de área livre para febre aftosa proposto pelo DAS – Departamento de Saúde Animal.</p> <p>** Dados do SIPLAN, referentes às atividades desenvolvidas pela ADEPARÁ, com recursos do Convênio como MAPA</p> <p>*** Dados de atividades realizadas pelo setor de saúde animal/SISA/DDA/SFA/PA considerando previsto corrigido da meta inicial programada no SIPLAN</p>						

Análise Crítica:

Cumprimento das metas:

FEBREAFTOS

A meta principal referente ao PI FEBREAFTOS, descrita no SIPLAN, é KM² DE Área Livre para febre aftosa como parte do Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA, que envolve a execução das atividades pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Pará – Adepará e a supervisão das mesmas pelo SISA/DDA/SFA/PA. Enfatizamos o repasse de recursos financeiros da união para o Estado através de convênio MAPA/Adepará, cujo objeto é Estruturar e Manter o Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Pará, para Controlar, Erradicar e Prevenir a Ocorrência de Doenças dos Animais.

O Pará possui duas áreas não livres, para febre aftosa, a área II (Nordeste) e III (Baixo Amazonas e arquipélago do Marajó) com um total de 99 municípios localizados nessas áreas. As auditorias durante os anos de 2011 e 2012 possibilitaram que as áreas II e III pudessem pleitear o status sanitário de livre de febre aftosa com vacinação, no qual seria necessário um estudo soroepidemiológico coordenado pelo MAPA e executado pela ADEPARÁ para avaliar a existência da circulação do vírus da Febre Aftosa.

O estudo ou inquérito soroepidemiológico proposto pelo MAPA nas áreas II e III do Pará, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Alagoas e Ceará foi feito através da base de dados de emissão de Guias de Trânsito Animal – GTA dos anos 2010 e 2011. Inicialmente eram apenas 6 estados participantes. Após auditorias do MAPA realizadas em 2 (dois) estados (Rio Grande do Norte e Paraíba) entre os meses de julho e agosto, estes estados foram introduzidos ao estudo soroepidemiológico formando desta forma o Bloco de 8 (oito) estados ao pleito de livres com vacinação contra Febre Aftosa.

A coleta de sangue dos bovídeos no estado do Pará ocorreu em 58 municípios dos 99 das áreas II e III com aproximadamente 11.900 amostras de soro sanguíneo de bovinos e bubalinos distribuídos em 382 propriedades. A partir da coleta iniciou-se a etapa de inspeção e monitoramento que foi realizada até a data do resultado final das análises laboratoriais. Foi realizado encerramento da inspeção e monitoramento, finalizando assim, o estudo nas 340 propriedades que não apresentaram alteração nos testes laboratoriais. Em 42 propriedades houve reação aos testes laboratoriais, levando estas propriedades a continuarem no estudo. Vale ressaltar que essa reação pode ser em consequência da imunidade adquirida através da vacinação dos animais, diante disso começou-se a quarta etapa do estudo: coleta Pareada, onde o laboratório oficial (LANAGRO) compara o nível de anticorpos da 1^o coleta com a 2^o. Nos reagentes por conta da imunidade da vacinação o nível de anticorpos tende a diminuir, lembrando que nessas propriedades os técnicos da ADEPARÁ continuaram fazendo a inspeção e monitoramento dos animais. Com o resultado da coleta pareada, em que apenas uma propriedade apresentou reação, realizou-se inspeção e monitoramento de encerramento em 41 propriedades que não apresentaram reação nesta etapa do estudo. Na propriedade que continuou no estudo foi realizada a etapa de introdução de animais sentinelas, inspeções e monitoramentos e novos testes laboratoriais.

Devido o Pará possuir fronteiras com estados com risco sanitário inferior - Alto Risco

(Amazonas e Amapá), o MAPA solicitou que o estado delimitasse áreas de proteção nos municípios de Faro, Terra Santa e parte de Juruti (fronteira com Amazonas) Afuá, Breves, Gurupá, Melgaço, as partes do município de Chaves, localizadas na região do Rio Croari e ainda as ilhas deste município (fronteira com Amapá) continuaram como médio risco até evolução dos estados vizinhos. Para impedir a entrada de produtos, subprodutos e animais susceptíveis a Febre Aftosa oriundos de áreas de status inferior a ADEPARÁ implantou 08 novos postos fluviais na fronteira com Amazonas e Amapá.

O SISA/DDA/SFA/PA realizou as atividades de supervisão técnica, capacitação, reunião técnica e acompanhamento de convênio com vistas a atender as metas físicas previstas para PI FEBREAFTOS, considerando especialmente a realização do estudo soropidemiológico acima descrito, utilizando os recursos disponibilizados para atingir a meta “KM² de Área Livre”.

Eventuais problemas de execução:

A deficiência no número de Fiscais Federais Agropecuários acarretou, em 2012, diversos problemas na execução das atividades do SISA/DDA/SFA-PA no estado do Pará, principalmente de supervisões técnicas, visto o quantitativo de Fiscais não ser suficiente para atender a necessidade do serviço. Esta carência de profissional acarreta deficiência no atendimento das demandas, pois o quadro reduzido de servidores e a falta de pessoal de apoio administrativo dificultam o pronto atendimento das documentações encaminhadas aos setores técnicos, gerando acúmulo de demandas e ações de fiscalização pendentes.

As dimensões geográficas do Estado também contribuem de forma negativa, pois faz com que seja necessário o deslocamento por grandes distancias e permanência do servidor por período mais longo em um estabelecimento/ município, diminuindo a possibilidade de fazer fiscalização em quantidade compatível com a demanda. Esta carência compromete o atendimento do plano operativo anual, pois fica extremamente frágil a execução dos cronogramas de supervisões/fiscalizações/treinamentos com um quantitativo tão pequeno de fiscais a disposição para atender todas as demandas. A situação ficou mais comprometedor a serviço a partir do terceiro trimestre, pois neste período vários destes fiscais já atingiram a cota de quarenta diárias, e com isso tornou-se necessário a prévia autorização de viagens por parte do secretario executivo do MAPA, que por vezes não foi realizada em tempo hábil para atender demandas por vezes emergenciais.

A constantes trocas de FFAs para a coordenação dos PIs da Defesa Animal, resultaram na descontinuidade das atividades programadas no plano operativo anual, o que motivou a reprogramação a partir do segundo semestre das metas físicas e financeiras do PI FEBREAFTOS, a fim de adequarmos as demandas técnicas ao prazo restante até o final do exercício.

Outros aspectos relevantes:

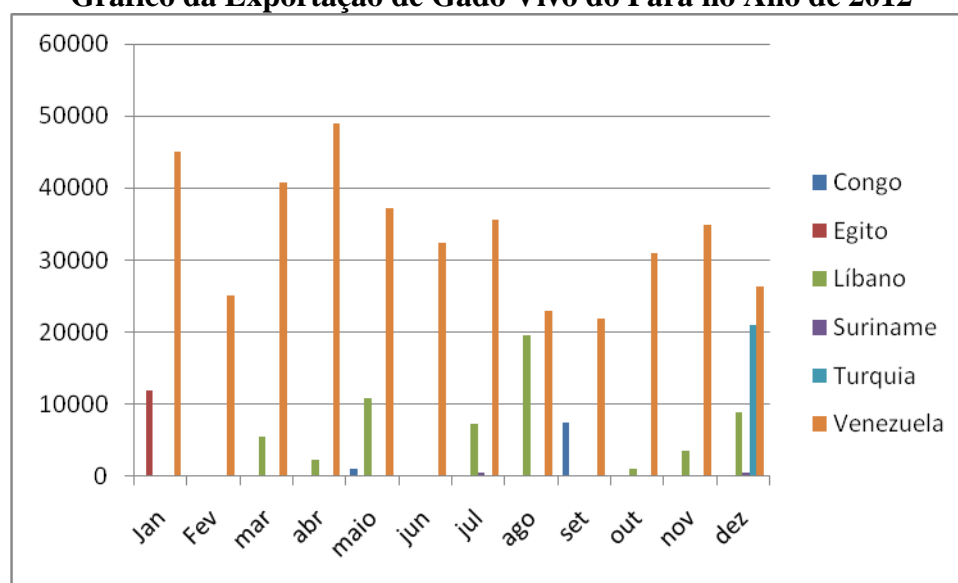
Consideramos de suma importância destacar que, através de convênio MAPA/ADEPARA, esta, por ser o órgão executor dos programas de defesa agropecuária estadual, recebe a maioria dos recursos destinados ao Pará, o que, em 2012, foi de R\$ 3.216.594,25, correspondendo a mais de 32 vezes o montante de recurso recebido pela SFA/PA para execução de todas as atividades de fiscalização, de acompanhamento e controle dos programas de saúde animal e do trânsito agropecuário, tanto nacional quanto internacional.

A exportação de gado vivo mais uma vez atingiu patamares de destaque em 2012, a exemplo do que vem acontecendo desde o início dessa atividade no Pará. O Brasil cada vez mais se firma como um país de destaque nessa área, principalmente devido ao grande trabalho desenvolvido no Pará, o que pode ser comprovado através do número de empresas exportadoras atuantes no setor, número de estabelecimentos cadastrados e da quantidade de bovinos e bubalinos exportados, tanto para abate quanto para cria/reprodução/engorda, além da franca expansão de novos mercados, como a Jordânia, Turquia, Congo, Suriname e Arábia Saudita, além da continuidade do mercado com a Venezuela e o Líbano.

Exportação de bovinos vivos

Países	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Congo	-	-	-	-	1.149	-	-	-	7.450	-	-	-
Egito	12.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líbano	-	-	5.600	2.395	10.780	-	7.300	19.650	-	1.140	3.500	8.857
Suriname	-	-	-	-	-	-	500	-	-	-	-	504
Turquia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.000
Venezuela	45.050	25.100	40.705	48.909	37.200	32.349	35.650	22.961	21.870	31.000	34.956	26.291

Gráfico da Exportação de Gado Vivo do Pará no Ano de 2012



Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL

Responsável Técnico – RT : Luana Helene Oliveira das Chagas

Identificação da Ação						
Código	8658					
Descrição	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária – Subfunção 604 – Defesa Sanitária Animal					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Combate às Doenças					
Unidade Orçamentária	UO: 22101/MAPA UG: 130094/SFA/PA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
95.705,01	144.869,23	89.230,41	84.737,31	0,00	11.393,75	84.737,31
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Un. Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Propriedade Atendida (*)	Unidade	70.000	69.958	3.216.694,25	
02 (**)	Supervisão Realizada (**)	Unidade	70	41	98.750,01	89.230,41

(*) Dados do SIPLAN, referentes às atividades desenvolvidas pela ADEPARA, com recurso do Convênio MAPA/ADEPARÁ

(**) Dados de atividades realizadas pelo setor de saúde animal /SISA/DDA/SFA/PA

Análise Crítica:

PCEANIMAL

No SIPLAN, a meta utilizada é “Propriedade atendida”, a qual se refere às atividades desenvolvidas pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Pará - Adepará, com o repasse de recursos financeiros da união para o Estado através de convênio MAPA/Adepará.

Estava previsto o atendimento de 70.000 propriedades no ano de 2012, tendo sido realizados efetivamente 59.958 atendimentos, o que corresponde a 85,65% da meta prevista originalmente. Se levarmos em consideração o “previsto corrigido” de 65.000 propriedades, este índice aumentaria para 92,24%. Consideramos que ambos indicam boa execução das atividades programadas, visto que o estado do Pará, além de possuir dimensões continentais tem diversas particularidades, como acesso difícil, com estradas danificadas e algumas intrafegáveis no período chuvoso, além de municípios distantes e muito carentes, e também há falta de veterinários em muitos destes locais.

Quanto às metas de responsabilidade da equipe técnica do SISA/DDA/SFA/PA, composta por 05 médicos veterinários, foram previstas, no Plano Operativo 2012, a realização de 70 fiscalizações/supervisões em estabelecimentos particulares e nas Gerências, Unidades e Postos de Fiscalização Agropecuária da Adepará. Realizou-se, efetivamente 58 supervisões/fiscalizações, o que corresponde a 82,5% da meta programada corrigida.

Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Animal - INSPANIMAL

Responsável Técnico – RT : Katherine Sharlene Fragoso

Identificação da Ação						
Código	8938					
Descrição	Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Animal – INSPANIMAL 3					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária – Subfunção 0278 – Inspeção/Fiscalização de Produto de Origem Animal					
Unidade Responsável	Coordenação Geral de Inspeção					
Unidade Orçamentária	UO: 22101/MAPA UG: 130094/SFA/PA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
215.426,66	217.567,80	203.600,24	188.925,50	6.461,18	14.674,74	182.464,32
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Un. Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Estabelecimento Inspeccionado	Unidade	77	78	217.567,80	188.925,50
02	Amostras coletadas	Unidade	456	1956	0	0
03	Supervisões Realizadas	Unidade	100	34	0	0
04	Fiscalizações – verificação oficial dos programas de autocontrole das empresas	Unidade	74	84	0	0

Análise Crítica:

INSPANIMAL

A meta principal referente ao PI INSPANIMAL3, descrita no SIPLAN, é o número de estabelecimentos inspecionados. No caso da Inspeção Federal, todo estabelecimento registrado no SIF deve ser inspecionado, em caráter permanente ou periódico. Vale ressaltar que a inspeção é permanente em todos os estabelecimentos de abate e os demais são fiscalizados periodicamente. Desta forma, todos os estabelecimentos registrados no SIF foram devidamente inspecionados em 2012, seja por meio da permanência de Fiscais Federais Agropecuários, médicos veterinários oficiais ou Agentes de Inspeção, por meio de supervisões coordenadas pelo órgão central (SISA/DDA/SFA-PA) e realizadas por FFA's designados oficialmente como supervisores estaduais, por meio de coletas de amostras, ou por fiscalizações periódicas amparadas por registros auditáveis. As ações realizadas para o cumprimento da meta são planejadas de forma que contemplem a autuação do maior número possível dos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SISA/DDA/SFA-PA (Belém e interior). Portanto, com os recursos disponibilizados para atingir a meta "estabelecimento inspecionado", foram realizadas as demais atividades do SISA/DDA/SFA-PA com vistas a atender as metas físicas previstas para o INSPANIMAL3, supracitadas.

Para fins de análise específica da utilização dos recursos no ano de 2012, as ações do Serviço de Inspeção Federal no estado do Pará, considerando os objetivos pré-estabelecidos pelo DIPOA/MAPA, abrangeram as seguintes atividades: inspeção industrial e sanitária em estabelecimentos em regime de inspeção permanente e periódica; fiscalização em estabelecimento produtor, vistoria em estabelecimento produtor, auditoria técnico-fiscal operacional em estabelecimentos sob Inspeção Federal, supervisões técnicas em estabelecimento sob Inspeção Federal, substituição temporária de técnicos em estabelecimentos sob inspeção permanente, coleta de amostras, apreensão de produtos, averiguação de denúncias, vistoria de terreno para futura implantação de indústrias, vistoria final de projetos aprovados para estabelecimentos novos, regime especial de fiscalização, interdição de estabelecimentos, ações interinstitucionais, reunião técnica regional, reunião técnica nacional, reunião interinstitucional, atividades de apoio técnico ao SISA-PA, atividade de apoio técnico ao DIPOA, participação de técnicos do SISA-PA em cursos promovidos pelo MAPA, educação sanitária para o consumidor.

Eventuais problemas de execução:

Para realizar as atividades de Inspeção Higiênico-Sanitária de Produtos de Origem Animal, temos no quadro de servidores, 14 Fiscais Federais Agropecuários, sendo que 7 estão localizados na sede distribuídos nos setores técnicos que realizam gestão e execução das atividades pertinentes às áreas de inspeção de carne, leite, mel, carne de aves, ovos, fábricas de conserva, pescado e fábricas de produtos não comestíveis, e também FFA's da inspeção que são responsáveis por outras áreas, como educação sanitária e trânsito agropecuário. Os 7 Fiscais Federais Agropecuários restantes estão localizados no interior do Estado, respondendo tanto pela área de carne quanto de leite. Alguns ainda são supervisores regionais e, ainda, por vezes são requisitados a substituir médicos veterinários afastados do serviço por férias ou licença. Em 2012, o estado do Pará possuía 15 estabelecimentos de abate em atividade onde a Inspeção deve ser permanente, contudo o quantitativo de fiscais no Estado não supre esta necessidade, tendo o MAPA utilizado dos acordos de cooperação técnica com prefeituras e estado para a cessão de médicos veterinários ao SIF. O setor de pescado e derivados, conta com apenas 2 (dois) FFA's para realizar todas as atividades referentes a gestão e execução da fiscalização de 24 estabelecimentos distribuídos no território estadual, tendo que se ausentar da sede para realizar as visitas aos estabelecimentos, não havendo, desta forma, viabilidade de execução em tempo hábil de todas as demandas recebidas e ainda assim executar as metas do setor. Tendo em vista, principalmente, a prerrogativa da obrigatoriedade da presença de médicos veterinários nos estabelecimentos de abate, ocorreram transtornos grandes entre SFA-PA e algumas empresas que alegaram prejuízos pela interrupção das atividades por falta do profissional requerido.

A estrutura física do Serviço de Inspeção Federal na SFA-PA, na sede, também causou dificuldades na execução das atividades do SIF, pois conta com um prédio para todas as áreas da

Inspecção Federal, sendo que este tem mais de 30 anos de construído, sem a devida manutenção, sendo necessários reparos urgentes no prédio, ou mesmo uma reforma geral, visto que existem problemas hidráulicos, elétricos e civis na atual estrutura. Esta situação propicia um ambiente desconfortável e com risco a integridade física dos servidores e público externo, passando uma aparência de desleixo aos clientes que são atendidos diariamente. A situação ficou extremamente crítica no segundo semestre de 2012, quando uma pane elétrica causou a falta de iluminação em todos os setores, forçando todos os servidores a trabalharem em ambiente escuro, recebendo desta forma o público externo, e em permanente risco de curto-circuito e até perda de patrimônio em caso de acidentes elétricos e combustão. A situação só foi resolvida em dezembro de 2012, quando foi liberado pelo DIPOA recurso em caráter emergencial para o reparo da fiação elétrica.

A falta de finalização, por parte da SFA-PA, dos processos de compra de materiais permanentes, nos últimos 3 (três) anos tem dificultado bastante a logística dos trabalhos a serem realizados. Não há carros em número suficientes para atender a demanda, falta manutenção preventiva nos veículos existentes, o que impediu ou dificultou sobremaneira as atividades técnicas por diversas vezes, os computadores são antigos e operam em velocidade precária, há falta de linhas telefônicas, impressoras, ar condicionado para salas onde ficam instalados equipamentos elétricos e da rede de dados que necessitam de climatização.

Superação significativa das metas estabelecidas:

Em 2012 não tivemos no SISA – Saúde Animal superação das metas estabelecidas, porém a partir de setembro/2012, contamos com 02 (dois) novos FFAs, o que reforçou a equipe, colaborando para o alcance das metas planejadas e das metas reprogramadas.

O número de coletas de amostras de produtos de origem animal para análise laboratorial aumentou significativamente em relação ao previsto, tendo em vista que a previsão foi feita baseada na capacidade operacional do LANAGRO-PA. Porém, como esta capacidade operacional não atende a demanda do SIF, os estabelecimentos registrados, em sua maioria, encaminharam as amostras colhidas pelo SIF para laboratório credenciado pelo MAPA ao invés de encaminhar para o LANAGRO-PA, aumentando, desta forma, a oportunidade de melhorar a fiscalização e controle do processo de fabricação dos alimentos por meio de análises laboratoriais. Também diminuiu o número de rejeição de amostras por parte dos laboratórios, visto que em 2011 foram 128 amostras rejeitadas, em 2012 foram apenas 56, o que comprova a melhoria da eficiência do procedimento de coleta de amostras.

A Inspecção Federal no Estado do Pará conta com estabelecimentos registrados na área de pescado e derivados, carne e derivados, leite e derivados, carne de aves e derivados, ovos e derivados, mel e derivados. Os trabalhos de inspecção são desenvolvidos por meio de uma programação mensal a qual é encaminhada ao DIPOA até o dia 20 do mês vigente para que possa ser liberado o recurso para o mês subsequente. Este planejamento e seus resultados são lançados em plano operativo, em modelo próprio do DIPOA, que é corrigido mensalmente caso haja alteração na programação/execução das atividades.

O montante dos recursos empenhados para atingir os resultados em 2012 foi distribuído conforme tabela abaixo:

Natureza da Despesa	Orçamento Disponibilizado (R\$)	Empenhos Liquidados (R\$)	Execução/Previsão (%)
3390.14	105.099,50	97.105,47	92,39
3390.30	13.773,88	13.493,95	97,96
3390.33	64.902,00	50.189,26	77,33
3390.36	15.497,00	10.114,40	65,26
3390.39	18.056,28	17.783,28	98,48
3390.93	239,14	239,14	100
TOTAL	217.567,80	188.925,50	

Indicadores Institucionais:**INSPANIMAL3**

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SISA/DDA/SFA-PA, em seu segmento de Inspeção Animal, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas no documento “Técnicas de Auditoria – Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos”, publicado em 2000 pelo TCU:

1. Eficiência - Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de inspeções realizadas/ano).

Eficiência = $188.925,50 / 936 = R\$ 201,84$ (custo unitário).

Houve utilização racional dos recursos de forma coerente para o universo de atividades que compõem a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal, o que denota eficiência na execução das metas.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado x programado) x 100 = % de estabelecimento inspecionado no ano.

Eficácia = $78 / 77 \times 100 = 101,29 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido (101,29%) comprova a eficácia do serviço ressaltando-se que para atingir a meta foco do índice em tela, são executadas todas as demais metas físicas que compreendem as atividades do Serviço de Inspeção Federal.

3. Efetividade: Relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de uma atividade (nº de amostras conformes/nº de análises laboratoriais realizadas) x 100 = % de produtos conformes.

Efetividade: $1831 / 1956 \times 100 = 93,60\%$.

O espelho das atividades do SIF é refletido pela conformidade do processo de fabricação resultando em produtos próprios para o consumo, o que é atestado por meio de análises laboratoriais das amostras coletadas nos estabelecimentos. O índice de conformidade (93,60%) alcançado sugere que as ações do SIF's são efetivas em relação à segurança alimentar dos alimentos de origem animal produzidos pelos estabelecimentos registrados no SIF no estado do Pará.

Ação: 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM

Responsável Técnico – RT : Estevam de Oliveira Castelo

Identificação da Ação	
Código	2179
Descrição	Fiscalização de Sementes e Mudanças

Iniciativa		2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável		Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA/PA					
Unidade Orçamentária		UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
151.107,88	151.107,88	151.001,92	137.068,50	822,41	13.933,42	136.246,09	
PI: FISCALSEM : (*) Fonte: 0100- R\$				Fonte 0150: R\$			
Metas do Exercício para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Fiscalização de Sementes e Mudas	Fiscalização Realizada	377	358	151.107,88	136.246,09	

Informações Complementares:

- Amostra Fiscal de Sementes Certificada dentro/fora do Padrão (unidade) : 13
- Vistoria de Campo de Sementes (unidade): 6
- Homologação de Inscrição de Viveiros de Campo de Sementes (unidade): 19
- Homologação de Inscrição de Viveiros de Mudas (unidade): 23
- Homologação de Inscrição de Jardim Clonal (unidade): 01
- Processo administrativo instaurado com Auto de Infração: (unidade): 203
- Inscrição no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudas: (unidade): 155

Análise Crítica:**Elaboração do Plano Operativo Anual**

O Plano Operativo Anual do exercício 2012 do PI- FISCALSEM foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, e elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de sementes e mudas. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2012 para adequar-se as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISCALSEM realizou 94,96% da sua programação física, com efetivação de 358 fiscalizações em sementes e mudas em face de 377 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2012. O cumprimento da parcial destas metas estão dentro do aceitável haja vista estarem acima de 90% de execução. As reprogramações e ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia contribuem para uma efetivação parcial da programação. Há de se ressaltar as fiscalizações em conjunto com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ que em muito contribui para o aperfeiçoamento das fiscalizações e harmonização de procedimentos fiscalizatórios. A execução financeira do PI FISCALSEM teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações em quase todos os municípios paraenses e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense, para possível redução de custos de fiscalização. Assim, para atingimento das metas físicas foram gastos R\$ 136.246,09.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISCALSEM contribui significativamente para melhoria do padrão e qualidade das sementes e mudas comercializadas no território brasileiro, pois as sementes produzidas em um determinado Estado tende a ser adquirida em outro Estado da federação estimulando o comércio, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a regularidade e qualidade na oferta deste produto,

isto se concretiza com as execução das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de sementes e mudas.

A execução das metas física e financeira estão discriminadas e efetuadas no Sistema SIPLAN de acordo com o efetivamente realizado.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente considerando a burocracia da administração pública direta, com pequenos contratemplos, como exemplo, na indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalização programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e a falta de servidores para execução das atividades e realização a contento das demandas do próprio Estado. Cumpre ressaltar

Superações Significativas das Metas Estabelecidas

Executou-se, como comentado acima, todas as atividades dentro do programado sem superação das metas pré-estabelecidas.

Informações Complementares

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados de servidor público habilitado para tal. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento da fiscalização, dentre outros, emitidos na fiscalização de sementes de mudas: termo de fiscalização, auto de infração, suspensão da comercialização, tudo de acordo com a legislação de Sementes e mudas e o Manual de Fiscalização de Sementes e Mudadas.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas;
- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programada e no tempo determinado nos POA (plano orçamentário anual);
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Legislação Reguladora da Ação/Atividade

- Lei Federal n.º 10.711/2003, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 5.513/2004 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudadas.

Indicadores Institucionais:

PI - FISCALSEM

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas pelo TCU:

1. Eficiência - Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $136.246,09 / 358 = R\$ 380,57$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $358 / 377 \times 100 = 94,96 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido (94,96%) atendeu-se perfeitamente a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica.

Ação: 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Responsável Técnico – RT : Breno Eduardo Nogueira Neves

Identificação da Ação						
Código	2141					
Descrição	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA/PA					
Un. Orçamentária	UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
41.546,57	41.546,57	40.914,37	32.227,49	0	8.686,88	32.227,49
PI: FISFECOI: (*) Fonte: 0100- R\$			Fonte 0150: R\$			
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Fiscalização Realizada	250	256	41.546,57	32.227,49

Informações Complementares:

- Coleta de Amostras – produtos amostrados (unidade) : 193
- Autuação realizada – Auto de infrações (unidade): 25

Análise Crítica:

Elaboração do Plano Operativo Anual

O Plano Operativo Anual do exercício 2012 do PI- FISFECOI foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, especialmente, a fábrica de fertilizante em Barcarena-PA, e estabelecimentos produtores de calcário agrícola nos Municípios de Santana do Araguaia-PA e Palestina do Pará – PA. O POA_2012 foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de fertilizantes. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2012 para adequar-se as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISFECOI realizou 102,40% da sua programação física, com efetivação de 256 fiscalizações em fertilizantes, corretivos e inoculantes em face de 250 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2012. O cumprimento total desta meta está aderente a programação realizada e compatível com a realidade e universo fiscalizado. As reprogramações e ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia contribuem para uma efetivação total e até levemente superior da programação inicial. A execução financeira do PI FISFECOI teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações espraiada em todo o Estado e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense força um custo maior a fiscalização. Assim, para atingimento das metas físicas foram gastos R\$ 32.227,49.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISFECOI contribui significativamente para melhoria do padrão e qualidade dos fertilizantes comercializadas no território brasileiro, pois os fertilizantes e afins produzidos em um determinado Estado tende a ser adquirida em outro Estado da federação estimulando o comércio deste insumo agrícola, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a regularidade e qualidade da oferta deste produto, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

A execução das metas física e financeira estão discriminadas e efetuadas no Sistema SIPLAN de gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente considerando a burocracia da administração pública direta, com pequenos contratemplos, como exemplo, na indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalização programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e a falta de servidores para execução das atividades e realização a contento das demandas do próprio Estado. Cumpre ressaltar a difícil logística para se efetivar as fiscalizações, considerando a malha rodoviária deficiente e precária atualmente vivenciada no Estado do Pará que compromete as ações de fiscalização.

Superações Significativas das Metas Estabelecidas

Executou-se, como comentado acima, todas as atividades dentro do programado, com

leve superação da meta para esta ação de fiscalização, com atingimento de 102,40% na execução física de fiscalização.

Informações Complementares

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para tal. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de fertilizantes: termo de fiscalização, auto de infração, termo de coleta de amostra, tudo de acordo com a legislação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes e o que prescreve o Manual de Fiscalização de fertilizantes.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas físicas;
- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual);
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Legislação Reguladora da Ação/Atividade

- Lei Federal n.º 6.894/1980, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 4.954/2004 que dispõe sobre a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

Indicadores Institucionais:

PI - FISFECOI

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas pelo TCU:

Eficiência - Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $32.227,49 / 256 = R\$ 125,88$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário está compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados para cobrir especialmente os estabelecimentos produtores que no Estado do Pará, situam-se em Barcarena-PA, Palestina do Pará e Santana do Araguaia-Pa.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $256 / 250 \times 100 = 102,40 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 102,40 atendeu-se perfeitamente a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, até ultrapassando levemente o programado, plenamente aderente o programado com o executado.

Ação: 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET

Responsável Técnico – RT : Lucas Arruda Filho

Identificação da Ação						
Código	2140					
Descrição	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinários					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA/PA					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.502,28	31.502,28	29.566,45	26.648,14	0	0	26.648,14
PI: FISFECOI: (*) Fonte: 0100- R\$			Fonte 0150: R\$			
Metas do Exercício para a Ação						
Ord em	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinários	Fiscalização Realizada	174	159	31.502,28	26.648,14

Análise Crítica:

Elaboração do Plano Operativo Anual

O Plano Operativo Anual do exercício 2012 do PI- FISPROFET foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, especialmente, estabelecimento comercial de produtos veterinários. O POA_2012 de produtos veterinários foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de produtos veterinários e competências do SEFAG/PA emanadas do Regimento Interno das SFA's. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2012 foram adequadas as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e compatível com a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas. A elaboração do POA deste PI-FSIPROVET sempre busca compatibilizar as execuções dos PI's da área animal quais sejam: PI-FISCINAM e PI-FISCGENE, para melhor otimização de recursos humanos e financeiros.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISPROVET realizou 91,38 da sua programação física, com efetivação de 159 fiscalizações em produtos de uso veterinário em face de 174 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2012. O cumprimento total desta meta está aderente a uma programação compatível com a realidade e universo fiscalizado. As reprogramações e

ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia que é realizada via rodoviária com uma malha rodoviária precária contribuem para uma efetivação parcial da meta. A execução financeira do PI FISPROVET teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações espraiada em todo o Estado e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense força um custo maior a fiscalização. Assim, para atingimento das metas físicas foram empenhados e gastos R\$ 26.648,14.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISPROVET contribui significativamente para melhoria do padrão e qualidade dos produtos de uso veterinários comercializados no território paraense, estimulando o comércio deste insumo agrícola com qualidade e inocuidade necessária para produtos advindos deste insumo da área animal, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a regularidade e qualidade da oferta deste produto, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de produtos veterinários no Estado do Pará.

A execução das metas física e financeira estão discriminadas e efetuadas no Sistema SIPLAN de gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente considerando a burocracia da administração pública direta, com pequenos contratemplos, como exemplo, na indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalizações programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e o número reduzido de servidores para execução das atividades e realização a contento das demandas programadas pelo próprio Estado. Cumpre ressaltar a difícil logística para se efetivar as fiscalizações, considerando a malha rodoviária deficiente e precária atualmente vivenciada no Estado do Pará que compromete as ações de fiscalização.

Superações Significativas das Metas Estabelecidas

Executou-se, como comentado acima, as atividades de fiscalização de acordo com os recursos disponível, sem contudo atingir o programado inicial, ou seja, as metas pré-estabelecidas, mesmo assim a execução está dentro do aceitável para uma ação de fiscalização que interage diversas variáveis, assim a execução atingiu 91,38%.

Informações Complementares

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para a atividade. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de produtos de uso veterinário: termo de fiscalização, auto de infração, termo de interdição, tudo de acordo com a legislação de produtos de uso veterinários e o que prescreve o Manual de Fiscalização de produtos de uso veterinários.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para

atingimento das metas físicas;

- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual);
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Legislação Reguladora da Ação/Atividade

Lei Federal n.º Decreto-Lei 467/1969, regulamentado pelo Decreto Federal 5.053/2004 que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinários e dos estabelecimentos de fabricação ou comércio.

Indicadores Institucionais:

PI - FISPROVET

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas pelo TCU:

1. Eficiência - Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $26.648,14 / 159 = R\$ 167,60$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário está compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados na execução de fiscalização.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $159 / 174 \times 100 = 91,37 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 91,37 atendeu-se perfeitamente a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, considerando o atingimento superior a 90% da meta programada, plenamente aderente e condizente com os recursos financeiros e humanos disponíveis.

Ação: 2124 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal - FISCINAN

Responsável Técnico – RT : Paulo César Mendes Gonçalves

Identificação da Ação							
Código	2124						
Descrição	Fiscalização de Produtos de Insumos destinados à Alimentação Animal						
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)						
Unidade Responsável	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA/PA						
Unidade Orçamentária	UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
13.670,71	13.670,71	13.670,71	12.480,81	0	1.189,90	12.480,81	
PI: FISFECOI: (*) Fonte: 0100- R\$				Fonte 0150: R\$			
Metas do Exercício para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal	Fiscalização ealizada	45	25	13.670,71	12.480,81	

Análise Crítica:

Elaboração do Plano Operativo Anual

O Plano Operativo Anual do exercício 2012 do PI- FISCINAN foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, especialmente, os estabelecimentos produtores de insumos destinados à alimentação animal. O POA_2012 foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de alimentação animal e competências do SEFAG/PA emanadas do Regimento Interno das SFA's.

As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2012 foram adequadas as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e compatível com a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas, especialmente a atividade de registro de estabelecimento e de produtos para alimentação animal que demanda em muito do tempo do FFA que responde por esta área de fiscalização.

A elaboração do POA deste PI-FISCINAM buscou compatibilizar as execuções dos PI's da área animal quais sejam: PI-FISPROVET e PI-FISCGENE, para melhor otimização de recursos humanos e financeiros.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISCINAM realizou 55,56% da sua programação física, com efetivação de 25 fiscalizações em alimentação animal em face de 45 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2012.

O cumprimento parcial desta meta está aderente a uma programação compatível com a realidade e universo fiscalizado e as readequações em face de demandas internas de registro de estabelecimento e de produto, já que temos apenas 1(um) Fiscal Federal Agropecuário responsável por esta atividade.

As reprogramações e ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia que é realizada via rodoviária com uma malha rodoviária precária contribuem para uma efetivação parcial da meta.

A execução financeira do PI FISPROVET teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações espraiada em todo o Estado e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense força um custo maior a fiscalização na região amazônica, seja via rodoviária ou aérea. Assim, para atingimento das

metas físicas foram empenhados e gastos R\$ 12.480,81.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISCINAN contribuiu significativamente para melhoria do padrão e qualidade dos insumos destinados à alimentação animal comercializados no território paraense, estimulando o comércio deste insumo agrícola com qualidade e inocuidade necessária para alimentação especialmente da cadeia de frangos e suínos, disponibilizando produtos de qualidade ao consumidor final, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a inocuidade e qualidade da oferta deste insumo, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área insumos destinados à alimentação animal no Estado do Pará.

A execução das metas física e financeira estão discriminadas e efetuadas no Sistema SIPLAN de gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente considerando a burocracia da administração pública direta, com pequenos contratempos, como exemplo, na indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalizações programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e o número reduzido de servidores para execução das atividades – contamos apenas com 1(um) FFA para esta atividade fiscalizatória em todo o Estado do Pará. Cumprido ressalta o empenho para cumprimento das atividades com evidentes entraves de toda sorte como exposto acima.

Superações Significativas das Metas Estabelecidas

Executou-se, como comentado acima, as atividades de fiscalização de acordo com os recursos disponíveis, sem contudo atingir o programado inicial, ou seja, as metas pré-estabelecidas, mesmo assim a execução está dentro do aceitável para a realidade dos recursos humanos disponíveis e demandas internas de registro para a área de fiscalização em comento, culminando com a execução parcial, e atingimento superior a 55,00%.

Informações Complementares

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para a atividade. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de insumos destinados à alimentação animal: termo de fiscalização, auto de infração, termo de interdição, tudo de acordo com a legislação de insumos destinados à alimentação animal e o que prescreve o Manual de Fiscalização.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas físicas;
- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual);
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos

profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Legislação Reguladora da Ação/Atividade

Lei Federal n.º 6.198/1974, regulamentada pelo Decreto Federal 6.296//2007 que dispõe sobre a fiscalização dos produtos destinados à alimentação Animal.

Indicadores Institucionais:

PI - FISCINAN

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas pelo TCU:

1. Eficiência - Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $12.480,81 / 25 = R\$ 499,23$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados na execução de fiscalização. Cumpre ressaltar que este custo reflete a otimização de recursos para cumprimento das demais atividades de fiscalização da área animal (FISPROVET e FISCGENE), que realizam-se em conjunto muitas das vezes compartilhando recursos, em perfeita consonância com os fins públicos a que se destina a fiscalização.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $25 / 45 \times 100 = 55,55 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 55,55% atendeu, considerando o exposto acerca dos entraves a efetivação das metas físicas, a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, considerando o atingimento superior a 55% da meta programada, plenamente aderente e condizente com os recursos financeiros e humanos disponíveis.

Ação: 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Responsável Técnico – RT : Lucas Arruda Filho

Identificação da Ação	
Código	2019
Descrição	Fiscalização de Material Genético Animal

Iniciativa		2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável		Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA/PA					
Unidade Orçamentária		UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.096,50	2.096,50	2.096,50	224,04	0	1.872,46	224,04	
PI: FISFECOI: (*) Fonte: 0100- R\$				Fonte 0150: R\$			
Metas do Exercício para a Ação							
Ord em	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Fiscalização de Material Genético Animal	Fiscalização Realizada	20	09	2.096,50	224,04	

Análise Crítica:

Elaboração do Plano Operativo Anual

O Plano Operativo Anual do exercício 2012 do PI- FISGENE foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, especialmente, os estabelecimentos produtores de material genético animal. O POA_2012 foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de material genético animal e competências do SEFAG/PA emanadas do Regimento Interno das SFA's. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2012 foram adequadas as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e compatível com a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas, especialmente a atividade de registro, que demandam tempo considerável do FFA que responde por esta área de fiscalização. A elaboração do POA deste PI- FISGENE buscou compatibilizar as execuções dos PI's da área animal quais sejam: PI-FISPROVET e PI-FISCINAN, para melhor otimização de recursos humanos e financeiros.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISGENE realizou 45,00% da sua programação física, com efetivação de 09 fiscalizações de material genético animal em face de 20 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2012. O cumprimento parcial desta meta está aderente a uma programação compatível com a realidade e universo fiscalizado e as readequações em face de demandas internas de registro de material genético animal, já que temos apenas 1(um) Fiscal Federal Agropecuário responsável por esta atividade.

As reprogramações e ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia que é realizada via rodoviária com uma malha rodoviária precária contribuem para uma efetivação parcial da meta. A execução financeira do PI FISCGENE teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações espraiada em todo o Estado e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense força um custo maior a fiscalização na região amazônica, seja via rodoviária ou aérea. Assim, para atingimento das metas físicas parciais foram empenhados e gastos R\$ 224,04, a maior parte as fiscalizações realizadas foram efetivadas conjuntamente com recursos otimizados do PI FISPROVET, pela similaridade das fiscalizações.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISGENE contribuiu significativamente para melhoria do padrão e qualidade dos materiais genéticos animais comercializados no território paraense, estimulando o comércio deste insumo agrícola com qualidade e inocuidade necessária para a atividade pecuária paraense, assim, disponibilizando

produtos de qualidade ao consumidor final, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a inocuidade e qualidade da oferta deste insumo, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de material genético animal no Estado do Pará.

A execução das metas física e financeira estão discriminadas e efetuadas no Sistema SIPLAN de gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente considerando a burocracia da administração pública direta, com demandas internas de registro que necessita de uma resposta célere da administração pública e contratempos, como exemplo, na indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalizações programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e o número reduzido de servidores para execução das atividades – contamos apenas com 1(um) FFA para esta atividade fiscalizatória em todo o Estado do Pará.

Superações Significativas das Metas Estabelecidas

Executou-se, como comentado acima, as atividades de fiscalização de acordo com os recursos disponível, sem contudo atingir o programado inicial, ou seja, as metas pré-estabelecidas, mesmo assim a execução está dentro do aceitável para a realidade dos recursos humanos disponíveis e demandas internas de registro para a aérea de fiscalização em comento, culminando com a execução parcial, e atingimento de 45,00%.

Informações Complementares

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para a atividade. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de material genético animal: termo de fiscalização, auto de infração, termo de interdição, tudo de acordo com a legislação de material genético animal, e o que prescreve o Manual de Fiscalização.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas físicas;
- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual);
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Legislação Reguladora da Ação/Atividade

Lei Federal n.º6.446/1977, regulamentada pelo Decreto Federal 187/1991 que dispõe sobre a

fiscalização de material genético animal.

Indicadores Institucionais:

PI - FISCGENE

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas pelo TCU:

1. Eficiência - Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $224,04 / 9 = R\$ 24,89$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados na execução de fiscalização, e os custos estão aquém da média pois há compartilhamento dos custos com as atividades de fiscalização da área animal (FISPROVET e FISCGENE). Cumpre ressaltar que este custo reflete a otimização de recursos para cumprimento das demais atividades que realizam-se em conjunto muita das vezes compartilhando recursos, em perfeita consonância com os fins públicos a que se destina a fiscalização.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $09 / 20 \times 100 = 45,00 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 45,00% atendeu, considerando o exposto acerca dos entraves a efetivação das metas físicas, a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, considerando o atingimento sobredito ao programado, e estando plenamente aderente e condizente com os recursos financeiros e humanos disponíveis.

Ação: 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos e subprodutos - FISCANIMAL

Responsável Técnico – RT : Milton Leite Alves da Cunha

Identificação da Ação	
Código	2181
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus produtos e subprodutos
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)

Unidade Responsável							
Unidade Orçamentária		UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
6.332,89	6.332,89	6.332,89	6.102,89	0	233,00	6.102,58	
Metas do Exercício para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
01	Fiscalização	Fiscalização Realizada	3094	3038	6332,89	6102,58	

(*) Meta prevista no Plano Operativo Anual – POA

(**) Descentralização SIAFI

Comentários:

As atividades de fiscalização da área animal representaram em 2012, 98,19 do Previsto Inicial, valor esse semelhante ao Previsto Corrigido. Se manteve durante o ano o desempenho esperado com relação as metas físicas, No entanto verificou-se um aumento expressivo da exportação de bovinos vivos para abate da ordem de 37,20 % quando comparado ao exercício de 2011, o que coloca o Porto de Vila do Conde como principal local de exportação de animais vivos do país. Da mesma forma verificou-se um aumento significativo da exportação de carne congelada, miúdos, couro e rasas de couro.

Esse aumento certamente tem a ver com a recuperação da economia mundial que se reflete no aumento do poder de compra dos países importadores, havendo de se reconhecer também o esforço que o Estado do Pará vem desenvolvendo para que todo o seu território seja reconhecido como Área Livre de Febre Aftosa pelas autoridades nacionais e internacionais (OIE)

Análise Crítica:

Consideramos com base no planejamento para 2012, que os recursos financeiros disponibilizados no transcorrer do exercício foram insuficientes ao custeio e manutenção das Unidades. Fazem-se necessários também novos investimentos que garanta uma melhoria da infraestrutura das unidades, o que envolve a aquisição de novos equipamentos de informática e veículos indispensáveis para o trabalho da fiscalização. No entanto nas UVAGRO's do Estado do Pará que executam ações do FISCANIMAL a situação mais grave e que necessita de uma intervenção urgente é a deficiência de FFA's Médicos Veterinários decorrente do crescente processo de aposentadoria desses profissionais, sem os quais certamente acontecerão estrangulamentos do Serviço nas referidas Unidades.

O quadro a seguir baixo demonstra os resultados alcançados e dados detalhados por ação, referente à certificação na exportação e importação de animais e seus produtos.

EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – UVAGRO/Porto DE VILA DO CONDE
EXPORTAÇÃO

EXPORTAÇÃO – ÁREA ANIMAL				
PRINCIPAIS PRODUTOS CERTIFICADOS – Uvagro Porto de Vila do Conde/Barcarena/PA				
PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDA DE	UNID	VALOR (US\$)

Bovinos vivos para Abate	Porto de Vila do Conde	459.077	U	530.323.628,00
Bovinos vivos para Cria e Reprodução	Porto de Vila do Conde	20.168	U	30.945.000,00
Bubalinos para Abate	Porto de Vila do Conde	2002	U	1.205.917,00
Bubalinos para reprodução	Porto de Vila do Conde	4427	U	7.671.159,00
Carne	Porto de Vila do Conde	14.241	T	59.351.424,00
Miúdos	Porto de Vila do Conde	6.194	T	18.568.194,00
Couros e raspas de couro	Porto de Vila do Conde	11.970	T	36.199.257,00
Peixe	Porto de Vila do Conde	95	T	452.797,00
Bexiga Natatória	Porto de Vila do Conde	81	T	1.988.804
Camarão	Porto de Vila do Conde	31	T	35.450,00
TOTAL GERAL				686.741.630,00

**EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – UVAGRO/Porto DE BELÉM
EXPORTAÇÃO**

EXPORTAÇÃO – ÁREA ANIMAL		
PRINCIPAIS PRODUTOS CERTIFICADOS – Uvagro Porto de Vila do Conde/Barcarena/PA		
PRODUTO	PESO (t)	VALOR EM US\$
Carne congelada	982	2,715,634,00
Miúdos	3.339	11.020.401,00
Couro + raspas e aparas	2.633	7.851.225,00
Camarão congelado	15	137,287,00
Peixe Congelado	629	2.675.448,00
TOTAL	7.598	24.394.995,00

IMPORTAÇÃO

PRODUTO	PESO (t)	VALOR EM US\$
Bacalhau	25	119,650,00

EXPORTAÇÃO/ IMPORTAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – UVAGRO/Aeroporto Internacional DE BELÉM

EXPORTAÇÃO – ÁREA ANIMAL				
PRINCIPAIS PRODUTOS CERTIFICADOS – Uvagro Aeroporto de Belém/PA				
PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNID	VALOR (US\$)
Peixes Ornamentais				
	Aeroporto de Belém	962.455	U	12.797.478,00
Peixe Fresco/Eviscerado	Aeroporto de Belém	55	T	339.790,00
Bexiga Natatória	Aeroporto de Belém	155	T	9.538.478,00
TOTAL GERAL				US\$ 22.678.746,00

Ação: 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus 1 FISCPLANTA

Responsável Técnico: Milton Leite Alves da Cunha:

Identificação da Ação						
Código	2180					
Descrição	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus produtos e subprodutos					
Iniciativa	2028 – Defesa Agropecuária (Programa Temático)					
Unidade Responsável	DDA					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 (MAPA)			UG: 130094 (SFA/MAPA-PA)		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
59.647,31	59.647,31	59.647,31	59.647,31	0	0	59.647,31
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização Realizada	Unidade	3808	4103	59.647,31	59.647,31

Comentários:

Em 2012 foram realizadas 4.103 fiscalizações na área vegetal, representado 107,74% do Total Previsto Corrigido de 3808 fiscalizações. Esse trabalho foi desenvolvido pelas quatro unidades instaladas no Estado do Pará: Porto de Belém, Porto de Santarém, Porto de Vila do Conde, e no Aeroporto Internacional de Belém.

Os Portos de Belém e Vila do Conde fiscalizam e certificam principalmente produtos como madeira, pimenta-do-reino e castanha do Pará., O Porto de Belém ainda é o principal ponto de ingresso do trigo. Nessas unidades em 2012, observou-se o incremento na fiscalização de embalagens e suportes de madeira também é realizadas, observando normas internacionais como a NIMF 15, isso decorre da implantação de empresas mineradoras e de siderúrgicas no Estado.

O Porto de Santarém se destaca pela fiscalização e certificação de commodities internacionais importantes como o milho e soja a granel, comercializados pela multinacional Cargil, e por sua posição estratégica é um ponto alternativo de embarque, frente aos tradicionais portos como o de Santos e Paranaguá.

A UVAGRO localizada no Aeroporto Internacional de Belém, executa principalmente a ação de Vigilância e Controle de passageiros que chegam nos vôos internacionais que chegam na Capital do Estado.

Análise Crítica:

Consideramos com base no planejamento para 2012, que os recursos financeiros disponibilizados no transcorrer do exercício foram insuficientes ao custeio e manutenção das Unidades. Fazem-se necessários também novos investimentos que garantam a melhoria da infraestrutura das unidades, o que envolve a aquisição de novos equipamentos de informática e veículos indispensáveis para o trabalho da fiscalização. No entanto nas UVAGRO's do Estado do Pará que executam ações do FISCPLANTA a situação mais grave é a deficiência de FFA's Engenheiros Agrônomos que já no próximo deve piorar com a possibilidade de aposentadoria de grande parte desses profissionais, sem os quais certamente acontecerão estrangulamentos do Serviço nas referidas Unidades.

O quadro a seguir baixo demonstra os resultados alcançados e dados detalhados por ação, referente à certificação na exportação e anuência na importação de vegetais e seus produtos.

EXPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL
PRINCIPAIS PRODUTOS CERTIFICADOS – Uvagro Porto de Vila do Conde/Barcarena/PA

PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNID	VALOR (US\$)
Castanha-do-Pará	Porto de Vila do Conde	1.822	T	5.401.884,00
Pimenta do Reino	Porto de Vila do Conde	12.195	T	80.942.030,00
Madeira	Porto de Vila do Conde	7.346	T	9.145.030,00
Substrato para uso agrícola	Porto de Vila do Conde	44	T	25.080,00
TOTAL GERAL				95.514.024,00

IMPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL				
PRODUTOS COM DESPACHO AUTORIZADO – Uvagro Porto de Vila do Conde/Barcarena/PA – 2012				
PRODUTO	PONTO DE INGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (US\$)
Fertilizantes Minerais	Porto de Vila do Conde	74.000	T	22.131.066,00
Fibra de Juta	Porto de Vila do Conde	438	T	325.000,00
TOTAL GERAL				22.456.066,00

**EXPORTAÇÃO/IMPORTAÇÃO PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – UVAGRO/Porto DE BELÉM
EXPORTAÇÃO**

EXPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL				
PRINCIPAIS PRODUTOS CERTIFICADOS – Uvagro Porto de Belém/PA				
PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNID	VALOR (US\$)
Castanha do Brasil com casca				
	Porto de Belém	458,500	T	1.749.294,29
Pimenta do Reino	Porto de Belém	16.266,90	T	40.884.446,37
Cumaru – fava	Porto de Belém	64,80	T	1.572.740,00
Madeira	Porto de Belém	70.990,8594	m3	14.083.596,93
TOTAL GERAL				US\$58.290.077,59

IMPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL				
PRODUTOS COM DESPACHO AUTORIZADO – Uvagro Porto de Belém/PA – 2012				
PRODUTO	PONTO DE INGRESSO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR (US\$)
Trigo – grão	Porto de Belém	167.194,160,00	T	49.967.807,00
Embalagem de madeira ⁽¹⁾				
	Porto de Belém	1.209.933,60	KG	0,00
TOTAL GERAL				49.967.807,00

⁽¹⁾Fiscalização de embalagem de madeira que acondicione quaisquer classes de mercadoria importada.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – UVAGRO/Porto DE SANTARÉM

EXPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL				
PRINCIPAIS PRODUTOS CERTIFICADOS – Uvagro Porto de Santarém/PA				
PRODUTO	PONTO DE EGRESSO	QUANTIDADE	UNID	VALOR (US\$)
Soja				
	Porto de Santarém	873.005	T	462.837.246,00
Milho	Porto de Santarém	462.838	T	119.438.965,00
Pimenta do Reino	Porto de Santarém	16.266	T	40.884.446,00
Cumaru – fava	Porto de Santarém	65	T	1.572.740,00
Madeira	Porto de Santarém	70.990	m3	14.083.596,00
TOTAL GERAL				638.81.993,00

IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL – UVAGRO/Aeroporto Internacional DE BELÉM

IMPORTAÇÃO – ÁREA VEGETAL				
PRODUTOS COM DESPACHO AUTORIZADO – Uvagro Aeroporto de Belém/PA				
PRODUTO	PONTO DE INGRESSO	QUANTIDADE	UNID	VALOR (US\$)
Embalagem de madeira ⁽²⁾	Aeroporto de Belém	9.589,00	Kg	0,00
Sementes de Dendê	Aeroporto de Belém	256	Kg	122.417,00
TOTAL GERAL				122.417,00

(²)Fiscalização de embalagem de madeira que acondicione quaisquer classes de mercadoria importada.

FISCALIZAÇÃO DE PASSAGEIROS/ PRODUTOS APREENDIDOS pela – UVAGRO/Aeroporto Internacional DE BELÉM

FISCALIZAÇÃO DE PASSAGEIROS/APREENSÃO DE PRODUTOS			
Uvagro Aeroporto de Belém/PA			
PRODUTO	PONTO DE INGRESSO	QUANTIDADE	UNID
Passageiros Fiscalizados	Aeroporto de Belém	29.225	U
Produtos Apreendidos de Origem Vegetal	Aeroporto de Belém	122	Kg
Produtos Apreendidos de Origem Animal	Aeroporto de Belém	93	Kg

AÇÕES:

Programa Temático: “2014- AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO”.

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Dentre as diversas atividades do serviço, foram apoiados os programas coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo através da execução de ações voltadas para:

- (1) agregação de valor aos produtos paraenses através da Identificação Geográfica de produtos agropecuários, com destaque para as amêndoas de cacau nos municípios da região da Transamazônica;
- (2) o desenvolvimento da cadeia produtiva do abacaxi em Salvaterra no Marajó e em Floresta do Araguaia através da Produção Integrada;
- (3) o desenvolvimento da Produção Orgânica com a promoção de feiras, campanhas de promoção, palestras, seminários e oficinas;
- (4) a fiscalização de convênios de custeio para recuperação de vicinais e para aquisição de calcário dolomítico;
- (5) para análise e orientação de emendas parlamentares de investimento, principalmente para a aquisição de patrulhas mecanizadas e obras de infra-estrutura para o desenvolvimento rural de diversos municípios do Estado do Pará

GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

São dois os Programas, cujas ações são de responsabilidade da DPDAG-PA:

- I. **Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização** onde estão contempladas oito ações
 - Fiscalização de Serviços Agrícolas
 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
 - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas
 - Fiscalização de Serviços Pecuários
 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixo Carbono
- II. **Inovações para a Agropecuária** que contempla apenas uma ação no Estado do Pará
 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

O Quadro 1 demonstra a meta física programada para o Estado do Pará discriminada por programa e por ação.

O Quadro 2 demonstra, de acordo com a dotação do POA (Plano Orçamentário Anual), o montante, por Plano Interno (PI), de cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e três Reais e cinquenta e sete centavos (R\$58.493,57) utilizados por esta Divisão na consecução das atividades de políticas públicas, produção e desenvolvimento agropecuário. Este volume de recurso aplicado equivale a 90,31% e 85,33% da dotação financeira respectivamente nos programas Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização e Inovações para a Agropecuária.

Quadro I

Ação	PI	META FÍSICA		
		Programado	Realizado	%
Fiscalização de Serviços Agrícolas	FISAGRIC		1	
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	DESENGORG			
Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário	APPRODUTOR			
Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixo Carbono	ORGMANEJO 2	320	284	89

Quadro II

	META FÍSICA

Ação	Dotação POA	Dotação Liberado	Liquidado
Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC 1	28.422,00	2.323,30	723,30
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica DESENOORG	16.126,50	7.683,77	7.322,77
Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário- APPRODUTOR	21.457,00	6.683,14	5.891,25
Apoio ao Desenv. de Agricultura de Baixo Carbono- ORGMANEJO 2	2.433,00	14.626,63	14.626,63
Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica- CETORGAN	3.019,50	12.448,30	11.491,26
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuáris- APOIOPEC	10.562,50	8.523,37	7.873,37
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC	12.515,00	1.292,38	1.292,38
Fiscalização de Serviços Pecuários – FISCALPEC	0,00	1.834,43	824,43
Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários- INDIGRAF	35.353,00	15.094,11	8.448,18

Ação 2B17 – Fiscalização dos Serviços Agrícolas

PI: FISCONTRATO

PRODUTO: Produtor Atendido

PRINCIPAIS AÇÕES:

O produto deste Plano Interno seriam Fiscalizações Realizadas. Tais fiscalizações dizem respeito às fiscalizações por amostragem referentes aos contratos de repasse e as fiscalizações *in loco* de convênios na jurisdição do Estado do Pará.

Contrato de repasse é um instrumento administrativo usado para transferência de recursos financeiros da união por intermédio de um agente financeiro público federal. A instituição que vem operando com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento essa modalidade de transferência é a Caixa Econômica Federal.

Os contratos de repasse e convênios visam apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor

No Estado do Pará foi realizada apenas uma fiscalização de convênio e nenhuma fiscalização referente aos contratos de repasse em que pese as 43 emendas aprovadas num valor de 32.060.000,00 demonstrado no Quadro 3.

As 43 emendas parlamentares, destinadas a investimentos rurais, somaram em 2012 o montante de R\$ 32.060.000,00. Ressaltamos que apesar destes recursos não terem se transformado em produtos voltados o desenvolvimento do setor agropecuário, estas emendas foram analisadas pela DPDAG, com o objetivo de imprimir competitividade ao agronegócio. Os respectivos Planos de Trabalho registraram como metas: aquisição de patrulhas mecanizadas, recuperação de estradas vicinais, feiras e construções como esta discriminado no Quadro 3.

Ainda sobre as emendas parlamentares, pode-se observar no Quadro 4 que a variação entre as emendas Aprovadas e as Emendas Empenhadas foi da ordem de 49,28% no global, considerada alta, levando em conta que os recursos empenhados, ainda foram reduzidos pela não contratação, face as restrições impostas pelo CAUC (Cadastro Único de Convênios, como ocorreu em 2012, onde só 69,62% dos recursos empenhados foram contratados, representando uma perda da ordem de R\$4.800.000,00.

Destacamos ainda com relação às emendas parlamentares de 2012, que não foram efetuadas fiscalizações por amostragem, por ausência de programação oriunda do DIEL (Departamento de infraestrutura, logística e parcerias institucionais), como normalmente vem ocorrendo em exercícios anteriores.

Quadro III

Investimentos emanados de emendas parlamentares

Emendas Parlamentares		
Discriminação	Quantidade	Valor (R\$)

Patrulhas mecanizadas	30	20.660.000,00
Recuperação de estradas vicinais	4	4.700.000,00
Feiras e construções	9	6.700.000,00
Total	43	32.060.000,00

Quadro IV

Emendas Parlamentares

Discriminação	Aprovadas		Empenhadas		Variação	Contratadas		Variação
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor		Qtd.	Valor	
Patrulhas mecanizadas	30	20.660.000	12	7.300.000	35,33	10	6.200.000	84,93
Recuperação de estradas vicinais	4	470.000,	4	4.700.000	100	2	3.000.000	63,83
Feiras e construções	9	6.700.000,	5	3.800.000	56,72	3	1.800.000	47,37
Total	43	32.060.000	21	15.800.000	49,28	15	11.000.000,	69,62

Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

PI: DESENGORG

Produto: Pessoa Beneficiada

Principais Ações:

Foram beneficiadas 3548 pessoas no decorrer de 2013, sendo que o maior contingente (78%) deste resultado ocorreu durante a semana do Alimento Orgânico, onde estratégias foram desenvolvidas para se atender um maior público composto tanto de consumidores alvo da campanha, quanto alunos e técnicos. Embora tenham sido desenvolvidas atividades em Belém, nos deslocamos com demais representantes da CPOrg-PA para Santarém onde foram realizadas palestras, para alunos do IFPA, palestras em escolas do ensino fundamental e médio, chamadas em debates no rádio e na TV Tapajós, culminando com a primeira Feira de Produtos orgânicos em Santarém. Foram ainda realizadas reuniões da CPOrg-PA e CTOrg-Santarém. Participamos ainda como palestrante do módulo de legislação e Certificação em Agroecologia do curso de Especialização em Agroecologia realizado pela UFOPA em Santarém.

Vale salientar que a produção orgânica em Santarém após a semana vem crescendo e o município já abriga uma feira permanente de produtos orgânicos.

Ação 8611 – Apoio ao pequeno e Médio Produtor

PI: APPRODUTOR

Produto: Projeto Apoiado

Principais Ações:

As ações referentes a este PI complementam as atividades desenvolvidas pelo PI FISCAGRIC, ou seja, ações de fiscalização de convênios e palestras voltadas para esta atividade.

Ação : Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

PI: CETORGAN 1

Produto: Unidade Controlada

Principais Ações:

As atividades referentes aos recursos do CETORGAN dizem respeito basicamente a oficina sobre Organização de Controle Social-OCS, palestras sobre OCS e palestras sobre Certificação Orgânica para produtores de cacau em Medicilândia na Transamazônica e de açaí em São Sebastião da Boa Vista no Marajó. Ainda com recursos deste PI dois fiscais federais agropecuários foram treinados em Brasília sobre os procedimentos de fiscalização de produtos orgânicos.

Ate dezembro de 2012 haviam 18 unidades controladas de produção orgânica no Pará através de OCS. Entretanto vale ressaltar que o Estado do Pará é o maior produtor de orgânicos no Brasil.

Ação: Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias

PI: APOIOPEC 1

Produto: Unidade Atendida

Principais Ações:

Foram realizadas reuniões relacionadas abaixo discriminadas por assunto de interesse.

- PISA II:

Reunião Técnica realizada em Rondon do Pará

Instalação do grupo de trabalho local com visitas às propriedades selecionadas -- BPA:

Reunião de Avaliação de Facilitadores locais, no município de Paragominas - PAS-Leite:

Instalação do Programa PAS-Leite, com presença do Coordenador Nacional do Programa, Aproveitando o período da Feira Agropecuária local - PAS-Leite-Queijo do Marajó:

Reunião, levantamento da situação local e visita à Produtores de Queijo do Marajó, para a elaboração do protocolo do Queijo, realizado nos municípios de Salvaterra, Cachoeira de Arari e Soure.

BEA-(Bem Estar Animal):Reunião em Marabá, para discutir situação de Abate local, condições de Frigoríficos à adequação à nova Legislação

Apoio Financeiro à Feira Agropecuária de Belém

Ação: Fiscalização de Serviços Agropecuárias

PI: FISCALPEC

Produto: Fiscalização Realizada

Principais ações:

Foi ministrada palestra de Indicação Geográfica Aproveitando a Semana Universitária Ulbra (Universidade Luterana do Brasil) e Palestra com o mesmo teor na UFOPA (universidade Federal do Oeste do Pará), ambas em Santarém.

Ação: Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixo Carbono

PI: ORGMANEJO 2

PRODUTO: Pessoa Beneficiada

Principais Atividades:

- 5 Reuniões do Comitê Gestor do Programa ABC/PA

- 01 Seminário de Apresentação do PLANO ABC (24 de maio – Auditório do BASA)

- 01 Oficina de Trabalho para Elaboração do Plano de Ação do ABC (08,09 e 10 de agosto – FAEPA)

- 01 Oficina de Trabalho do Comitê Gestor Apresentação do Plano Estadual de ABC (Sagri 09.10.2012).

INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

OBJETIVO: Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Ação: Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

PI: INDIGRAF

Produto: Produtor Atendido

Principais ações:

Foram realizadas palestras, seminários e reuniões com produtores rurais e órgãos dos governos do Estado e dos Municípios detentores de produtos propensos ao registro de Identificação Geográfica.

Deixamos de realizar algumas atividades planejadas devido a não liberação de recursos financeiros, gerando uma frustração em cima de expectativas criadas para a realização de oficinas do Prof. Almir da Ufra, para melhoria da qualidade da Água dos produtores de Queijo, assim, como técnicas de padronização e manipulação

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A metodologia utilizada para avaliação de desempenho utilizou os indicadores de eficiência e eficácia calculados de acordo com as seguintes fórmulas:

EFICIÊNCIA: Custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

- **Custo Unitário Realizado em 2010 (CUR):**

$$CUR = CR_{2010} / QR_{2010},$$

sendo CR = custo total realizado

QR = quantidade referente ao indicador total realizado

- **Custo Unitário Programado em 2010 (CUP):**

$$CUP = CP_{2010} / QP_{2010}$$

sendo CP = custo total programado

QP = quantidade referente ao indicador total programado

- **Varição Absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado:**

$$VA_{2010} = CUR_{2010} - CUP_{2010}$$

- **Varição Relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado**

$$VR = (CUR_{2010} / CUP_{2010} \times 100) - 100$$

EFICÁCIA: Número de Unidades de Produção da ação realizadas em relação à meta física programada.

- **Varição absoluta (VA):**

$$VA = QR_{2010} - QP_{2010}$$

- **Varição Relativa (VR):**

$$VR = (QR_{2010} / QP_{2010} \times 100) - 100$$

INDICADORES DE DESEMPENHO

Apesar de não estarem definidos no SIPLAN todos os indicadores de acompanhamento e avaliação das ações na Divisão no Estado, estimamos alguns indicadores por Plano Interno para exercício e registro dos resultados programados e realizados.

FISCAGRIC 1

Eficiência

$$CUR = R\$34.235,93 / 4.640 = R\$7,37 / \text{pessoa beneficiada}$$

$$CUP = R\$41.295,85 / 1.600 = R\$25,80 / \text{pessoa beneficiada}$$

$$VR = (250 / 1 * 100) - 100 = 24.900\%$$

APOIOAGRIC 1

Eficiência

$$CUR = R\$7.331,10 / 16.965 = R\$0,43 / \text{pessoa beneficiada}$$

$$CUP = R\$7.922,56 / 300 = R\$26,40 / \text{pessoa beneficiada}$$

$$VA = R\$0,43 - R\$26,40 = (-) R\$28,97$$
$$VR = (R\$0,43/R\$26,40*100)-100 = (-) 98,37\%$$

Eficácia

$$VA = 16.965 - 300 = 16.665 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = (R\$16.965,00/300*100)-100 = 5.555\%$$

FISCALPEC

Eficiência

$$CUR = R\$5.191,35/2 = R\$2.595,67/ \text{ pessoa beneficiada}$$
$$CUP = R\$5.800,00/2 = R\$2.900,00/\text{pessoa beneficiada}$$
$$VA = R\$2.595,67 - R\$2.900,00 = (-)R\$304,33$$
$$VR = (R\$2.595,67/R\$2.900,00*100)-100 = (-) 10,49\%$$

Eficácia

$$VA = 2 - 2 = 0 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = (2/2*100)-100 = 0\%$$

ORGMANEJO 2

Eficiência

$$CUR = R\$20.253,07/325 = R\$62,31/\text{pessoa beneficiada}$$
$$CUP = R\$23.558,50/100 = R\$235,58/\text{pessoa beneficiada}$$
$$VA = R\$62,31 - R\$235,58 = (-) R\$173,27$$
$$VR = (R\$62,31/R\$173,27*100)-100 = (-) 64,03\%$$

Eficácia

$$VA = 325 - 100 = 225 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = (325/100*100)-100 = 225\%$$

INDIGRAF

Eficiência

$$CUR = R\$1.332,70/1 = R\$1.332,70/\text{pessoa beneficiada}$$
$$CUP = R\$1.395,50/1 = R\$1.395,50/\text{pessoa beneficiada}$$
$$VA = R\$1.132,70 - R\$1.395,50 = (-)R\$62,80$$
$$VR = (R\$1.332,70/R\$1.395,50*100)-100 = (-) 4,50\%$$

Eficácia

$$VA = 1 - 1 = 0 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = (1/1*100) - 100 = 0\%$$

$$VA = R\$7,37 - R\$25,80 = (-) R\$18,43$$
$$VR = (R\$7,37/R\$25,80*100)-100 = (-)71,43\%$$

Eficácia

$$VA = 4.640 - 1.600 = 3.040 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = 4.640/1.600*100 = 190\%$$

DESENGORG

Eficiência

$$CUR = R\$9.651,97/90.360 = R\$0,10/ \text{ pessoa beneficiada}$$
$$CUP = R\$14.728,40/69.500 = R\$0,21/\text{pessoa beneficiada}$$

$$VA = R\$0,10 - R\$0,21 = (-) R\$0,11$$
$$VR = (R\$0,10/R\$0,21 * 100) - 100 = (-) 52,38\%$$

Eficácia

$$VA = 90.360 - 69.500 = 20.860 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = (90.360/69500 * 100) - 100 = 30,01\%$$

APRODUTOR

Eficiência

$$CUR = R\$3.302,37/20 = R\$165,11/ \text{ pessoa beneficiada}$$
$$CUP = R\$3.677,50/1 = R\$3.677,50/\text{pessoa beneficiada}$$
$$VA = R\$165,11 - R\$3.677,50 = (-) R\$3.512,39$$
$$VR = (R\$165,11/R\$3.677,50 * 100) - 100 = (-) 95,51\%$$

Eficácia

$$VA = 20 - 1 = 19 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = (20/1 * 100) - 100 = 1.900\%$$

CETORGAN 1

Eficiência

$$CUR = R\$9.652,75/542 = R\$17,80/ \text{ pessoa beneficiada}$$
$$CUP = R\$10.806,73/100 = R\$108,06/\text{pessoa beneficiada}$$
$$VA = R\$17,80 - R\$108,06 = (-) R\$90,26$$
$$VR = (R\$17,80/R\$108,06 * 100) - 100 = (-) 83,52\%$$

Eficácia

$$VA = 542 - 100 = 442 \text{ pessoas beneficiadas}$$
$$VR = (542/100 * 100) - 100 = 442\%$$

APOIOPEC

Eficiência

$$CUR = R\$1.042,42/250 = R\$4,16/\text{pessoa beneficiada}$$
$$CUP = R\$1.137,50/1 = R\$1.137,50/\text{pessoa beneficiada}$$
$$VA = R\$4,16 - R\$1.137,50 = (-) R\$1.133,34$$
$$VR = (R\$4,16/R\$1.137,50 * 100) - 100 = (-) 99,63\%$$

Eficácia

$$VA = 250 - 1 = 249 \text{ pessoas beneficiadas}$$

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos foram significativos, o que reflete o esforço da equipe da Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário para o alcance de resultados em favor do agronegócio do Estado do Pará através das Políticas, Planos, e Programas disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Entretanto, em que vale o esforço da equipe, ressaltamos a necessidade de ampliação e reforma do prédio onde está acomodada a DPDAG-PA, assim como a necessidade de reparo da infra-estrutura de comunicação.

“2105 - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços”

4.2 – Ação vinculada ao Programa de Gestão, Manutenção e Serviços

**Quadro A.4.6 – Operação dos serviços administrativos da Unidade
(Anexo II da DN TCU 119/2012)**

Identificação da Ação						
Código	2000					
Descrição	Operação dos serviços administrativos da Unidade Descentralizadas					
Unidade Responsável	Secretaria Executiva/ Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
Unidade Orçamentária	MAPA					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.084.000,00	2.667.521,99	2.667.521,99	2.471.563,13	175.743,49	195.961,86	2.295.819,64
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manutenção da Unidade	1	2	2	2.084.000,00	2.295.819,64
02	Aquisição de Central Telefônica	1	1	0		
03	Aquisição de Centrais de Ar	1	1	0		
04	Melhorias Estruturais	1	1	0		
05	Aquisição de mobiliário	1	1	0		

Análise Crítica: Não muito diferente dos anos anteriores, a Unidade foi mantida com certa dificuldade em razão do limite de custeio no valor de R\$ 2.074.000,00 ser incompatível com as demandas. Apesar do apoio com limite extra do órgão central, as dificuldades não foram tão amenizadas, pois a descentralização dos créditos necessários foi feita nos dois últimos meses do exercício.

Relativo a investimento, as metas contidas nos itens 02 a 05 não foram cumpridas, pois apesar dos processos licitatórios estarem avançados, o recurso não foi liberado tempestivamente.

4.2 - Execução Orçamentária e Financeira de Despesa

4.2.1 – Movimentação de Créditos Interna e Externa

**Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
(Anexo II da DN TCU 119/2012)**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesa
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	130101	130094	apoio	-	-	2.295.819,64
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	11008 SEAP	130094	apoio	-	-	331.980,71
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesa de Capital		
		Concedente	Recebedora		4-Investimento	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da dívida
Movimentação Interna	Concedidos	130101	130094	-	-	59.456,88	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: No quadro acima, foi demonstrado a movimentação de crédito externa, oriunda da Pesca e Aquicultura direcionada ao apoio de contrato de energia e vigilância ostensiva, vez a a mesma funciona nesta SFA/PA.

Relativo a movimentação interna, trata-se de recurso da ação de manutenção e serviços.

4.2.2 – Despesas por modalidade de contratação de créditos de movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação
(Anexo II da DN TCU 119/2012) (R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
Modalidade de Licitação			-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.082.715,51	2.571.929,38	3.082.715,51	2.571.929,38
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	427.224,29	301.241,31	427.224,29	301.241,31
Inexigibilidade	66.868,96	56.754,59	66.868,98	56.754,59
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	108.778,02	120.505,84	108.778,02	120.505,84
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	64.150,77	97.086,47	64.150,77	97.086,47
Diárias	409.205,41	514.047,86	409.205,41	514.047,86
Outras	-	-	-	-
Total	4.258.942,96	3.661.565,45	31.555.606,55	3.661.565,45

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: A SFA/PA trabalhou no exercício de 2012 com um limite de custeio para manutenção na ordem de R\$ 2.471.563,13, dos quais 77,47% (1.914.871,04) foram gastos com contrato de apoio técnico e operacional; limpeza e conservação e vigilância ostensiva. O valor dos contratos está inserido no item “pregão”. Apesar da redução no gasto com suprimento de fundos para a sede, e em outros itens, há ainda um limite aquém das demandas da Unidade. Porém, o quadro acima mostra que houve uma redução de gastos em relação ao exercício de 2011.

4.2.3- Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
(Anexo II da DN TCU 119/2012)

(Valores R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 Despesas de Pessoal								
Folha com auxílio funeral	64.150,00	97.088,0	64.150,0	97.088,00	-	-	64.150,0	97.088,0

2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos Grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
3390.37-Locação de Mão de Obra	1.914.871,0	1.888.969,	1.914.871	1.888.969,	-	-	1.914.871,	1.888.969,
3390.39- Pessoa Jurídica	461.832,12	714.926,	461.832,1	714.926,00	-	-	461.832,12	714.926,0
3390.30 – Consumo	52.374,41	248.969,0	52.374,41	248.969,00	-	-	52.374,41	248.969,0
Demais elementos grupo	94.859,97	16.924,68	94.859,97	16.492,94	-	159.932,59	4.859,97	16.492,94
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
4490.52-Material Permanente	-	11.372,21	-	11.372,21	-	-	-	11.372,21
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: A SFA/PA teve como limite inicial para o exercício o valor de R\$ 2.084.000,00, valor inviável para atender as demandas da sede e unidades. No decorrer do exercício, após demonstrado a dificuldade de operacionalização com o limite pré-estabelecido, houve liberação a título de limite extra, tendo sido pago ao final do exercício o valor de R\$ 2.295.819,64.

É oportuno registrar que a única despesa com pessoal gerida pela Unidade é a despesa com auxílio funeral. Ainda, o fato da descentralização dos recursos restante ter ocorrido apenas no último trimestre do ano, deixou-se de concluir alguns processos licitatórios de vital importância para a manutenção da UG. Ainda, o quadro acima tratou apenas dos itens aplicáveis a Unidade Gestora - UG

5 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1- Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 – Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
(ANEXO II DA DN TCU 119/2012)

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	271.779,96	-	271.779,96	-
2010	441.312,33	498,03	440.814,30	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2011	159.932,59	43.493,87	116.438,72	-
2010	712.440,35	53.744,47	658.695,88	-

Observações:

Fonte: SEOF/SFA/PA

5.2 – Transferência de Recursos

5.2.1 - Quadro A.5.3 – Instrumentos de Transferências vigentes no exercício (Anexo II da DN TCU 119/2012)

Valores (R\$1,00)

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA									
CNPJ: 00.396.895/0016-01					UG/GESTÃO: 130094				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Convênio	755770/2011	ADEPARÁ	11.964.844,00	1.196.484,4	1.102.140,	3.332.052,0	2011	2015	1
Convênio	755840/2011	ADEPARÁ	47.317.661,49	4.731.746,5	6.615.705,6	17.404.486,4	2011	2015	1
LEGENDA Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									

Análise Crítica: Trata-se de convênio plurianual, assinado pelo Ministro de Estado da Agricultura e o governo do estado. Porém, o repasse (descentralização dos recursos) é feita por meio da Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA (UG 130094), a quem cabe a responsabilidade do acompanhamento e fiscalização dos objetos e a análise das respectivas prestações de contas. Adite-se que o valor global refere-se ao pactuado para o exercício.

5.2.2 - Quadro A.5.4 – Instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três anos (Anexo II da DN TCU 119/2012)

Valores em (R\$ 1,00)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA						
CNPJ: 00.396.895/0016-01						
UG/GESTÃO: 130094						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	02	02	0	7.717.845,60	13.186.692,89	0
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-

Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	02	02	0	7.717.845,60	13.186.692,89	0

No exercício de 2012 houve apenas a continuação do convênio com a Agência de Defesa do estado do Pará – ADEPARÁ. Os demais itens não se aplicam.

5.2.3 – Quadro A.5.5 – Instrumentos de Transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2013 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	02	ADEPARÁ	20.736.538,49	9.923,571	34,97%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	02		20.736.538,49	9.923.571,00	34,97%

Fonte: Gestão de convênios

5.2.3- Quadro A.5.6 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contrato de repasse.

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativo e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	7.717.845,60	-	-
	Contas não Prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	13.018.692,89	-	-
	Contas não Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante	-	-	-

		Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas não Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2010	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
	Contas não Prestadas	Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Gestão de convênios

Análise Crítica: O convênio com a Agencia de Defesa do estado do Pará – ADEPARÁ, tanto o da área vegetal como o da área animal, foi o único vigente no exercício referente ao relatório de gestão. Os demais itens não se aplicaram.

5.2.4 – Quadro A.5.7 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/Gestão: 130094		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não vencido	Quantidade	Contas Analisadas	-	-
			Contas não Analisadas	02	-
		Montante Repassado (R\$)		7.717.845,40	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)		-	-		
Quantidade de contas prestadas			02	-	
2011	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade TCE	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	01	-	
Montante repassado (R\$)		13.018.869,89	-		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
Montante Repassado		-	-		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte:

Análise Crítica: Há apenas dois convênios vigentes (vegetal e animal) com a ADEPARÁ. O quadro acima mostra que não há nenhuma pendência relativo a prestação de contas.

5.3 – Suprimentos de Fundos

5.3.1 – Quadro A.5.8 - Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos (Anexo II da DN TCU 119/2012)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
130094	Superintendência Federal de Agricultura no Pará SFA/PA	-	34.095,09	83.432,23	117.527,32
	Total utilizado pela UJ por tipo de SF	-	34.095,09	83.432,23	117.527,32

Fonte: SEOF/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: Trata-se de Unidade Gestora que executa apenas suprimento de fundos por meio de Cartão de Crédito Corporativo, não executa a conta tipo "B". O que se pode observar que o gasto neste exercício foi menor que o executado no exercício de 2011, refletindo resultado proposto para a gestão.

5.3.2 – Quadro A.5.10 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UJ e por Portador

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	130094	Limite de Utilização da UG			R\$ 500.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Vandeir Gregorio Alves	00091793645	10.000,00	100,00	3.414,10	3.514,10
Carlos Alberto C. de Moraes	01944690263	7.000,00	482,24	2.109,44	2.591,68
Osvaldo da Silva Leandro	03047504253	1.500,00	150,00	1.359,00	1.509,00
Julio Pontes Barriga	03185761200	4.000,00	105,85	1.847,37	1.953,22
Débora Pinheiro Guimarães	03407764200	5.000,00	1.437,20	-	1.437,20
Jose Carlos de V. Pessoa	04201000249	4.000,00	1.996,56	477,86	2.474,42
Jose Antônio M. dos Santos	04201000249	10.000,00	1.336,84	856,95	2.193,79
Herdimir de Assis Moreira	04783921253	7.000,00	296,00	260,00	556,00
Estevam de Oliveira Castelo	04803868204	15.000,00	1.280,83	14.119,86	15.400,69
Lucas Arruda Filho	04859405404	10.000,00	369,00	1.718,71	2.087,71
Luiz Otavio Gonçalves Monteiro	04914945215	5.000,00	841,50	1.759,38	2.600,88
Francisco Rodrigues Nogueira	05545455272	4.000,00	200,00	340,01	540,01
Ivo José Xavier do Amorim	05609160278	7.000,00	29,27	160,00	189,27
Paulo César Mendes Gonçalves	06634729204	1.500,00	11,04	1.181,18	1.192,22
Otávio César Durans de Oliveira	07166427272	1.000,00	260,00	-	260,00
Cristóvão Morelly K. Hashiguti	08335265291	8.000,00	8,33	4.987,60	4.995,33
Ananias Silva Santa Brígida	08593841287	15.000,00	4.300,00	3.000,00	7.600,00
Martha Parry de C. M. Nogueira	08604754253	20.000,00	192,51	723,64	916,15
Antônio Carlos A.de Araujo	08645507234	1.500,00	10.854,76	1.591,87	12.446,63
Geraldo N. S. do Nascimento	09165029291	10.000,00	400,00	590,00	990,00
José Carlos Barroso Júnior	09251910278	4.000,00	250,00	1.747,06	1.997,06
Luiz Armando Matos Meira	09910107287	1.000,00	373,56	754,07	1.127,63
José Maria de Souza Nunes	13285505249	10.000,00	267,67	1.395,31	1.662,98
Raimundo Azevedo Arouche	17274311204	5.000,00	2.237,03	2.537,23	4.774,26
Telma Vidal Galvão	18056628215	7.000,00	2.900,00	4.200,00	7.100,00
Luis Cláudio Sousa	30681260297	3.000,00	2.785,00	2.519,20	5.304,20
Francisco das C. Oliveira Aguiar	59488603291	5.000,00	212,00	2.260,89	2.472,81

Breno Eduardo Nogueira Neves	75669510259	4.000,00	317,90	3.504,47	3.822,37
Juliana Faria Turquino Staut	00558813941	2.600,00	-	300,00	300,00
Ivo Katuji Morikawa	00828963215	15.000,00	-	322,52	322,52
Raimundo Nonato Leal de Souza	03887570278	1.500,00	-	836,61	836,61
Evandro José de Lima Raposo	09251189234	5.000,00	-	712,92	712,92
Lourival Cabral Dutra	09301321149	7.000,00	-	869,00	869,00
Maria Joana Baia Brito	14224348268	5.000,00	-	1.277,30	1.277,30
Odemar da Conceição Silva	15775330200	8.000,00	-	3.948,40	3.948,40
Carlos Alberto Melém da Silva	16975596204	8.000,00	-	1.121,93	1.121,93
Carlos Alberto Lima dos Santos	18801870272	1.500,00	-	967,62	967,62
Dalton Hostalácio	20324510691	8.000,00	-	430,73	430,73
Marcelo Sousa de Oliveira	2771494549	6.000,00	-	1.153,24	1.153,24
Zila Cristina Bacelar Sidonio	30109000234	2.000,00	-	63,00	63,00
José Ernane Martins Bringel	40675211387	1.500,00	-	1.281,73	1.281,73
Luana Helene O. das Chagas	41515625249	2.000,00	-	1.709,48	1.709,48
Elison Lira de Sousa	57679851204	4.000,00	-	673,83	673,83
Katherine S. Barbosa Fragoso	60300892268	2.600,00	-	280,00	280,00
Nilson Oliveira da Silva	78981409820	10.000,00	-	8.068,72	8.068,72
Total utilizado pela UG					117.527,32

Análise Crítica: Como dito anteriormente, houve uma redução de suprimento de fundos para a sede, tendo sido efetuado, em sua maioria, suprimentos de viagens. O quadro mostra de forma clara que os suprimentos foram bem inferiores ao limite individual.

5.3.4 – Quadro A.5.11 – Despesas realizadas por meio da conta tipo ‘B’ e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) (Anexo II da DN TCU 119/2012)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total
Exercícios	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	124	34.095,09	213	83.432,23	117.527,32
2011	-	-	121	35.383,23	240	93.610,65	128.993,88
2010	-	-	113	54.203,18	220	101.325,87	155.529,05

Fonte: SEOF/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: A SFA/PA vem buscando a cada exercício reduzir a realização de despesas por meio de Cartão de Crédito Corporativo na manutenção da sede, direcionando o foco do gasto com viagens que buscam atender demandas da SFA e, sobretudo nas viagens de Fiscais Federais no cumprimento das respectivas metas no âmbito do estado. O quadro acima mostra que a proposta desta Unidade Gestora produziu resultado positivo considerando os últimos três exercícios.

É oportuno salientar que esta UG não executa Conta Tipo “B”.

6- GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Informação sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando:

6.1 – Composição do quadro de servidores ativos

6.1.1 – Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Quantidade	
	Autorizada	Efetiva	Ingresso no exercício	Egressos exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1+1.2)	269	269	0	05
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	não há	não há	não há	não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	269	269	0	05
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	262	262	0	05
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	não há	não há	não há
1.2.3. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	não há	não há	não há	não há
1.2.4. Servidores Requisitados de Outros Órgãos e Esferas	07	07	0	0
2. Empregados Públicos	17	17	0	0
3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	01	01	01	0
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	-	287	01	05

Fonte: CADASTRO/SGP/DAD

OBS: o quantitativo de Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão inclui os servidores efetivamente em exercício na UJ, os cedidos e em licença sem remuneração.

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12
(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	02
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	02
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	05
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	01
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	04
3.3. A Pedido, independentemente do Interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do Interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	01
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	01
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	não há
7. Total de Servidores Afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	10

Fonte: Cadastro/SGP/DAD

6.1.2 – Qualificação da força de trabalho**Quadro A.6.3 - Detalhamento da estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-----	-----	-----	-----
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	não há	não há	não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	15	02	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	não há	não há	não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	01	01	01	0
1.2.5. Aposentados	01	01	01	0
1.2.6. Empregados Públicos	01	01	0	0
2. Funções Gratificadas	21	21	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	21	21	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	37	37	02	0

Fonte: CADASTRO/SGP/DAD

Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

(Anexo II da IN TCU 119/2012)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-----	-----	-----	-----	-----
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	não há	não há	não há	não há	não há
1.2. Servidores de Carreira	02	22	35	109	55
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Empregados Públicos	0	0	01	03	03
2. Provimento de Cargo em Comissão	-----	-----	-----	-----	-----
2.1. Cargos de Natureza Especial	não há	não há	não há	não há	não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	04	03	07	01
2.3. Funções Gratificadas	0	0	03	13	05
3. Totais (1+2)	02	26	42	132	64

Fonte: Cadastro/SGP

Quadro A.6.5 – Quantidade de Servidores por UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
1.2. Servidores de Carreira	0	03	14	19	84	73	19	14	01

1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Empregados Públicos	0	0	0	01	07	07	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	03	09	02	01	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	10	09	02	0	0
3. Totais (1+2)	0	03	15	20	104	99	22	15	01

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

6.1.3 – Demonstração dos Custos de Pessoal UJ**Quadro A.6.6 – Quadro do Custo de Pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores
(Anexo II da DN TCU 119/2012)**

(Valores R\$ 1,00)

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2012	13.451.130,73	-	13.648.293,55	2.407.373,99	2.407.372,99	206.765,37	147.716,52	1.854,25	18.515,99	32.289.222,39
2011	12.699.519,20	-	12.885.473,52	2.272.821,94	935.234,12	195.209,00	134.739,92	-	1.410,16	
2010	11.776.726,20	715,64	12.164.532,30	1.852.430,69	978.550,17	183.103,00	138.880,43	4.784,00	-	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2012	82.093,21	308.500,72	8.219,93	4.701,83	10.139,10	3.832,46	-	-	-	108.986,53
2011	77.504,92	-	7.760,51	4.439,04	9.572,42	3.618,26	-	-	-	
2010	68.672,40	-	7.689,61	3.908,05	9.922,92	3.097,67	-	-	-	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2012	1.133.844,35	308.500,72	1.105.336,82	178.740,44	62.691,65	32.140,11	-	-	15.799,56	1.718.617,17
2011	1.070.473,39	291.258,24	1.043.558,18	168.750,42	59.187,74	30.343,76	-	-	14.799,56	
2010	1.231.672,14	294.882,75	1.288.974,64	216.915,39	60.739,59	28.234,12	4.644,23	4.644,23	-	
Servidores ocupantes de funções gratificadas										
2012	2.111.661,04	298.182,08	951.150,04	169.320,04	220.603,35	68.161,53	20.207,27	-	13.176,01	3.852.461,36
2011	1.993.637,69	281.516,32	897.989,09	159.856,54	208.237,56	64.351,90	19.077,87	-	12.439,59	
2010	1.993.637,69	281.516,32	897.989,09	159.856,54	208.237,56	64.351,90	19.077,87	-	-	

	ANOS	TOTAL	MÉDIA MÊS
EXERCÍCIOS	2012	37.969.287,45	3.164.107,25
	2011	29.124.397,86	2.427.033,08
	2010	27.099.722,33	2.258.310,16

Análise Crítica: Não há na Unidade Gestora, Membros de poder e agentes públicos; Servidores com Contratos Temporários; Servidores com Contratos Temporários.

6.1.4 – Composição do quadro de servidores inativos e pensionista

Quadro A.6.7 – Composição do quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro.

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Regime de Provento/ Regime Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadoria no exercício em Referencia
1. Integral	-	09
1.1. Voluntária	-	07
1.2. Compulsória	-	0
1.3. Invalidez	-	02
1.4. Outros	-	0
2. Proporcional	-	0
2.1. Voluntária	-	0
2.2. Compulsória	-	0
2.3. Invalidez Permanente	-	0
2.4. Outros	-	0
3. Total (1+2)	566	09

Fonte: SGP/DAD

Quadro A.6.8 – Instituidores de Pensão

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Regime de Provento do Servidor Instituidor	Quantidade	
	Acumulado até 31/12	Iniciada no Exercício em Referencia
1. Aposentado	-	16
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em atividade	-	0
3. Total (1+2)	1.605	16

Fonte: SGP/DAD

6.1.5 – Informações sobre os atos de Pessoal sujeitos a Registro e Comunicação

Quadro A.6.9 – Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	09	06	09	06
Concessão de pensão civil	31	22	31	22
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	40	28	40	28

Fonte: PENSÃO/SGP/DAD

**Quadro A.6.11 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC
(Anexo II da DN TCU 119/2012)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)				
Concessão de aposentadoria	03	04	02	0
Concessão de pensão civil	02	08	06	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	05	12	08	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: PENSÃO/SGP/DAD

6.1.6 – Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Índice	Percentual
1. Índice de Dias de Afastamento por Licença Médica dos Servidores – Ialimed	52,98%
2. Índice de Servidores Afastados por Licença Médica – Ialimedn	9,71%

Fonte: MAPA

$$\text{Ialimed} = \frac{\text{SALM} \times \text{DA}}{\text{QP} \times 365} \times 100$$

Servidores afastados por licença médica = SALM

Dias de afastamento = DA

Quantitativo de pessoal = QP

$$\text{Ialimedn} = \frac{\text{SALM}}{\text{QP}} \times 100$$

6.2 – Terceirização de Mão de Obra empregada e Contratação de Estagiários

Quadro A.6.17- Contratos de Prestações de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Unidade	
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA	
UG/Gestão: 130094	CNPJ: 00.396.895/0016-01
Informações sobre os	

Ano do Contrato	Área	Natu- reza	Identifica- ção do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	04/2009	02.589.131/0001-81	01/01/13	31/12/2013	5	5	21	21	-	-	
2012	V	O	07/2012	05.742.568/0001-00	10/05/12	09/05/2013	-	-	10	10	-	-	

Observações: O contrato de vigilância foi feito com cinco postos, sendo cada posto composto por dois vigilantes. Para atender a sede foi destinado oito vigilantes equivalente a quatro postos e dois vigilantes para a unidade de Santarém/PA.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DAD/SF/PA

Quadro A.6.18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Anexo II da DN TCU 119/2012)

Unidade													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA													
UG/Gestão: 130094						CNPJ: 00.396.895/0016-01							
Informações sobre os													
Ano do Contrato	Área	Natu- reza	Identifica- ção do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	11	O	03/2010	02.589.131/0001-81		01/01/13	-	-	14	14	-	-	P
2012	11	O	01/2012	02.589.131/0001-81			-	-	13	13	-	-	P

Observações: O contrato nº 03/2010 refere-se ao contrato de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional no qual sendo recepcionista, motoristas, técnico de informática e telefonista. O contrato nº 01/2012 refere-se ao contrato de digitador, sendo um total de treze distribuídos nas áreas meio (apoio) e fim.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.6.19 – Composição do quadro de Estagiários (Anexo II da DN TCU 119/2012)

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	19	20	19	20	106.491,64
1.1 Área Fim	18	19	17	17	94.869,64
1.2 Área Meio	1	1	2	3	11.622,00
2. Nível Médio	14	16	15	15	51.387,00
2.1 Área Fim	8	8	8	8	26.398,00
2.2 Área Meio	6	8	7	7	24.989,00

3. Total (1+2)	33	36	34	35	157.878,64
-----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-------------------

Fonte: CADASTRO/SGP/DAD

7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 – Gestão de frota de veículos próprios e contratados

A SFA/PA conta com uma frota de quarenta e nove veículos, os quais estão distribuídos da seguinte forma:

Sede

Tipo	Classificação	Ano	Combustível	Objetivo
Gol VW	Transporte Institucional	2006	Flex	Atender demandas da Divisão Administrativa
Gol VW	Transporte Institucional	2005	Flex	Atender Divisão de Política Agrícola
Gol VW	Transporte Institucional	2005	Flex	Atender UVAGRO
Gol VW	Transporte Institucional	2005	Flex	Atender Divisão de Política Agrícola
Gol VW	Transporte Institucional	2005	Flex	Atender o Gabinete/Sede
Pálio Fiat	Transporte Institucional	1999	Gasoline	Atender demandas da Sede
Fiat Strada	Transporte Institucional	1999	Gasolina	Atender demandas da Sede
Fiat Fiorino	Transporte Institucional	1998	Gasolina	Atender demandas da Sede
Palio Fiat	Transporte Institucional	2007	Flex	Atender demandas da Sede
Palio Fiat	Transporte Institucional	2007	Flex	Atender o Serviço de Desenvolvimento Agropecuário
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2007	Flex	Atender o Porto de Belém
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2007	Flex	Atender a Unidade de Vigilância Agropecuária/Belém
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2007	Flex	Atender a Un. de Vigilância Agropecuária/Barcarena
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2007	Flex	Atender a Un. de Vigilância Agropecuária/Aeroporto
Astra	Transporte Institucional	2001	Álcool	Atender a Sede
Ford Fiesta	Transporte Institucional	2010	Flex	Atender Sede
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2011	Flex	Atender Sede
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2011	Flex	Atender Sede
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2011	Flex	Atender o Serviço de Inspeção Sanitária Agropecuária
Pálio Fiat	Transporte Institucional	2011	Flex	Atender o Serviço de Inspeção Sanitária Agropecuária
S-10 Chev.	Transporte Institucional	2001	Diesel	Atender o Serviço de Fomento Agropecuário/Sede
S-10 Chev.	Transporte Institucional	2001	Diesel	Atender a Sede
S-10 Chev.	Transporte Institucional	2001	Diesel	Atender a Sede
Frontier	Transporte Institucional	2005	Diesel	Atender o Serviço de Fomento Agropecuária/Sede
Frontier	Transporte Institucional	2005	Diesel	Atender o Serviço de Defesa Agropecuária/Sede
Frontier	Transporte Institucional	2008	Diesel	Atender o Serviço de Defesa Agropecuária/Sede
Frontier	Transporte Institucional	2008	Diesel	Atender o Serviço de Defesa Agropecuária/Sede
Frontier	Transporte Institucional	2008	Diesel	Atender a Sede
RangerFord	Transporte Institucional	2008	Diesel	Atender o Serviço de Fomento Agropecuário/Sede
RangerFord	Transporte Institucional	2008	Diesel	Atender o Serviço de Defesa Agropecuária/Sede
RangerFord	Transporte Institucional	2009	Diesel	Atender a UVAGRO/Porto de Belém
RangerFord	Transporte Institucional	2010	Diesel	Atender o Gabinete/sede
RangerFord	Transporte Institucional	2010	Diesel	Atender a Sede
RangerFord	Transporte Institucional	2011	Diesel	Atender o Serviço de Fomento Agropecuário/Sede
RangerFord	Transporte Institucional	2011	Diesel	Atender o Serviço de Fomento Agropecuário/Sede
Mitsubishi	Transporte Institucional	1997	Diesel	Atender a Sede – área meio
Mitsubishi	Transporte Institucional	2010	Diesel	Atender a Sede – apoio
Caminhão	Transporte Institucional	2001	Diesel	Atender a Sede
Caminhão	Transporte Institucional	2006	Diesel	Atender a Sede
Trator	Transporte Institucional	2001	Diesel	Atender a Sede

Unidade de Santarém/PA

Tipo	Classificação	Ano	Combustível	Objetivo
------	---------------	-----	-------------	----------

Pálio Fiat	Transporte Institucional	2007	Flex	Atender demandas da Unidade - escritório
Santana	Transporte Institucional	2001	Álcool	Atender demandas da Unidade - escritório
S-10	Transporte Institucional	2001	Diesel	Atender UVAGRO/Santarém
RangerFord	Transporte Institucional	2009	Diesel	Atender a Unidade de Vigilância Agropecuária –Stm.
RangerFord	Transporte Institucional	2008	Diesel	Atender a UVAGRO
Trator	Transporte Institucional	2001	Diesel	Atender a Unidade de Santarém

Marabá

Tipo	Classificação	Ano	Combustível	Objetivo
RangerFord	Transporte Institucional	2010	Diesel	Atender a Unidade Técnica Regional

Tucumã

Tipo	Classificação	Ano	Combustível	Objetivo
NissanFrontier	Transporte Institucional	2005	Diesel	

Xinguara

Tipo	Classificação	Ano	Combustível	Objetivo
S-10	Transporte Institucional	2001	Diesel	

Análise Crítica: Como se observa nos quadros acima, há na sede quarenta e cinco veículos dos quais estão distribuído por área. Apenas os veículos que atendem ao Gabinete e a Administração (área meio) não fazem parte dos carros usados para fiscalização que abrange todo estado.

O controle dos veículos é feito por meio do SCVA – Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA.

Relativo ao custo, os veículos quando da viagem de fiscalização (área fim), o abastecimento é feito por meio de Suprimento de Fundos de Viagem. Para a sede, há um contrato para o abastecimento que gira na ordem de R\$ 12.000/mês., incluindo a Unidade de Santarém.

A média da frota da UG é de dez anos. Ainda assim, não há um projeto de melhoria visando a renovação da frota. Há apenas pleito para aquisição de veículos que, nos últimos exercícios foram infrutíferos.

7.2 – Gestão de Patrimônio Imobiliário**Quadro A.7.1 – Distribuição espacial do Bens Imóveis de uso especial de propriedade da União**

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2012	Exercício 2011
BRASIL	Pará		
	Belém	03	03
	Aveiro	01	01
	Santarém	01	01
	Igarapé- Açu – (um imóvel)	01	01
	UF “n”	06	06
	município 1		
município 2			
município “n”			
Subtotal Brasil		06	06
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		

	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte: Setor de Patrimônio/SAG/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: Dos imóveis acima, sob responsabilidade da UG, apenas três são destinados ao atendimento do MAPA, quais sejam: o imóvel localizado na Av. Almirante Barros, 5384 – Castanheira, Belém/PA onde funciona a Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA (sede), o localizado na Av. Almirante Barros, 1234 – Marco Belém/PA onde funciona o LANAGRO e o localizado na Travessa Barão do Rio Branco, 789 – Santa Clara, Santarém/PA onde funciona a Unidade de Apoio. Os demais por não serem utilizados em prol desta SFA/PA/MAPA serão repassados à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, cujo processo está em andamento.

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

(Anexo II da DN TCU 119/2012)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com Manutenção
130094	0407.00012.500-0	Sem uso	Regular	3.600,00	2004	13.119,05	-	-
130094	0407.00014.500-1	Sem uso	Regular	1.749,84	2004	80.059,73	-	-
130094	0419.00012.500-4	Sem uso	Regular	10.662,77	2004	139.258,44	-	-
130094	0427.00642.500-0	Sede UG		362.250,00	2004	3.008.819,08		
130094	0427.00666.500-1	Cedido	Bom	34.472,02	2004	133.802,26	-	-
130094	0427.00667.500-7	LANAGRO	Regular	830.709,00	2004	3.444.858,3	-	-
130094	0463.00007.500-4	UFRA	Regular	78.000,00	2004	464.339,69	-	-
130094	0535.00097.500-6	Unidade Santarém	Bom	5.676,00	2004	72.389,71	-	-
Total							Σ	362.250,00

Fonte: Setor de Patrimônio/SAG/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: Dos imóveis acima especificados, de responsabilidade da Unidade Gestora, apenas três atendem a Unidade. O que funciona a Sede (RIP 0427.00642.500-0); o que funciona a unidade de Santarém (RIP 0535.00097.500-6) e o que funciona o LANAGRO (RIP 0427.00667.500-7). Os demais, serão revertidos para a Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

8 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Aspectos sobre a gestão ambiental					
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		X			
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Os editais que precedem os processos licitatórios contêm a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Entretanto, não é fator decisivo, haja vista que há também decisão pelo menor preço.					

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ

8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
(Anexo II da DN TCU 119/2012)

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programa de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	654	594	1.378	4.682,00	3.409,00	8.000,00
Água	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	642945 kwh	485120kwh	169416kwh	227.674,82	171.786,00	192.000,00
			Total	232.356,82	175.195,00	200.000,00

Análise Crítica: O quadro mostra que no exercício de 2012 houve um aumento de energia (kWh) contrariando o propósito da gestão de redução. Ainda assim, para o próximo exercício permanece a necessidade de se reduzir em função do limite estabelecido para a SFA/PA ter sido o mesmo há mais de três anos. Acrescente-se que no quadro acima está inserido o gasto com as Unidades de Apoio.

Relativo a água, a Unidade é mantida por meio de poço artesiano .

Quanto ao papel, o demonstrado no exercício de 2012 refere a quantidade sendo 353 resmas de papel A4 e 301 de papel reciclado. O mesmo ocorreu nos exercícios de 2010 e 2011 sendo em 2010 570 de papel A4 e 808 de papel reciclado. Em 2011 342 de papel A4 e 252 de papel reciclado.

9 – CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**9.1 – Deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício.****9.1.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações da OCI**

Quadro A.10.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações da OCI
(Anexo II DA DN TCU 119/2012)

Unidade	
Denominação Completa	Código

Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA			14
Recomendações do			
Recomendações Expedidas pelo			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nº 201203398	Programas Governo	Metas Quantitativas
02	Nº 201203398	Avaliação gestão RH	Folhas Pagamento
03	Nº 201203398	Avaliação gestão RH	Registro no SISAC
04	Nº 201203398	Licitação	Fracionamento Despesa
05	Nº 201203398	CPGF	Dados inconsistentes
06	Nº 201203398	Bens Imóveis	Dados inconsistentes
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			RA
Divisão Técnica/Serviço de Gestão de Pessoas/Serviços Gerais/Setor Financeiro			Nº 201203398
Descrição da Recomendação			
01- Falta de indicadores de gestão para tomada de decisões gerenciais.			
02- Obedecer as regras na distribuição de cotas quando do pagamento de pensões			
03- Implementar rotinas com o objetivo de aprimorar o controle interno na área de RH			
04- Aprimorar os controles internos da Unidade visando corrigir falhas de procedimento nos processos licitatórios			
05- Informações inconsistente apresentadas no Relatório, as quais são discordantes dos dados do SIAFI			
06- Corrigir as inconsistências no gerenciamento de bens imóveis.			
Providências			
Setor Responsável pela Implementação			Código
01- DDA – Divisão Técnica			-
02- SGP – Serviço de Gestão de Pessoas			-
03- SGP – Serviço de Gestão de Pessoas			-
04- SAG – Serviços Gerais			-
05- SEOF – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira			-
06- SAG/SP – Setor de Patrimônio			-
Síntese da Providência Adotada			
01- Foram rediscutidos e aprimorados indicadores visando mensuração de metas			
02- O serviço de gestão de pessoas já fez a devida correção.			
03- Há a partir da auditoria um melhor controle relativo à alimentação de sistemas			
04- A demanda relativa a procedimentos de processos licitatórios foi atendida.			
05- A falha na informação relativa a CPGF foi corrigida			
06- Já foi providenciado a reversão dos bens imóveis sem uso pela UG			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As demandas decorrentes do Relatório de Auditoria foram todas providenciadas e em sua maioria colocadas em práticas visando melhorar a gestão.			
Análise Crítica dos Fatores			
A implementação de medidas por parte do gestor em razão decorrente da auditoria efetuada no exercício de 2011 contribuíram sobremaneira para a melhoria da gestão do exercício em referência.			

9.1.2 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.10.4 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

(Anexo II da DNTCU 119/2012)

Unidade			
Denominação Completa			Código
Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA			14
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação
01	Nº 201203398	Avaliação gestão RH	Registro no SISAC
06	Nº 201203398	Bens Imóveis	Dados inconsistentes
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código
Serviço de Gestão de Pessoas/Serviços Gerais			Nº 201203398
Descrição da Recomendação			
01- Implementar rotinas com o objetivo de aprimorar o controle interno na área de RH			
02- Corrigir as inconsistências no gerenciamento de bens imóveis.			
Providências			
Setor Responsável pela Implementação			Código
Serviço de Gestão de Pessoas – SGP e Serviços Gerais/Patrimônio			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Relativo ao item 01, falta apenas o encaminhamento dos processos ao TCU haja vista que os mesmos estão aguardando parecer do Órgão de Controle Interno			
Relativo ao item 02, já foi encaminhado documento a SPU para processo de reversão dos imóveis não utilizados pela Unidade Gestora. Porém os processos ainda não foram concluídos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			
No que dependeu da SFA/PA as diligências foram atendidas. Porém, a conclusão e			

9.2 – Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não há no organograma da UG posicionamento acerca de Auditoria Interna. Há sim, no órgão central um setor competente para este fim no qual atende as demandas as Unidades Descentralizadas.

Visando criar rotinas de controle interno e ainda dar transparência aos atos da Unidade, foi criada por meio da Portaria nº 100 de 26 de julho de 2012, uma comissão permanente de Controle Interno da SFA/PA com o objetivo de realizar diagnósticos administrativos e dos termos de contratações, avaliar e acompanhar o Plano de Providências Permanente decorrentes das demandas da Controladoria Geral da União – CGU.

Adite-se que a CGU fez auditoria na Unidade no período de julho a agosto/2012 tendo gerado diligências nas áreas meio (recursos humanos, licitações, sistema de controle interno e outros) e área fim relativo aos programas de governo.

A SFA/PA se manifestou de forma satisfatória em relação a todas as demandas.

9.3 – Declaração de Bens e Renda estabelecidas na Lei nº 8.730/93**Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

(Anexo II da DN TCU 2012)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento de Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a Obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a Obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	36	36	36
	Entregaram a DBR	32	32	32
	Não cumpriram a Obrigação	04	04	04

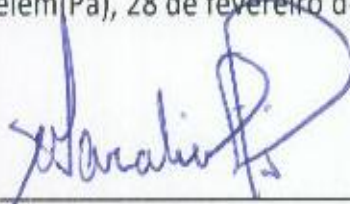
9.4 – Declaração de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6
(Anexos II da DN - TCU/2012)

DECLARAÇÃO

Eu, **Marcelino Tokinori Tsunemitsu**, CPF nº **117.397.972-72**, Agente Administrativo, responsável pela inclusão e atualização de dados no Sistema de Administração de Serviços Gerais, exercidos no SCC/SAG/SFA/PA, Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos instrumento congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta unidade estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465 de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém(Pa), 28 de fevereiro de 2013



Marcelino Tokinori Tsunemitsu

CPF nº 117.397.972-72

Gestor SCC/SAG/SFA/PA

DECLARAÇÃO

Eu, **Abilmar Ferreira da Silva**, CPF 177.306.433-91, gestor financeiro, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis no Sistema de Gestão de Contratos e Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.


Belém, 04 de março de 2013.



Abilmar Ferreira da Silva
Gestor Financeiro
Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA

10- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 – Declaração do contador responsável por UJ que tenha executado sua contabilidade no SIAFI.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
Coordenação de Administração de Pessoas

DECLARAÇÃO


Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o item 08, da parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

- Alberto Jerônimo Pereira
- José Calazans dos Santos

Brasília, 06 de fevereiro de 2013


JOSÉ LUIS DA SILVA
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

ONFERE COM O ORIGINAL


Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006824T-8 GO
COONTISPOA/SEM/PA

QUADRO A.11.2 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC. , PEC. E ABASTECIMENTO /PA		130094	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 004 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMA b) 101 FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMB c) 465 FALTA COMPROVAÇÃO E PREST. CONTAS SUPR. FUNDOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

11 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.

Os Programas Finalísticos desenvolvidos pela SFA/PA têm conseguido dar respostas as demandas crescentes do agronegócio do estado do Pará, que hoje detém a nível do Brasil o 3º maior rebanho bovino e o primeiro de bubalino. Sendo ainda o 1º produtor de óleo de palma, de abacaxi, de mandioca, de pimenta-do-reino e de açaí, ocupando a posição de 2º maior produtor de coco e cacau, o 4º de banana, o 5º de citrus, 6º de arroz , 10º de milho e 14º de soja. A SFA/PA tem um papel fundamental no desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio do Estado seja no apoio à produção, na fiscalização dos insumos, dos produtos agropecuários para exportação e vigilância da importação, com vistas a se resguardar o interesse público e o patrimônio econômico e ambiental do nosso estado e do nosso País.

Sendo assim, e considerando que, por demanda de trabalho, as ações finalísticas aumentam a cada ano, entendemos que há a necessidade de criar mecanismos que viabilizem o apoio por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que garantam a reposição de mão de obra, principalmente na área técnica pois existem perspectivas de aposentadorias a curto e médio prazo, bem como sejam disponibilizados recursos para atender o incremento nas despesas de custeio decorrentes do aumento das demandas de trabalho.

Belém, 26 de março de 2013.

Andrei Gustavo Leite Viana de Castro
Superintendente Federal de Agricultura no Pará